Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 754
9 de Junho de 1988
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** **Tel. 76 97 22 / 25** – Telex 18390 **Composição e impressão – Heska Portuguesa** **Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

MÉDICOS
Sem alarmismos, luta pode endurecer

IMPOSTOS
Greve provoca adesão surpreendente

TÊXTEIS
V Congresso inicia-se no Porto

TRANSPORTES
Marcada greve na RN

FORTE MOVIMENTAÇÃO NA FUNÇÃO PÚBLICA

Págs. 4, 5 e 6/**Semana**

Ainda Cavaco Silva e o «pacote laboral»

No dia seguinte à alocução de Cavaco Silva sobre a declaração de inconstitucionalidade do «pacote laboral» pelo Tribunal Constitucional, a Comissão Política do CC do PCP divulgou a seguinte nota:

A comunicação ontem feita pelo Primeiro-Ministro teve o conteúdo que era previsível: falsificação das questões, demagogia, notória atitude de rebeldia face a princípios básicos da vida democrática.

A comunicação do Primeiro-Ministro baseou-se em **quatro equívocos fundamentais:**

O primeiro consiste no facto de o Primeiro-Ministro continuar a falar do pacote laboral do seu Governo como sendo uma legislação generosa, positiva e necessária e continuar a falar da liberalização dos despedimentos como uma notável medida de política social que devia fazer a felicidade dos trabalhadores, quando a verdade é que se trata de uma legislação impiedosa, nefasta e retrógrada, incompatível com a dignidade e os direitos de quem trabalha e que ataca frontalmente a justa e generalizada aspiração à segurança e estabilidade de emprego.

O segundo assenta na vergonhosa insistência em tentar voltar jovens e desempregados contra trabalhadores com emprego, no quadro da velha tese governamental de que o supra-sumo da justiça social seria despedir os pais para alegadamente dar emprego aos filhos, quando a verdade é que o pacote laboral agravaria a própria situação dos jovens e contribuiria largamente para aumentar a legião dos desempregados.

O terceiro reside no facto de o Primeiro-Ministro, deixando-se arrastar por certos traços da sua própria personalidade, revelar uma total incapacidade de se adequar e subordinar ao normal funcionamento do regime e das instituições democráticas, ao controlo independente da constitucionalidade da legislação governamental e à própria vigência da Constituição como Lei Fundamental do País que a todos — órgãos de soberania e cidadãos — obriga e vincula.

O quarto equívoco consiste em que o Primeiro-Ministro fingir que ainda continua hipnotizado pela euforia das semanas posteriores a 19 de Julho de 1987, sem querer reconhecer que, desfeitas muitas das ilusões que gerou, esclarecida a real natureza e objectivos da sua política, ampliado o descontentamento popular e reduzida, a sua base de apoio, o seu discurso repetitivo, simplista e demagógico — tanto, como a sua política — se está tornando simplesmente insuportável para a maioria do povo português.

As declarações do Primeiro-Ministro contra o sistema constitucional mais confirmam a importância de todos os democratas se unirem em defesa da Constituição da República Portuguesa, como importante e comprovado factor de garantia dos direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos e das transformações democráticas alcançadas com a Revolução de 25 de Abril.

O PCP sublinha que a derrota sofrida pelo Governo com a declaração de inconstitucionalidade do «pacote laboral» cria novas e mais favoráveis condições — que devem ser plenamente aproveitadas — para o prosseguimento e intensificação da luta dos trabalhadores contra uma política que continua a ameaçar gravemente os seus direitos e interesses vitais.

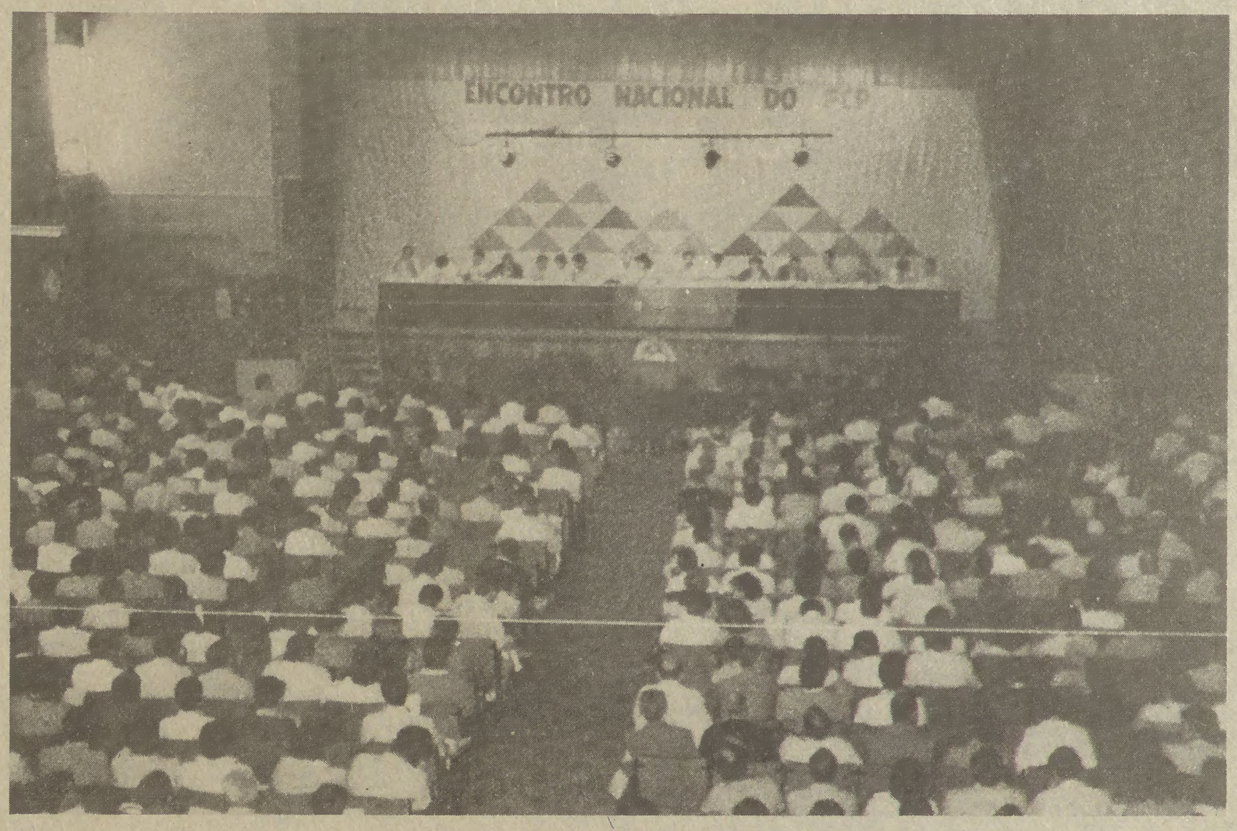
1 de Junho de 1988

A Comissão Política do CC do PCP

... um Poder Local para o futuro deles!

Mais de 800 participantes (sem contar com os mais pequenos!...) reuniram-se em Alhandra no passado sábado para o Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local. No quadro da preparação do XII Congresso, um passo importante para «contribuir para a correcção de deficiências e confirmar e ampliar uma gestão superior protagonizada nas autarquias pelos comunistas e seus aliados»

Págs. 1, 2 e 3/**Semana**



Editorial

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 754
9 de Junho de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Onze meses

Tivesse o País evoluído como há cerca de onze meses analistas e políticos dos mais diversos sectores — esquerda incluída — então previram e, por estes dias, nas antecâmaras e cozinhas do poder preparar-se-iam os faustos das comemorações...

Tivesse Portugal e o seu povo feito aquilo que uns vaticinaram e outros ansiaram e neste mês de Junho de 1988 a direita em geral, o PSD em particular e o prof. Cavaco Silva de forma ainda mais particular estariam pondo as vírgulas nos discursos vitoriosos, procederiam à escolha dos vinhos para brindes e saudações. Nas salas de espera dos gabinetes ministeriais seguramente se acotovelariam faces solícitas e devotas aguardando audiências de aniversariantes distribuições de prebendas.

Tivessem os portugueses feito jus a esse pendor fatalista que a mediocridade pensante nacional insiste em querer atribuir-lhes e os analistas estariam agora a desdobrar-se em frases como «o definitivo virar da página», ou «o limiar da nova era Cavaco». Seguramente recorreriam a teorias para explicar carismas que iriam franquear os decénios, alterações «sociológicas» de insuspeitadas virtualidades.

Quase um ano decorrido sobre o 19 de Julho, nada disso parece ocorrer. Verifica-se nas colunas sociais que os vinhos correm mais ou menos capitosos nos copos de uma burguesia tão balofa quanto exibicionista, que berra «olás» para se assegurar de que a vêem... Mas o ambiente é melancólico, não se confeccionam bolos cujas velas Aníbal Cavaco Silva possa, festivo, apagar. Pelo contrário, há um extinguir de chamas por demais evidente, não são de regozijos as orações que se escrevem, nos átrios do poder é de inquietação e debandada o ambiente que se respira.

O movimento operário cuja certidão de óbito foi apressadamente subscrita há onze meses, cujas formas de luta foram declaradas extintas após a vitória eleitoral do PSD em Julho, irrompe de novo na vida nacional em Novembro-Dezembro. De então para cá, é o que se sabe.

Não parece possível deixar de sublinhar que estamos face a um fenómeno de particular importância. Seria só por si significativo e merecedor de atenta consideração que surtos locais ou de reduzidas dimensões negassem o apagamento da combatividade dos trabalhadores e da classe operária que muitos afirmaram como simultaneamente causa e consequência dos cinquenta e tantos por cento de votos do PSD. Possivelmente, mesmo os que consideravam tais previsões como desânimo ou tomar de desejos por realidades não se atreveriam a profetizar vagas gigantescas de descontentamento e combatividade.

Das contribuições e impostos à metalúrgica, das indústrias militares aos médicos, dos estudantes dos ISCAS aos trabalhadores dos transportes, dos compartes dos baldios aos trabalhadores da Reforma Agrária o protesto cresce, organiza-se, actua — conquista vitórias.

Afluentes de caudal diverso, as lutas desaguam numa torrente caudalosa que fala por si: a maior greve geral da História portuguesa.

A um ano de distância, Cavaco Silva e a direita muito pouco têm a comemorar. O povo sim.

Ainda no campo do trabalho, outra coisa se passa: onze meses decorridos é possível e certo afirmar-se que a situação da direita é pior do que era antes!

Face ao poderoso movimento sindical unitário, aquando do 19 de Julho a direita podia contar com um instrumento que à força de dólares e marcos, de benesses do poder e cumplicidades de socialistas fora gerado para dividir: a UGT.

A representatividade seria escassa, seria atribulada a vida interna, os jogos de influências e as ambições pessoais poderiam dilacerá-la, mas há onze meses seria certamente apelidado de irremediável tolo quem se atrevesse a vaticinar que viria a UGT a subscrever um apelo à greve geral contra o Governo Cavaco tal como a CGTP ou que se colocaria hoje na ordem do dia que os TSDs se afastam ao toque de tambores e só não formam a sua estrutura sindical porque para tanto lhe falecem as gentes...

Também aqui, a um ano de distância, Cavaco Silva e a direita muito pouco têm a comemorar. O povo, sim.

Constituía para muitos um mistério que a risível e empertigada postura que Cavaco Silva trouxe às cadeiras do poder pudesse caber dentro dos epítetos que a classificaram. Que a estulta arrogância do «eu faço», «eu quero», «eu decido» pudesse ser tida como autoridade, que a banalidade confrangedora do discurso pudesse ser interpretada como profundidade de pensamento político, que a dimensão cultural estampada na vivenda «Mariani» fosse tida como retrato da década constituíam, sem dúvida, motivos de perplexidade para muitos.

Mas o tempo é impiedoso para os balões...

Face à greve geral, o sobranceiro Primeiro-Ministro desencadeia uma gargalhada nacional e fica-se sem saber se terá sido mais demolidor para a sua política o estrépido da condenação do mundo do trabalho ou o ridículo do «ah, sim, não vi!» que deu à alegria da jornada vitoriosa o remate da visão de um político pretensioso e sem dimensão.

De certa forma, a confrangedora tolice dos pãezinhos quentes de manhã e do eléctrico a fazer tlim-tlim à porta do hotel do sr. Primeiro-Ministro constituiram a primeira rachadura num verniz que não só se não recompôs como se esboroa cada dia que passa.

Confrontado com a decisão do Tribunal Constitucional sobre o «pacote laboral», Cavaco Silva reage como afinal lhe vai a alma. Parece um menino birrento, um cacique aldeão que bate o pé e deixa que lhe saiam da boca fora os *clichés* mais estafados, as enormidades mais inconvenientes, os dislate mais reveladores.

A um ano de distância, Cavaco Silva não se pode regozijar do estado de sua imagem. O povo, esse pode.

Que este desespero tenha nas palavras do líder do PSD formulações de confrangedora mediocridade não corresponde porém a qualquer exiguidade das derrotas e revezes que lhe dão origem. A verdade é que, onze meses decorridos, o empertigado político de 20 de Julho de 87 defronta problemas angustiantes.

Uma revisão constitucional, que seguramente supunha ir-se fazer sob uma batuta apressada e demolidora, marca passo e, continuando a constituir um risco gravíssimo para o povo e o País, vai surgindo mais adiada, mais contingente, mais difícil, mais polémica.

As instituições que, na mais tradicional visão da direita portuguesa, o PSD passou a considerar do alto da sua maioria como uma coutada revelam afinal inesperadas vitalidades.

A decisão do Tribunal Constitucional quanto ao «pacote laboral» constitui apenas um indício de que também no campo institucional o edifício democrático português construído nos últimos catorze anos mantém, apesar dos golpes profundos que tem sofrido, virtualidades e possibilidades que, na sua diversidade, são favoráveis ao povo e à democracia.

A um ano de distância, Cavaco Silva não tem motivos aqui para se regozijar. O povo, sim.

Há onze meses atrás, Cavaco Silva e o seu Governo arvoravam a sobranceria e a arrogância de quem dispõe de uma solidez granítica.

As páginas dos jornais asseguravam que o professor mobilizava a unanimidade do País assente no incondicional apoio do seu partido cuja turbulência tradicional tinha dado lugar à mais beatífica dedicação. Em torno do triunfador todas as bandeiras e pendões de ambições pessoais, de negociatas projectadas, de dissensões antigas haviam sido abatidas dando lugar a uma sôfrega vontade de obedecer.

Claro que à medida que os meses vão passando uma greve aqui, um escândalo ali, uns dinheiros do Fundo Social Europeu que desaparecem, umas noitadas em *boites* inconvenientes vão deteriorando uma imagem que nem tempo teve para se consolidar.

Mas o ambiente de desmanchar de feira aí está...

O prof. Eurico de Melo diz que quer voltar para casa a negócios e outro tanto diz o sr. ministro Álvaro Barreto, embora nenhum deles tenha jamais dado a entender que entre as suas ministeriais cadeiras e os seus pessoais negócios haja qualquer tipo de contradição — muito pelo contrário...

Os jornais começam a dar conta do aforamento daquela tão típica forma PSD de fazer política que é abancar em torno de homenageantes banquetes...

Na distrital de Lisboa do PSD (que as gazetas dizem ser «poderosa», «determinante»

e congéneres adjectivos) degladiam-se ainda recentemente incondicionais apoiantes de Cavaco.

A boataria fervilha. Remodelação agora ou daqui a nada. Esta fica, o outro vai embora. Fulano está em desgraça, beltrano está desgraçado e cicrano tem muita graça.

Dos aliados, nem se fala. Há já meses que o CDS em geral e o delfim de Caetano em particular compreenderam que um odor de decomposição saía dos gabinetes governamentais. A ronda para assalto aos despojos começou, o tomar posição e demarcar-se, o ajudar ao funeral passou a ser de tom na extrema-direita saudosa.

As CIPs, CAPs e outras estruturas demarcam-se, hesitam, tomam distâncias, criticam, contam espingardas.

O edifício esboroa-se, a festa de primeiro aniversário não teria seguramente nem sequer *quorum* para aplaudir o apagar das velas.

A um ano de distância, Cavaco Silva não tem motivos para se reogozijar. O povo, sim.

Mas é evidente que se o povo tem bons motivos para se regozijar pelos sintomas de falência que em onze meses acumulou uma das mais perigosas situações que a democracia portuguesa conheceu, manda a verdade que se diga que nem o povo, nem os democratas têm a postura moral e política da bicharada que ronda os despojos do que se deteriora e enfraquece. Esse é o destino dos sobreviventes do passado, não o dos protagonistas do futuro.

O povo e os democratas têm motivos para se regozijar pelos indícios de derrocada que se evidenciam, e têm-no muito especialmente porque para essa derrocada contribuiu determinantemente a sua acção, o seu não cruzar nem deixar cair os braços, o ânimo renovado, a determinação constante.

Mas sabemos todos que muito caminho há a percorrer e muito especialmente o muito que é ainda necessário para construir uma alternativa real que reponha o País no caminho da liberdade e do progresso de facto, e não o dos discursos balofos e vendidos.

Definir esse caminho exige a luta que estamos a travar, que temos travado e que — não se duvide! — estamos dispostos a continuar a travar, mas exige igualmente a ponderação das realidades, a coragem das transformações, a firmeza das decisões, a consciência das mudanças.

Pela parte que nos toca, a nós comunistas, estamos na luta, estamos também no trabalho de criação e transformação.

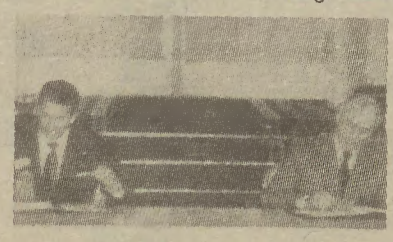
Este ano é, para nós, o da greve geral, o da contenção do ataque à Reforma Agrária, o da derrota do «pacote laboral», o do fortalecimento do movimento sindical e da unidade dos trabalhadores — mas é também o desse esforço imenso de estudo e análise plasmado em dezenas de reuniões de estudo, é um ano de renovação, é o ano do nosso XII Congresso.

A um ano de distância do 19 de Julho, nós temos motivos para regozijarmo-nos. Cavaco Silva e a direita — não.

Resumo

31
Terça-feira

Sozinho, o PSD vota favoravelmente a Lei da Rádio na Assembleia da República, repetindo-se assim as posições partidárias assumidas na votação na generalidade e na Comissão Parlamentar que apreciara na especialidade o diploma, que passa agora com os votos contrários de toda a oposição ■ Na televisão, Cavaco Silva queixa-se da reprovação que o pacote laboral mereceu ao Tribunal Constitucional ■ Uma delegação da Confederação das Pequenas e Médias Empresas tem encontros com a CGTP/IN e com o Patriarcado de Lisboa ■ A Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos confirma a greve de quatro dias marcada para a próxima semana, responsabilizando a ministra Beleza pelas consequências ■ O «social-democrata» Arménio Santos demite-se do Secretariado da UGT, dando a entender que tal posição torna desnecessário o Congresso extraordinário daquela organização ■ Acordos assinados em Moscovo durante a cimeira entre Gorbatchov e Reagan são



considerados de menor importância em relação às expectativas criadas em torno das conversações ■ O Presidente paquistanês Zia Ul-Haq assume a chefia de um governo interino, após ter demitido o primeiro-ministro Junejo.

1
Quarta-feira

Termina em Moscovo a quarta cimeira entre os dirigentes soviético e americano ■ Organizações sindicais e políticas comentam desfavoravelmente as reacções do Governo e do Primeiro-Ministro à decisão do Tribunal Constitucional de chumbar o pacote laboral ■ Termina a greve de três dias que encerrou 350 das 400 repartições de Finanças, com uma adesão de cerca de 96 por cento dos trabalhadores das contribuições e impostos ■ O Presidente da República e o governador de Macau encontram-se em Bangecoque e discutem a situação naquele território sob administração portuguesa ■ O exército de Israel reconhece a morte de 207 palestinianos desde o levantamento popular de 8 de Dezembro do ano passado nos territórios de Gaza e da Cisjordânia, assim como o número de 5133 feridos ■ Cerca de meia centena de mineiros são bloqueados por uma explosão numa mina de carvão, em Borken, na RFA ■ A greve marcada pela Frente Unida dos Trabalhadores, no Equador, realiza-se apesar do estado de emergência decretado horas antes pelo presidente Cordero.

2
Quinta-feira

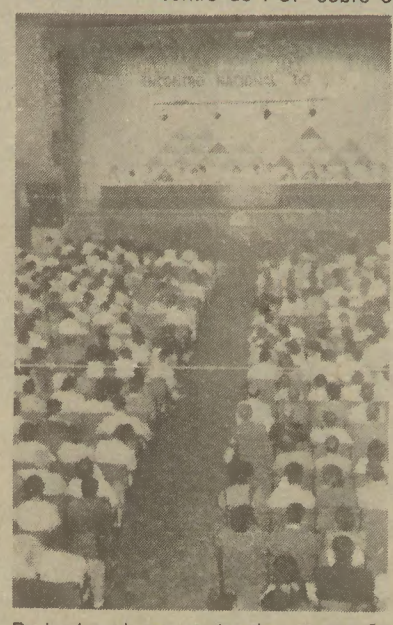
O Presidente da República, Mário Soares, encontra-se nas Filipinas com Corazon Aquino, tendo sido abordada a questão de Timor ■ O Primeiro-Ministro anuncia que haverá em breve uma decisão sobre jornais estatizados a alienar, durante uma intervenção proferida no Porto por ocasião do centenário do «Jornal de Notícias» ■ O *ayatolah* Khomeini indica o presidente do parlamento iraniano, Rafsanjani, para comandante-chefe das forças armadas do Irão ■ O presidente de El Salvador, Napoleón Duarte, é operado em estado crítico, num hospital dos Estados Unidos ■ O embaixador dos Estados Unidos em Beirute é alvejado por milícias do Partido Falangista Libanês envolvidas em tiroteio com os guarda-costas do diplomata.

3
Sexta-feira

O Presidente Mário Soares chega a Manila, capital das Filipinas, com o seu programa de visita alterado devido ao tufão e à tempestade que inunda a cidade ■ O general alemão-federal Altenburg, presidente do Comité Militar da NATO, inicia uma visita a Portugal para contactos com autoridades civis e militares ■ Em Londres, fazendo escala na viagem para os EUA, Ronald Reagan faz declarações sobre a cimeira de Moscovo, considerando-a como uma abertura de uma nova era nas relações Leste-Oeste ■ Após três semanas de consultas, o primeiro-ministro dinamarquês Schlueter forma um governo tripartido minoritário de centro-direita ■ Um tribunal de Paris rejeita recurso do criminoso de guerra Klaus Barbie, que continuará a cumprir a pena de prisão perpétua a que foi condenado pelo tribunal de Lyon de 1987.

4
Sábado

Mário Soares defende em Manila a autodeterminação do povo de Timor-Leste, em discurso proferido na Conferência sobre as Jovens Democracias ■ O Conselho Nacional do PSD reúne em Lisboa e considera que a decisão do Tribunal Constitucional de reprovar o pacote laboral «causará graves prejuízos ao país» ■ A polícia sul-coreana faz prisões entre os estudantes que se manifestam junto ao quartel-general do Comando das Nações Unidas ■ Realiza-se em Alhandra o Encontro do PCP sobre o



Poder Local, no quadro da preparação do XII Congresso ■ Reunida no Funchal no seu 1.º Encontro Regional, a CDU da Madeira decide concorrer em todos os círculos nas eleições regionais marcadas para Outubro.

5
Domingo

Realiza-se em França a primeira volta das eleições legislativas, cujos primeiros resultados apontam para uma maioria de socialistas na Assembleia. Os comunistas sobem a sua percentagem em relação às presidenciais, com mais de 11 por cento dos votos, e a extrema-direita cai, não se prevendo eleição de deputados do partido de Le Pen ■ O programa de Herman José, «Humor de Perdição», vê censurada a «entrevista histórica» que previa a participação da «rainha santa» ■ Mário Soares chega a Nova Iorque para participar na sessão especial da ONU sobre desarmamento ■ Termina em Fátima o Congresso Nacional dos Leigos.

6
Segunda-feira

O primeiro dia da greve dos médicos salda-se por uma grande adesão em todo o país, segundo os dados comunicados pelos sindicatos ■ É exonerado o director dos Assuntos de Justiça de Macau, por haver perdido a «confiança pessoal, profissional e política» da respectiva tutela ■ Trabalhadores da Função Pública iniciam uma jornada de luta até quinta-feira próxima, reivindicando a abertura de novos concursos ■ O Banco de Portugal anuncia ter tido em 1987 lucros da ordem dos 16 milhões de contos ■ O embaixador angolano em Lusaka afirma à imprensa que os Estados Unidos estão a ajudar a Unita a «mudar-se» da Jamba para o Zaire ■ O secretário de Estado dos EUA, Schultz, falando antes de um encontro com o presidente sírio, afirma ser absurda a criação de um Estado palestiniano.

7
Terça-feira

Em Encontro com a Imprensa no Cais das Colunas, a CDU apresenta a sua proposta de recuperação do Terreiro do Paço, «substituindo os carros, o ruído e o estacionamento por pessoas, na perspectiva de que os cidadãos devem reassumir o gosto pela cidade». ■ Segundo a Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos, a greve nacional destes profissionais da Saúde mantém-se com um nível de 95% de adesões. ■ Segundo o INE, o défice da balança comercial portuguesa aumentou, nos dois primeiros meses deste ano, 21,8% relativamente a igual período de 1987. ■ A ministra sueca da Justiça, Anna-Greta Leijon, apresenta a sua demissão por ter apoiado pessoalmente um inquérito paralelo sobre a morte do ex-primeiro-ministro, Olof Palme. ■ Os principais dirigentes dos países da Liga Árabe iniciam em Argel uma cimeira de emergência, para debater as maneiras de apoiar o levantamento palestiniano nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Maio: 27 120 exemplares

Semana

Avante!

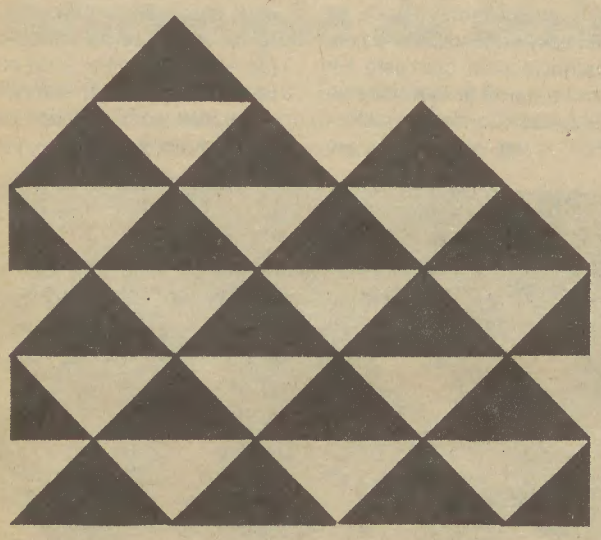
Ano 58 – Série VII
N.º 754
9 de Junho de 1988
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Em Alhandra, com mais de 800 participantes

Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local

A vila de Alhandra, no concelho de Vila Franca de Xira, conheceu um movimento inusitado no passado fim-de-semana, mais concretamente no sábado: quase mil pessoas (a maior parte delas forasteiras) entraram-lhe portas adentro num formigar bem disposto que superlotou os restaurantes da zona, quando chegou a hora do almoço. Só que toda aquela gente não foi ali, propriamente, em excursão de passeio e convívio, embora a terra mereça uma visita, ali tão à beira-Tejo ali tão carregadinha das memórias dos esteiros e de belas páginas do neo-realismo português, pela pena de Soeiro Pereira Gomes.

As muitas centenas de pessoas que, vindas um pouco de todo o País, ali afluiram no passado sábado, foram a Alhandra participar no **Encontro Nacional do PCP Sobre o Poder Local** – uma iniciativa que, realizada a ano e meio da data previsível das próximas eleições autárquicas, visou «proceder a uma avaliação alargada da actividade desenvolvida nos últimos anos e traçar linhas de orientação que permitam, na base de uma análise ao trabalho realizado e da consideração de novos aspectos impostos pela evolução da situação nacional e local, contribuir para a correcção de deficiências e confirmar e ampliar uma gestão superior protagonizada nas autarquias pelos comunistas e seus aliados». Além disso o Encontro enquadrou nos seus objectivos uma contribuição para as teses do próximo XII Congresso do PCP, naturalmente no âmbito da matéria em discussão – o Poder Local democrático.



As muitas dezenas de intervenções produzidas ao longo do dia passaram verdadeiramente a pente fino a realidade autárquica do nosso País, o que não surpreende se tomarmos nota que tais intervenções foram produzidas por comunistas que são quadros políticos, autárquicos e técnicos altamente especializados e familiarizados com as questões do Poder Local, nele protagonizando, com muitos outros milhares de pessoas e no quadro da CDU, um trabalho autárquico que justamente se orgulha da sua honestidade e competência.

Para se ter uma ideia da riqueza e vivacidade dos debates que construiram o Encontro, basta dizer que o projecto de documento apresentado à discussão recebeu centenas de propostas de emenda, o que desembocou numa resolução lida em plenário por **Luís Sá**, membro do CC do PCP e um dos responsáveis do Partido pelo sector do Poder Local, resolução essa que seria aprovada por unanimidade e aclamação.

Como, no sempre curto espaço disponível, se torna impraticável pormenorizar o que quer que seja, fiquemos também «com uma ideia» do que esteve em discussão no Encontro, dando uma vista de olhos aos temas do projecto apresentado à discussão.

Dividido em sete grandes blocos temáticos subordinados à consigna **«O PCP e o Poder Local** — O Período de 1984-1988 e as perspectivas futuras de trabalho», o projecto apresentado à discussão começava por caracterizar a «actuação dos órgãos do Poder Local» chamando à colação os diversos governos que conduziram a política nacional no referido período de 1984/88, avançava depois para a «luta em defesa e pela construção do Poder Local», (apontando as diversas frentes onde se trava essa luta, nomeadamente nas autarquias, na Assembleia da República, na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no Parlamento Europeu e no plano da luta e informação às massas) e terminava com a definição de «objectivos de luta futuros» em diversos domínios — revisão da Constituição, finanças locais, regionalização, etc.

Estas matérias constituíam o «2.º bloco temático» (chamemos-lhe assim), que definia o período de 1984/88 como **«um período de grandes lutas pela construção e em defesa do Poder Local»**.

O «3.º bloco» analisava as posições da CDU e caracterizava o trabalho realizado em múltiplas áreas (informação às populações, gestão administrativa e financeira, saneamento básico e recursos hídricos, rede viária, urbanismo e ordenamento do território, ambiente, habitação, educação, cultura e património cultural, saúde, acções para mulheres, juventude, infância e reformados, desenvolvimento económico, etc., etc.). Caracterizava-se ainda o trabalho da CDU em situação de minoria, o papel da PL-AECOD e a gestão autárquica de maioria de outras forças políticas.

O «4.º bloco» definia como tema central **«aproveitar a experiência para melhorar a eficácia, a democraticidade e a participação na gestão autárquica»** (que se desdobrava em quase trinta linhas de discussão, desde «a actualização constante das orientações do Partido para a frente de trabalho das autarquias», à gestão de recursos humanos ou a orientações sectoriais), passando-se depois para o «5.º bloco» que propunha **«dinamizar a CDU, preparar as próximas eleições autárquicas»** (abrindo de novo outros caminhos para a discussão) e o 6.º, que definia: **«O PCP, força essencial na construção e defesa do Poder Local e na luta para melhorar a vida das populações»**.

Ora tudo isto não passa de (parte) do índice do projecto de documento! Imaginem agora o que foi o desenvolvimento, num Encontro que mobilizou largas centenas de quadros altamente qualificados nas questões autárquicas — e qualificados por «um saber de experiência feito».

EUA-URSS
confronto ou cooperação?

Henry Kissinger
em entrevista à
revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários
Preço 70$00
A VENDA

a Talhe de FOICE

Ó pra eles!

(...) **É obrigação da RTP defender os valores históricos e culturais de Portugal** (...)
Caramba! É o que se chama uma afirmação de peso. Cuja grande (e única) vantagem, diga-se em abono da verdade, é a de conseguir espantar-nos, o que nos tempos que correm não vai sendo nada fácil. Sobretudo com a televisão que temos.
Veio a dita — declaração — a propósito, como já todos devem saber, da polémica gerada em torno da censura do Conselho de Gerência da RTP às **Entrevistas Históricas** do programa **Humor de Perdição.**
Não se sabe o que é que o dito cujo conselho entende por **valores históricos e culturais.** E é pena.
Porque na falta de dados, resta o recurso de um olhar mais demorado à programação, sacrifício de não pouca monta.
É assim que deparamos com um lote de concursos, qual deles o mais imbecil, onde as perguntas históricas parecem um totoloto de calendário com os concorrentes a tentar adivinhar a data do dia de baptismo de fulano de tal, e as questões culturais se centram na adivinha do nome do livro do escritor sicrano.
É assim que deparamos com execráveis programas infantis (?) onde a troco de camisolas, canetas de feltro ou fatos de treino, as criancinhas são chamadas a dizer se as mães tiram os pelos das pernas com gilette ou com cera; enriquecem a sua cultura geral com insistentes incursões da Disneylândia; tomam conhecimento dos valores históricos com doses maciças de filmes... do estrangeiro.
É assim que corremos o risco de ver entrar pela casa dentro programas ao que parece tidos por inócuos, como o «Clubíssimo», que são um autêntico atentado à inteligência do cidadão.
É assim que se não nos percatamos expomos as nossas crianças a traumatismos, quiçá irreparáveis, através da audição daquelas inqualificáveis «Histórias de outros tempos».
E isto só para citar alguns exemplos da produção nacional. Que a restante — salvo as excepções a confirmar a regra — daria pano — para mangas.
Não consta que alguma vez o Conselho de Gerência da RTP tenha, sobre os exemplos citados e os muitos outros deixados de fora, utilizado o seu **lápis azul**, tradicional designação da censura de outros tempos. Apesar da quase unanimidade que os mesmos merecem da crítica e do público.
À falta de explicações, também, ficamos sem saber se a súbita preocupação histórico-cultural da RTP se ficou a dever às «entrevistas históricas» já efectuadas ou às que estavam programadas.
Ficamos sem saber se o que buliu com as sensíveis cordas nacionalistas do dito foi o penoso regresso do D. Afonso Henriques a Guimarães, ora andando, ora a pé; se o domjuanismo épico do Camões; se a brejeirice alentejana da Florbela Espanca; ou se, pelo contrário, foi o receio das revelações que a «Rainha Santa Isabel» poderia vir a fazer.
O que traz à lembrança cenas como as que rodearam, por exemplo, a apresentação do filme «Je vous salut Marie», com o presidente da Câmara de Lisboa a capitanear agitadas hostes em pretensa defesa da religião e da moral.
Seja como for, é-se levado a pensar que os valores históricos e culturais são algo de tão sério, tão sério, tão sério, que deles é interdita toda a reflexão que não seja atenta, veneradora e obrigada. Como se os heróis assim sacralizados, todos depois de muito devidamente mortos, não tivessem sido homens e mulheres, com as suas virtudes e os seus defeitos, a sua humaníssima condição, sem a qual não se teriam destacado da massa anónima.
Como se a História e a Cultura fossem necessariamente uma terrível chatice.
Como se a História e a Cultura fossem valores a necessitar da protecção da guarda pretoriana da RTP, contra tudo e contra todos, menos a arbitrariedade dos próprios, que para si reservaram essa arma antiga chamada censura.
Como diria a popular Maximiana, Ó pra eles!

■ **A.F.**

Poder Local

ENCONTRO NACIONAL DO PCP SOBRE O PODER LOCAL

É só comparar...

O Encontro trabalhou em plenário durante toda a manhã de sábado, voltando a fazê-lo à tarde, na sessão de encerramento. Entre esses períodos funcionaram quatro secções distribuídas por Alhandra (duas na própria Sociedade Euterpe Alhandrense, outra na Juventude Alhandrense e a quarta no Clube Recreativo de Alhandra). Mais de 800 pessoas estiveram presentes, o que já diz muito da iniciativa.

Tudo isto deu lugar a muitas dezenas de intervenções, carreando dados, críticas, balanços, sugestões, propostas e reflexões para o Encontro, enriquecendo-o com contribuições onde imperaram a experiência concreta, o empenhamento e os talentos individuais e colectivos. Era bom de ver. Mas impossível de transcrever. Pelo que nos ateremos, mais uma vez, ao enunciar dos temas discutidos, o que, de qualquer modo, indicia a profundidade com que foi tratado o Poder Local neste Encontro do PCP.

Assim, na **Secção 1** discutiram-se questões relacionadas com a Cultura, o Desporto, o Património, a Juventude, a Educação, as Mulheres, os Reformados, a Infância e os Deficientes – questões onde, naturalmente (e como o indiciava o título da rubrica em discussão) estava em foco a acção sociocultural.

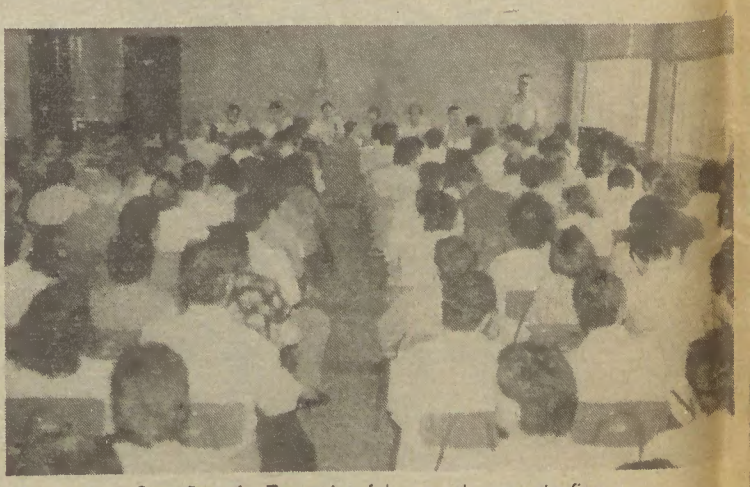
Na **Secção 2** falou-se de saneamento básico, rede viária, transportes, electrificação, turismo, etc., dando corpo à rubrica do desenvolvimento económico, planeamento, ambiente e infra-estruturas.

Na **Secção 3**, dedicada à «Organização dos serviços, recursos humanos, situação e problemas dos trabalhadores das autarquias, funcionamento dos órgãos», tratou-se de problemas com a informatização, as relações trabalhadores/autarquias, cooperação intermunicipal, papel dos órgãos deliberativos, descentralização para as Freguesias, etc.

Finalmente na **Secção 4** – cujo tema era a «dinamização da CDU, participação popular e trabalho voluntário», os assuntos em debate abordaram os encontros, visitas e informação CDU, o trabalho voluntário, a participação de estruturas populares e sociais na gestão da Autarquia, informação à população, estilo de massas.

Apesar da ausência do pormenor, é fácil, mesmo assim, apercebermo-nos da seriedade, profundidade e competência com que este Encontro tratou as questões autárquicas – onde, de resto, o PCP é um dos grandes protagonistas nacionais. Se alguém achar que exagerámos, faça o favor de comparar com iniciativas similares (se as descobrirem...) de outras forças políticas também envolvidas com o Poder Local. É só comparar...

***Nas sessões plenárias** a grande sala da Euterpe Alhandrense esteve sempre à cunha — mesmo quando se olhava a multidão de perto...*



***Nas quatro Secções do Encontro** foi passada a pente fino a realidade autárquica portuguesa (na foto, Secção 1, na Euterpe Alhandrense)*

***Houve quem tivesse de levar as crianças**, que acabaram por organizar os seus «encontros privativos» em plena sessão plenária. O que valia era a boa instalação sonora, que abafava os «chilreios» da rapaziada!*

A explicação das coisas

A explicação das coisas é meio caminho andado para a compreensão. Qualquer iniciativa do PCP tem esse mérito – o de explicar com clareza o que pretende, o que se fez e quer fazer – pelo que basta transcrever a badana que anunciou o Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local para se ficar com uma informação. Criadora. Eis a transcrição:

«O Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local constitui parte integrante do intenso trabalho colectivo em curso com vista à preparação do XII Congresso.

«O trabalho preparatório a realizar localmente em cada uma das organizações e o próprio Encontro donde sairá um documento de "contribuição para a elaboração do Projecto de Teses do XII Congresso" permitirão proceder a uma avaliação alargada da actividade desenvolvida nos últimos anos e traçar linhas de orientação que permitam, na base de uma análise ao trabalho realizado e da consideração de novos aspectos impostos pela evolução da situação nacional e local, contribuir para a correcção de deficiências e confirmar e ampliar uma gestão superior protagonizada nas autarquias pelos comunistas e seus aliados.

«Realizado a ano e meio da data previsível das próximas eleições autárquicas o Encontro do PCP sobre o Poder Local desempenhará um papel decisivo na contribuição dos comunistas para a dinamização da CDU e para a criação das condições que permitam ao Partido encarar as próximas eleições autárquicas com a confiança que decorre do amplo trabalho realizado nas autarquias ao serviço das populações, do progresso e do desenvolvimento local.»

Poder Local

ENCONTRO NACIONAL DO PCP SOBRE O PODER LOCAL

***Quando calhava**, os aplausos enchiam também o salão*

***No átrio** podia apreciar-se uma interessante exposição sobre a actividade do município de Vila Franca de Xira, de certo modo o «anfitrião» do Encontro, dado a Euterpe Alhandrense (e Alhandra, obviamente) se situarem neste Concelho*

***Ao contrário do que a foto possa fazer crer** a presença de mulheres no Encontro era manifestamente inferior à dos homens. Um problema velho e de difícil solução...*

***No excelente bar da Euterpe** havia sempre gente, prolongando, até no convívio, o empenhamento que se vivia lá dentro, no enorme salão do Encontro*

Intervenção de Carlos Costa

Carlos Costa, o membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP que acompanhou os trabalhos do Encontro, proferiu a intervenção de encerramento, de que transcrevemos algumas passagens.

«No fim deste encontro creio que podemos afirmar que os seus objectivos essenciais foram alcançados.

«Demos, como pretendíamos, no domínio aqui tratado uma contribuição sólida para os trabalhos de preparação do XII Congresso do PCP.

«Procedemos a uma avaliação crítica e equilibrada do nosso trabalho, valorizando e promovendo as trocas de experiências positivas, mas também detectando e assumindo as deficiências na intervenção dos comunistas nas autarquias e no funcionamento do Partido nesta frente.

«Mobilizámos esforços e vontades na detecção de novos problemas e realidades e na actualização e aprofundamento de orientações.

«Demos um novo contributo e um novo impulso importante à preparação das eleições autárquicas (...).

«Mas o que de mais significativo ouvimos neste Encontro e os próprios documentos de base mostram, podemos concluir que o PCP e a CDU realizaram uma obra ímpar nas autarquias. As deficiências que apontamos e queremos corrigir existem principalmente por comparação com os nossos ideais e orientações e não por comparação com as realizações de outras forças políticas. Isto não significa desmerecer as realizações de outros, pois a própria natureza do Poder Local saído da Revolução de Abril possibilitou que por todo o País se realizasse uma imensa obra quando comparada com as realizações de 48 anos de regime fascista em que não existia um verdadeiro Poder Local.

«O nosso papel na luta pela construção e defesa do Poder Local foi e é pioneiro e destacadíssimo. Temos um conjunto vasto de eleitos autárquicos experientes (como aqui insofismavelmente ficou demonstrado) e muito prestigiados, com espírito revolucionário, dedicados ao Partido e às populações, aos quais se juntam e juntarão sempre novos quadros. Dispomos do contributo dos nossos aliados do Partido "Os Verdes", da Associação "Intervenção Democrática" e de milhares de democratas independentes, que daqui quero saudar calorosa e fraternalmente (...).»

O Governo e o Poder Local

«A ofensiva antiautárquica está suficientemente caracterizada no documento e em outras intervenções produzidas neste Encontro. Julgo oportuno, porém, salientar três ideias fundamentais.

«1.ª – Apesar de todos os elogios, quantas vezes hipócritas, e bajulações ao Poder Local, a política do Governo, como é tradicional da política de direita, é de centralismo, ingerências e tentativas de quase esvaziamento de recursos e da autonomia das autarquias. Tal corresponde não só a concepções profundas mas também, em algumas áreas, com destaque para o planeamento territorial, a interesses especulativos do grande capital (...).

«2.ª – A direita tem extremas dificuldades em prosseguir a sua política antiautárquica. Por um lado o Poder Local está profundamente enraizado na consciência democrática das populações e o seu funcionamento eficaz e democrático é em si mesmo uma contribuição importantíssima para a sua defesa. Por outro lado, a política do PSD cria contradições e oposições no seio do seu eleitorado e do próprio partido que o Governo não pode ignorar. Finalmente, há uma vastíssima e poderosa corrente de opinião – em cuja criação o PCP teve importante papel – que é favorável à defesa da autonomia administrativa e financeira e à democraticidade do Poder Local.

«3.ª – A luta pelo Poder Local tem que ser praticamente constante e exige uma larga unidade e um grande empenhamento e combatividade dos eleitos e de todo o Partido. Falando só das lutas presentes e do próximo futuro, temos de nos empenhar contra a revisão injusta do sistema de finanças locais a pretexto da reforma fiscal, contra o regresso cada vez mais largo ao sistema de comparticipações financeiras casuísticas e arbitrárias nos investimentos das autarquias, contra a imposição dos mais diversos encargos sem recursos financeiros correspondentes, contra a revisão num sentido ainda mais centralista da legislação sobre planeamento territorial e urbano, contra o fortalecimento e ingerências das CCRs, contra a tentativa de falsear o resultado das eleições através da manipulação do recenseamento eleitoral, contra uma revisão constitucional que defraude a democraticidade e a representação proporcional nos órgãos do Poder Local.»

Trabalho realizado e perspectivas

«(...) Tornou-se habitual, ouvir dizer, mesmo a membros do Governo, que as autarquias deixaram de ser autarquias de infra-estruturas para passarem a ser autarquias de desenvolvimento. A questão posta esquematicamente assim tem pouco sentido e é excessivamente simplista ou sofismática.

***Carlos Costa**, que esteve sempre na mesa que presidiu às sessões plenárias, foi aqui surpreendido a assistir paulatinamente aos trabalhos de uma das Secções (neste caso a 2.ª)*

A verdade é que a obra realizada em matéria de infra-estruturas pelas autarquias com maioria dos comunistas e seus aliados mais próximos foi gigantesca. Em muitos municípios de maioria CDU aproxima-se dos 90 e até dos 100% a população que beneficia de abastecimento de água, recolha de esgotos e lixos. Há alguns anos esses valores não atingiam sequer metade dos actuais valores. Este facto tem profundos reflexos positivos no quotidiano das populações e na saúde pública (...)»

Mas «em grande parte do País, as autarquias continuarão a ser – ou deverão passar a ser, porque o não foram até agora – autarquias em que as infra-estruturas deverão merecer atenção prioritária. Por toda a parte, aliás, continuará a haver grandes investimentos na renovação, conservação ou beneficiação de redes. As infra-estruturas são, aliás, como se sabe, uma componente essencial do desenvolvimento quer porque são, em muitos aspectos, condição básica de uma política de desenvolvimento equilibrado, quer pelo bem-estar que de imediato proporcionam às populações, quer pelos empregos que a sua construção e manutenção cria ou estabiliza (...).

«Queria a propósito desta questão do desenvolvimento lembrar, ainda, que se é verdade que o desenvolvimento económico do País depende muitíssimo mais da política económica do Governo e de uma correcta política regional, do que das autarquias, se é igualmente verdade que o desenvolvimento económico é um indispensável alicerce de todo o desenvolvimento, para nós comunistas – e queria aqui afirmá-lo com toda a clareza – a nossa concepção de desenvolvimento não é apenas a de desenvolvimento económico, mas sim a de um desenvolvimento integrado: económico, social, cultural, etc., isto é, de todas as questões que, no seu conjunto, interessam ao bem-estar das populações. Este conceito de desenvolvimento integrado é, aliás, um dos objectivos da democracia avançada pela qual lutamos (...)»

As eleições autárquicas e a CDU

«Hoje fala-se muito de eleições autárquicas. Pela nossa parte, já as começámos a preparar e, de algum modo, foi também a contribuir para essa preparação que estivemos hoje aqui, mais uma vez, a trabalhar neste Encontro Nacional (...).

Pela nossa parte fizemos e faremos tudo o que for possível pela unidade democrática nas autarquias, não só com o PS mas também com o PRD, o PSR, a UDP e outras forças.

Mas três ideias se impõe desde já tornar claras:

«1.ª – O PCP não aceitará formas de colaboracionismo que subalternizem ou diluam o seu papel de grande partido nacional e de grande força democrática, agora e no futuro indispensável à resolução dos problemas das populações e à defesa e aprofundamento da democracia (...).

«2.ª – Assumindo o PS a posição de inviabilizar a unidade sob a forma de coligações ou de outras formas reciprocamente vantajosas para as forças democráticas, a CDU, sem prejuízo da procura da unidde com outras forças democráticas, assume-se como alternativa nos casos em que a direita ou o PS têm a maioria, quer por em muitas situações ser a segunda força política, quer por demonstrar ser à escala do conjunto do País e muitas vezes em cada local a força mais empenhada, mais firme e mais capaz de assegurar os interesses das populações.

«3.ª – Em face das posições do PS e prosseguindo incansavelmente a luta pela unidade e com a maior abertura para considerar outras fórmulas de unidade ou convergência com forças democráticas, o nosso objectivo essencial não poderá deixar de ser, nestas circunstâncias, o de concorrer no quadro da CDU em todos os municípios e no maior número de freguesias do País, mantendo todas as maiorias, lutando por novas maiorias e por alargar as posições em minoria (...).

«Uma palavra ainda sobre a dinamização da CDU. Realizaram-se já mais de uma centena de plenários distritais, concelhios e de freguesia. Deram-se passos importantes na informação e contacto com as populações e tomaram-se medidas para os tornar mais regulares. Criaram-se e começaram a funcionar dezenas de comissões coordenadoras, por vezes com uma abertura unitária considerável. Há ainda atrasos em muitos lugares. Mas o trabalho realizado foi oportuno, necessário e está a ter um saldo muitíssimo positivo (...).

«Há agora que dar continuidade e regularidade ao trabalho, procurar o alargamento cada vez maior da CDU, transformá-la na prática, um pouco mais por todo o lado, no que já é em muitas situações: um espaço em que cabem o maior número de homens, mulheres e jovens interessados em contribuir para a resolução dos problemas da sua terra, para o bem-estar das populações, para a defesa e aprofundamento da democracia de Abril (...)»

Trabalhadores

Médicos – Termina a greve inacabada

Anteontem, dia 7, no segundo período de 24 horas de greve do corpo clínico português, os sindicatos médicos afirmavam que se mantinha a adesão do primeiro período: 95 por cento a nível nacional. Sem a reclamada negociação com os representantes sindicais dos médicos, que o Governo tem insistido em recusar, a greve que deveria terminar hoje, dia 9, pode prolongar-se pelo fim-de-semana, incluindo o feriado de amanhã.

A Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos chamava anteontem e mais uma vez a atenção para **«o comportamento que o Governo está a assumir neste conflito»**.

Segundo aquele órgão coordenador (recorde-se que a Ordem continua a apoiar a luta, embora tenha encetado o diálogo com o Ministério da Saúde), **«o Governo continua a escolher o silêncio»** perante a acção sindical.

Como forma de resposta, esse silêncio do Governo é frontalmente rejeitado pelos médicos que, segundo alguns órgãos de comunicação social, podem endurecer e prolongar mais a luta.

A própria Coordenadora, que órgãos de informação mais controlados pelo Governo pretendem afastar do contacto com a opinião pública – é flagrante o caso da Televisão –, sublinha que, **«se não for dada qualquer resposta por parte do Governo, as estruturas sindicais médicas não terão outra solução», a não ser o endurecimento da luta.**

A Coordenadora sindical repudia «os boatos alarmistas» postos a circular, na tentativa de incutir na «opinião pública sentimentos de hostilidade em relação à justa luta dos médicos».

Ao marcar, entretanto, para hoje, quinta-feira, uma conferência de imprensa, em Lisboa, a Coordenadora sindical dos médicos destacava que, «a par de uma informação correcta», tem surgido «todo um conjunto de atoardas que configuram, eventualmente, manobras de diversionismo e de contra-informação, emanadas do próprio Ministério da Saúde».

Um indicador de conforto

Entre outros comentários de interesse não menor, a partir dos «indicadores de conforto» apresentados recentemente pelo INE, a CGTP incluía o seguinte: «o número de estabelecimentos de saúde com internamento tem vindo a diminuir, passando de 481 em 1984 para 375 em 1986. O mesmo tem acontecido aos estabelecimentos de saúde sem internamento (de 2403 para 2091). Esta situação traduziu-se numa redução do número de camas por 100 habitantes de 5 para 4, isto é, uma diminuição absoluta, nestes dois anos, de 10 996 nas camas existentes (de 50 210 para 39 214), ou seja, uma redução de 22 por cento». O INE é, como se sabe, o Instituto Nacional de Estatística: fonte oficial.

Greve na RN, dia 16

Continuava marcada anteontem uma greve nacional da RN (transportadora pública) para a próxima quinta-feira. Além da revisão salarial (inaceitável a proposta patronal de 3,5 por cento), sindicatos, ORT's e trabalhadores não podem aceitar, por exemplo, um horário de trabalho que obrigue a 14 horas diárias de permanência na empresa.

Depois de um plenário no passado dia 1, quinta-feira, na sequência da jornada nacional de luta de 26 de Maio, os sindicatos foram unânimes na marcação da greve.

Prossegue a ofensiva do Governo nos transportes

Recorda a FESTRU (Federação principal do sector) que no plenário de 23 de Maio, em Lisboa, foi repudiada «a ofensiva legislativa do Governo no sector dos transportes».

Ao mesmo tempo que se regista «uma recuperação económica sensível» na Rodoviária Nacional, sem que a empresa tenha efectuado «quaisquer investimentos nos últimos anos», o Governo ressuscita um projecto de decreto regulamentar que «os trabalhadores consideram pretender instaurar o regime de escravatura nas empresas», reafirma a FESTRU.

O Governo e os concelhos de gerência sabem do que se trata. Mas os trabalhadores só através dos sindicatos souberam que estava a ser discutida a aplicação desse projecto regulamentar. Nos seus termos, segundo a Federação, **«sempre que as necessidades de serviço o imponham, as empresas podem encarregar os trabalhadores de funções que não correspondem às suas categorias»** profissionais.

Podem ainda, Governo e gerências, instituir um horário de trabalho que obrigue **«os trabalhadores a estar presos à empresa 14** (catorze) **horas diárias»**.

Entre outras bizarrias de não menor gravidade, o projecto regulamentar consideraria, diz a FESTRU, **«trabalho nocturno apenas o que fosse prestado a partir das 22 horas»**.

Na base do conflito, que a não ser resolvido por outros meios levará à greve da próxima quinta-feira, está também «a intenção do CG (gerência) e do Governo de retirar à RN o centro de mercadorias».

Para a FESTRU e para os sindicatos a tentativa é «ilegal e anti-estatutária». Viola o estipulado no artigo segundo dos estatutos da empresa. É ilegal porque esses estatutos foram promulgados sob a forma de Decreto-Lei (427/J/76) que define «o objecto social da RN».

Embora as razões sejam mais que suficientes para o recurso à greve, os sindicatos procuram evitá-la, assim como os trabalhadores.

Parecer da CGTP aprovado na CEE

Soube-se no passado dia 3 que o Comité Económico e Social das Comunidades Europeias (CEE) aprovou por unanimidade um parecer da CGTP-IN sobre o PEDIP – apoio comunitário à indústria portuguesa.

Apresentado pelo dr. Vasco Cal, o parecer torna possível uma rápida decisão sobre o assunto, no próximo dia 13, quando se reunir o Conselho de Ministros da CEE.

Segundo comunicado do dia 3, data da sessão do Comité, o departamento da Central para a Informação acrescentava que «o Comité aprovou a proposta de regulamento do Conselho, apresentada pela Comissão, para a gestão dos 500 milhões de Ecus, decidido na cimeira de Bruxelas».

O representante da CGTP-IN, ao apresentar o seu parecer ao Comité Económico e Social, «chamou a atenção para a necessidade de uma correcta utilização e coordenação dos fundos comunitários em Portugal».

De acordo com o mesmo comunicado do dia 3, sexta-feira, o parecer aprovado «descreve exaustivamente o conteúdo essencial dos quatro eixos previstos no PEDIP». São eles:

«O reforço das infra-estruturas de base a favor da indústria; o reforço da formação profissional, inicial e contínua nas profissões industriais; o financiamento dos investimentos produtivos; as missões de produtividade e de qualidade».

Espectro da falência mantém-se na Facar

De novo a Facar, sem salários, sem garantia de emprego e com o espectro da falência em cima. São novecentos e quarenta e sete trabalhadores sem salários há mais de seis meses.

A convite da comissão sindical, esteve na empresa, António Mota, deputado do grupo parlamentar do PCP.

O deputado tomou conhecimento directo da situação de uma grande empresa, entregue depois de 1975 ao capital privado, que se encontra hoje paralisada e sem energia, afectando gravemente não só os seus trabalhadores (mais de novecentos), mas ainda mais de quatro mil pessoas que, directa ou indirectamente, dependem da Metalúrgica, com sede em Leça da Palmeira.

O principal credor da Facar é o Banco Português do Atlântico (BPA). Mas foi um credor alemão que pediu a falência da Metalúrgica. O pedido foi indeferido, mas nem por isso a situação melhorou. Continuou a acumulação de vultuosas dívidas e o desaproveitamento total ou parcial da capacidade produtiva da empresa.

A empresa está equipada com tecnologia moderna — dizem os trabalhadores. Dada a sua importância para a economia nacional, não se compreende que se mantenha inactiva.

Os trabalhadores perguntam-se se será só a falta de vontade dos credores, entre eles o principal, o BPA. Ou se haverá inconfessados interesses de grupos, falta de confiança do credor maioritário na actual administração, ou tentativa de desmembramento da Facar para tornar mais fácil, acessível, a sua alienação.

Perguntas de momento sem resposta para as ORT's da Metalúrgica Facar.

Dentro das suas possibilidades, o grupo parlamentar do PCP irá levantar novamente a questão na Assembleia da República e junto dos órgãos competentes.

PMEs no CPCS?

Num encontro com Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes e Emídio Martins, dirigentes nacionais da CGTP, a Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas (PME's) entendeu, com o apoio da delegação da CGTP, que «devem ser introduzidas alterações que dêem mais eficácia e uma maior representatividade ao CPCS — Conselho Permanente de Concertação Social.

As duas delegações encontraram-se em Lisboa na terça-feira da semana passada, sendo a das PME's composta por Jorge de Araújo, presidente, Jorge Mira, secretário-geral, e Rui Vieira, membro da direcção.

A Confederação das PME's, que foi recebida a seu pedido pela delegação da CGTP, abordou «a actual composição do CPCS e a ausência de muitos parceiros sociais». Entre os que não participam no Conselho está ela própria, CPME.

Num curto comunicado sobre o encontro, o departamento de informação da CGTP refere que «houve ainda uma troca de impressões sobre o anunciado imposto único, sobre projectos de desenvolvimento da indústria e comércio e sobre relações laborais, tendo ambas as Confederações analisado o comportamento que o Governo tem tido quanto à alteração das leis do trabalho».

Supermercados Encontro Nacional

Efectua-se amanhã, 10, em Lisboa, o Encontro Nacional de ORTs (organizações representativas) e activistas sindicais em supermercados.

Aberto à comunicação social, o Encontro organizado pela Fepces (Federação sindical) inicia-se às 10 e 30, na Rua Vítor Cordon, n.º 1-2.º, na baixa lisboeta.

Segundo o departamento de informação da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços – Fepces, o Encontro abordará «importantes questões relacionadas com as condições de vida e de trabalho nos supermercados, nomeadamente a evolução social e económica do sector, os horários de funcionamento dos estabelecimentos, o vínculo contratual, os horários e ritmos de trabalho, as condições salariais e sociais, a formação profissional, a higiene e riscos de incêndio e a organização sindical».

Mau perder

Na sua última tomada de posição conhecida antes da saída deste número do «Avante!», a comissão executiva (direcção) da CGTP-IN só reconhece razão ao Primeiro-Ministro numa «coisa», quanto ao chumbo do pacote laboral. É quando Cavaco Silva afirma que «algo está errado no regime democrático-constitucional». A direcção da Central concorda. Mas o erro para a Inter não está na Constituição, nem nas instituições. Está na «existência de um Governo que não aceita as regras do jogo democrático». Utilizando algumas metáforas desportivas no seu curto comunicado de 31 do mês passado, os dirigentes da CGTP destacam o facto de o Primeiro-Ministro, «como todo o mau desportista», ter culpado da sua «derrota política o árbitro, ou seja o Tribunal Constitucional».

Antes de sublinhar que se trata de «uma primeira interpretação da CGTP-IN» sobre a declaração de inconstitucionalidade, a comissão executiva da CGTP-IN, que acusa o chefe do Governo de utilizar «a demagogia e a inverdade», na sua comunicação televisiva do passado dia 30, afirma que Cavaco Silva, «tendo visto o seu projecto condenado pelos trabalhadores, sentido-se cada vez mais isolado no plano político, em crescente perda de popularidade, como ele próprio reconheceu, o Primeiro-Ministro, utilizando a demagogia e a inverdade e evocando o apoio do FMI (Fundo Monetário Internacional) de tão má memória para os portugueses, investe contra as instituições democráticas: ontem o Parlamento, hoje o Tribunal Constitucional, amanhã o Presidente da República».

No mesmo sentido se pronunciaram outras forças sindicais, políticas e de âmbito social.

Trabalhadores

Acções de luta na Função Pública

Impostos pararam a 95 por cento

Entre as acções sindicais no âmbito da Função Pública, que referiremos a seguir, o destaque esta semana vai para a greve dos trabalhadores das Contribuições e Impostos que, segundo o Sindicato do Sul e Açores (STFPSA), levou ao encerramento de 95 por cento das repartições de Finanças na zona Sul do País.

No dia 1, quarta-feira da semana passada, último dos três dias de greve, a adesão naquela zona foi da ordem dos 93 por cento.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA), que fornece uma longa lista de paralisações, muitas delas a cem por cento, considera «esmagadora» a adesão à greve.

Com base nessa adesão, os dirigentes do Sindicato mais representativo dos trabalhadores da FP na zona manifestam a convicção de que «o secretário de Estado para os Assuntos Fiscais dará resposta aos sucessivos pedidos de entrevista formulados pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública».

De outro modo a luta aumentará

O mesmo Sindicato (FPSA) recorda que tem mantido com os trabalhadores um contacto permanente. Desse contacto directo com a luta nas Contribuições e Impostos «resulta a firme intenção de intensificá-la de forma diversificada», se não forem satisfeitas as reivindicações em causa.

Como referimos na semana passada, o recurso à greve nas Contribuições e Impostos deveu-se no essencial à recusa do diálogo com os sindicatos.

Os trabalhadores não reclamam mais do que a reestruturação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, a revalorização das carreiras, formação profissional e outras medidas relacionadas com os prémios de cobrança e a colocação de trabalhadores.

«Resta ao Governo – adianta o STFPSA – encetar o diálogo, com os sindicatos».

O Governo, através da competente Secretaria de Estado, «perante a firme disposição dos trabalhadores», deve «assumir as tão apregoadas, mas até agora não cumpridas, intenções de busca de consensos e de estabilidade laboral».

De outro modo, a luta pode vir a abranger «outros trabalhadores do Ministério das Finanças», pois entre eles «existem também acrescidas razões de descontentamento».

O Sindicato dos TFPSA lança publicamente este «repto» ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais:

«Se está tão firme nas suas convicções, por que não recebe os representantes dos trabalhadores?»

«Temos propostas e queremos discuti-las. Quem recusa, afinal, o diálogo e a convivência democrática?» – pergunta a direcção do STFPSA.

Mantêm-se as acções anunciadas para outros sectores da FP

Como já referimos em números anteriores, os sindicatos e a Federação (FNSFP) anunciaram recentemente uma série de acções de luta para todo o mês de Junho, abrangendo, em especial, os trabalhadores da carreira administrativa na Saúde, na Administração Central e nos diversos organismos dependentes dos Ministérios, incluindo os tarefeiros (12 mil na Saúde) e os trabalhadores da Segurança Social.

Depois de ter anunciado «plenários nos locais de trabalho, com aprovação de moções» (até 31 de Maio), acções de esclarecimento junto da opinião pública e participação na jornada de luta do passado dia 26, o **plenário da Frente Comum** marcou para o passado dia 1 «acções de esclarecimento» junto das populações, em Lisboa, Porto, Coimbra; e para ontem, dia 8, depois de um plenário na Casa do Alentejo, em Lisboa, um «desfile até à Secretaria de Estado do Orçamento».

Na sexta-feira da próxima semana, 17, os trabalhadores administrativos da FP organizaram, como noticiámos na semana passada, uma **marcha-automóvel** para Lisboa, que incluirá concentrações e desfile em direcção, também, àquela Secretaria de Estado.

Formas de luta na Inspecção Económica se o Governo não der resposta

Os trabalhadores da carreira inspectiva da Direcção-Geral reclamam a revalorização de carreiras e estão dispostos a adoptar formas de luta, se o Governo não der resposta às suas reivindicações.

Num plenário em Coimbra, no passado dia 30, foi analisada a situação de desigualdade, que se mantém há alguns anos, «em relação a outros trabalhadores que desempenham funções semelhantes, em outros áreas e noutros ministérios».

Naquela iniciativa sindical, em Coimbra, falou-se mesmo de «discriminação», refere o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro (TFPC).

O Sindicato acrescenta que nunca da parte governamental houve «a resposta adequada à resolução do problema».

No passado dia 31, a direcção do TFPC revelava que «os sindicatos dos trabalhadores da Função Pública, através da sua Federação Nacional, fizeram já entrega à Direcção-Geral da Inspecção Económica de uma proposta de revalorização da referida carreira que, até à data, não mereceu qualquer posição da parte dos organismos competentes».

No mesmo plenário de Coimbra, onde se procedeu a uma primeira abordagem do problema, foi decidido «programar uma reunião a nível nacional».

Nela se determinarão quais as formas de luta a adoptar.

No essencial, os trabalhadores da DGIE pretendem a «dignificação da sua actividade profissional», para servirem melhor a população utente.

Governo engana trabalhadores sobre horários de trabalho

É ainda o Sindicato do Centro (TFPC) que acusa o Governo de enganar os TFP no que respeita a horários de trabalho.

A direcção dos TFPC diz que é «pura ilusão» a promessa governamental que tomou forma no Decreto-Lei 187/88 de 27 de Maio findo.

Na verdade, o Governo comprometeu-se, no acordo firmado com a Fesap/Ugt, a reduzir, **também**, de 45 para 40 horas semanais o horário do pessoal operário e auxiliar.

No entanto, «discriminatoriamente» – salientam os dirigentes dos TFPC – o Governo mantém «o horário de 45 horas semanais para o pessoal operário» ao seu serviço.

O Sindicato do Centro recorda que «nenhum país comunitário (CEE) pratica horários superiores a 40 horas na Administração Pública».

Só dependentes do Ministério da Saúde são 12 mil os tarefeiros sem vínculo à Função Pública (foto de arquivo)

Governo ameaça chefias

No passado dia 31, segundo dia da greve dos trabalhadores das Contribuições e Impostos, à medida que se verificavam novas adesões na região de Lisboa, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais ameaçava chefias e impunha a lei da rolha, anunciaram os sindicatos.

Aderiram à greve mais de 95 por cento dos onze mil trabalhadores, mas os serviços, por ordem do secretário de Estado, estavam impedidos de fornecer informações.

Foi a própria comissão executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública a revelar que, além da proibição das informações sobre a greve, aquele membro do Governo **ameaça e pressiona os chefes de repartição e de bairros fiscais, «recordando-lhes» que são nomeados em comissão de serviço e que, a qualquer momento, pode diligenciar no sentido da sua substituição, designadamente por licenciados da sua confiança.**

No entanto, em vez de diminuir, a adesão à greve aumentou no terceiro dia.

Alguns números disponíveis até ao momento:

Repartições de Finanças – **Covilhã:** só o chefe não aderiu; **Alandroal:** 100 por cento; **Arraiolos:** 100 por cento; **Coruche:** 100 por cento; **Borba:** 100 por cento; **Estremoz:** 100 por cento; **Montemor-o-Novo:** 100 por cento; **Évora:** 100 por cento; **Mora:** 100 por cento; **Portel:** 100 por cento; **Redondo:** 100 por cento; **Reguengos:** 100 por cento; **Vila Viçosa:** 100 por cento; **Moscavide:** 91 por cento; **Tribunais Tributários de Lisboa:** 8 dos 10 juízos encerrados; **Repartições de Finanças do Concelho de Lisboa:** das 20 existentes só 2 não encerraram totalmente; **Direcção de Finanças de Évora:** encerraram 4 dos 5 serviços; **Repartição de Finanças do Alvito:** 50 por cento; **Almada:** 85 por cento; **Beja:** 95 por cento; **Castro Verde:** 67 por cento; **Cuba:** 100 por cento; **Ferreira do Alentejo:** 100 por cento; **Odemira:** 100 por cento; **Ourique:** 80 por cento; **Serpa:** 70 por cento.

Pararam ainda a 100 por cento a **Repartição de Finanças de Vila Nova da Barquinha**, a **Direcção de Finanças de Constância**, a de **Alpiarça**, **Mação** e **Benavente**.

Outras repartições, como a do **Cartaxo** encerraram com 75 por cento de adesões. No **Entroncamento**, a greve na repartição teve adesão total. Na **Chamusca** (direcção) a adesão foi de 100 por cento e de 50 por cento em **Vila Nova de Ourém**.

Os sindicatos consideram «esmagadora» a adesão à greve.

Mais grave o peso fiscal

Depois de várias considerações oportunas sobre a anunciada reforma fiscal apresentada pelo Governo, a CGTP destaca o seguinte:

«Em valores, ou seja quantificando os resultados da proposta do Governo através de um exemplo, conclui-se o seguinte: uma família com o rendimento mensal de 50 contos, isto é, uma família em que cada um dos seus membros ganha menos que o salário mínimo nacional, não terá qualquer desagravamento fiscal; uma família com o rendimento bruto mensal de 75 contos, terá um desagravamento fiscal de 6%, isto é, o seu rendimento líquido disponível, ou seja, o rendimento que fica depois de pagar os impostos, aumentará em 6%, mas uma família com o rendimento de 400 contos por mês pagará menos 736,2 contos de impostos, enquanto no caso anterior pagará menos apenas 63 contos. ***Em resumo, quanto maior é o rendimento maior é o desagravamento e o benefício.***

«Em relação ao imposto que incidirá sobre as empresas – o imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) – o Governo fixou a taxa de 36,5%, o que é significativamente inferior à soma das taxas dos impostos que serão substituídas por aquele, e que são: Contribuição Industrial, 35%; Imposto Extraordinário, 2,5%; Imposto Complementar, Secção B: 6% a 12%. Mas aqui, tal como acontece em relação ao IRS o ***desagravamento fiscal*** *(benefício) é muito maior para as grandes empresas do que, relativamente, para as pequenas e médias.»*

Trabalhadores

Têxteis, calçado e afins

Começa hoje o V Congresso no Porto

Três dias de debates novas respostas para novas questões

A questão do emprego vai estar no centro dos debates do quinto Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal. Abreviando a sigla por nossa conta, a FSTT vai ter muito que debater e decidir a partir de hoje e até ao próximo sábado, dia 11, no Porto. Manuel Freitas, coordenador da Federação, disse que muitas situações se mantiveram desde o Congresso anterior, há três anos, mas sublinhou que «outras são diferentes e necessitam de novas respostas».

Numa entrevista publicada no número de Maio do órgão «Venceremos» da FSTT, Manuel Freitas salientou como «fenómeno novo», surgido no último triénio, a criação de mais de duas mil empresas.

Esse fenómeno está directamente relacionado com a precaridade do emprego.

Diz Manuel Freitas que essas duas mil empresas representam, de facto, «um número assustador».

Para o coordenador da FSTT, trata-se na «sua quase totalidade» de «pequenísimas unidades fabris». Os seus trabalhadores (predomina o pessoal feminino) «não têm vínculo efectivo, não estão inscritos na Segurança Social». Não beneficiam das regalias e dos direitos que constam dos contratos, nem na maior parte dos casos estão protegidos por qualquer regulamentação ou lei.

Outro dos fenómenos que essas novas duas mil empresas provocaram foi o alastramento do trabalho infantil.

Além do trabalho precário, que aumentou muito nos últimos três anos, Manuel Freitas salienta que, desde o último Congresso da FSTT, «a situação portuguesa alterou-se».

Daí a necessidade do debate e da «troca de experiências» sobre as novas questões.

Recorde-se que grande parte dessas novas duas mil empresas, que surgiram de há três anos para cá, estão muito ligadas à expansão externa dos sectores representados pela Federação.

Lembra Manuel Freitas que muitas das «respostas» a dar agora, inclusive no Congresso, «estão condicionadas» por «aquilo que a CEE pensa e impõe na matéria».

Por isso o quinto Congresso da FSTT terá que «encontrar as melhores respostas dos trabalhadores e do nosso movimento sindical» para as realidades que temos.

Em traços gerais, essa realidade abrange, no caso da FSTT, vastos sectores responsáveis pelo «maior volume de trabalhadores por conta de outrém», sublinha também Manuel Freitas.

Recorda também o coordenador da Federação, com sede no Porto, que os mesmos sectores têm «grande impacto na economia nacional». Isso deve-se, essencialmente – acrescenta – ao «potencial exportador que detêm».

Além de outras questões vitais não só para os sectores abrangidos pela FSTT, mas para todo o movimento sindical – destacamos dentro deste texto alguns temas – Manuel Freitas dedica naturalmente uma atenção especial às questões político-sindicais onde avulta o pacote laboral e a **«humanização do trabalho»**.

Diz o coordenador da Federação que esta «defende a humanização do trabalho, até porque somos um sector com grande peso de mão-de-obra feminina».

Todos sabemos – acrescenta – que **«as mulheres, para além do horário na fábrica, têm, depois, de cumprir outro nas tarefas domésticas»**.

Defende a FSTT, segundo Manuel Freitas, um tipo de empresa onde «a lógica do lucro deixé de condicionar o bem-estar do homem e da mulher e contribua para o progresso social».

Ao referir-se ao agravamento para os trabalhadores da repartição do rendimento nacional, aquele dirigente federativo e membro do conselho nacional da CGTP afirma:

«O trabalho é um dos factores decisivos na vida social e, por isso, o trabalhador tem direito a ganhar de molde a que a sua vida seja desafogada e permita mesmo o acesso a bens e serviços que, actualmente, lhe estão vedados, porque o seu orçamento quase só dá para vestir e calçar».

Entre os debates do Congresso, que previsivelmente reunirá mais de trezentos delegados de todo o País, figura também o projecto para o sector laneiro já aprovado pelo Governo.

Na entrevista ao órgão da Federação, Manuel Freitas refere-se ao assunto nos termos seguintes:

«Na nossa opinião, ele (o projecto governamental) tem as soluções negativas que combatemos desde sempre – redução da mão-de-obra, não aproveitamento das regiões e da indústria. É um assunto, de qualquer forma, com dados novos, a que o Congresso dará uma resposta diferente, na óptica de acompanhar o desenvolvimento da reestruturação, de molde a evitar, caso a caso, consequências negativas para os trabalhadores».

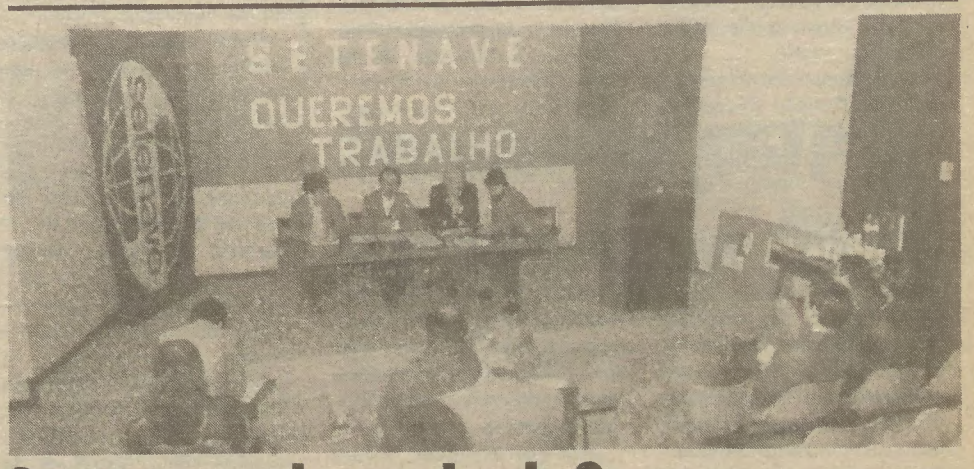
«Com desemprego e exploração não se moderniza coisa nenhuma», diz o coordenador Manuel Freitas, no Porto

«O Congresso irá abordar situações e problemas graves, que não se colocavam há três anos», na altura do quarto Congresso

«A questão da unidade é mesmo uma imposição da situação actual e nós abordamo-la sem quaisquer complexos»

«Para além do seu impacto público», a greve geral de 28 de Março «deixou grandes potencialidades no campo da unidade»

O quinto Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, além dos documentos que aprovar, elegerá uma nova direcção e novas orientações para os próximos anos.



Setenave abocanhada?

O Governo prepara-se para apresentar em 23 deste mês uma nova lei de delimitação dos sectores. Sabe-se que as mais chorudas maquias vão ser entregues à privada. Em empresas como a Quimigal, Lisnave, Setenave haverá novamente despedimentos e repressão. Luta também haverá. As ORTs, organizações representativas dos trabalhadores (sindicatos e comissões), têm procurado evitar novos confrontos. Querem naturalmente defender os postos de trabalho que ainda restam. Por exemplo, na ***Setenave (foto)*** *«o prestígio nacional e internacional» da empresa – dizem as ORTs – é motivo de cobiça dos interesses económicos estrangeiros. Esta é a melhor prova de que a Setenave tem mercado para construir e reparar mais navios». Mas, «entre Janeiro de 1981 e Dezembro de 1987, foram destruídos 2082 postos de trabalho» só naquela empresa de construção e reparação naval. «O Governo prepara-se para entregar a Setenave ao capital privado, dispondo-se para isso a despedir mais 3000 trabalhadores». Entre outros indicadores da actividade que a construtora pode continuar a desenvolver, os trabalhadores e os sindicatos citam, no que respeita apenas à reparação de navios, em 1976: 66; 1977: 97; 1978: 102; 1979: 82; 1980: 75; 1981: 68; 1982: 40; 1983: 57; 1984: 96; 1985: 103; 1986: 107; 1987: 104. Mas, para este Governo, não chega, ou então, é demais para uma empresa nacionalizada. Por isso, «os trabalhadores da Setenave – situação que consideram profundamente injusta – não vêem os seus vencimentos actualizados desde* ***1 de Outubro de 1985****, o que se traduz numa perda de poder de compra da ordem dos trinta por cento». E esta é só uma pequena amostra da gula que por aí vai.*

Sumário sindical

CESL – No seu número de Maio, o boletim do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa insere uma reportagem sobre a sapataria a retalho na baixa lisboeta. São referidas lojas como «Mundo do Calçado», «Calçados Mendes», «Paraíso do Calçado» e «Teresinha». Aquele boletim que se intitula **«Nós»** e inclui sempre matéria de interesse, destaca o «milagre» da multiplicação das sapatarias na baixa de Lisboa, que considera um «autêntico inferno». Ouvindo trabalhadores que, por motivos óbvios, não identifica, cita-os e pode ler-se: «...não existe mesmo casa-de-banho; quando é necessário, os trabalhadores têm que deslocar-se aos WC do Metro». «...A casa-de-banho está cheia de buracos (...) se lá metemos um pé... «Não sei que tipo de contrato tenho (... só assinei um ao fim de dois meses (...) não voltei a assinar (...) nem a ver o contrato e já lá vão três anos.» A maioria tem contratos ilegais de três meses. Já com três anos de casa, contratada a prazo por seis meses, uma trabalhadora «tem ainda um salário de 24 mil escudos». A repressão alastra. A Inspecção de Trabalho não intervém.

CGTP – Num telegrama que dirigiu ao presidente colombiano, Virgilio Barco, recentemente no nosso país, a CGTP-IN manifesta a sua solidariedade para com a luta sindical na Colômbia e refere-se a acontecimentos em Bogotá, que «culminaram com a morte do dirigente sindical Hamed Consuegra». A Central portuguesa pede a intervenção do presidente Barco para que sejam salvaguardadas «as liberdades individuais e o respeito pela democracia naquele país da América do Sul».

USL – A União dos Sindicatos de Lisboa, organização intermédia da CGTP, ao informar sobre os resultados do V Concurso de Pesca Desportiva no litoral de Sintra, em 29 de Maio findo, destaca que o Grupo Desportivo da Malveira da Serra, em clubes, e o Grupo Desportivo Braz & Braz, em agrupamentos de empresa, foram os vencedores daquela competição organizada pelos sindicatos, designadamente os do concelho de Sintra. Das várias classificações ressalta «o maior exemplar, um robalo com três quilos», pescado por José Fecheira, do Sport União Colarense. O maior número de exemplares – trinta e cinco – pertenceu a Feliciano Laibaças, do GD da Malveira. Em senhoras, venceu Maria de Lurdes Nunes, do Mucifalense: obteve 1910 pontos. Nuno Miguel Baleia foi o primeiro em juvenis, concorrendo individualmente.

FSTT – Sob esta sigla da nossa responsabilidade, designamos a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal que acaba de divulgar um apelo à apresentação de sugestões discutidas e participadas para melhorar a sua proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho (CCT/88) para o calçado, malas, componentes e luvas, tendo como principal objectivo «elevar o nível de vida dos trabalhadores». Dirigida à indústria, a proposta sindical inclui três novas categorias; redução do horário para quarenta horas semanais; cinquenta por cento sobre o salário-base para o trabalho nocturno; subsídio de cinquenta por cento para creche, infantário e amas; trezentos escudos por dia para subsídio de alimentação; e outras reivindicações entre as cláusulas a rever, que incluem um «aumento mínimo de cinco mil escudos».

FSTIEP – A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, com sede em Lisboa, considera «determinante a acção dos trabalhadores» para a revisão salarial de 8,5 por cento, este ano, que acaba de assinar com a ANIMEE – associação patronal dos industriais do material eléctrico e electrónico. A Comissão Negociadora Sindical daquela Federação, que assinou o acordo final com o patronato, acentua o carácter permanente da luta pela contratação colectiva, em particular quando faz valer a necessidade de eleger delegados sindicais onde não existam, de criar condições de funcionamento regular das comissões sindicais e intersindicais, reforçando «a nossa organização sindical nas empresas, pois é aí que reside a nossa força e a nossa capacidade de luta», destaca a FSTIEP.

Trabalhadores

Fundição de Oeiras

Linha branca com futuro negro

«Mais uma na calha para liquidar?»

Até ao final de Junho poderão ficar definidos «os termos e as condições» do acordo entre a Fundição de Oeiras e a Merloni Electrodomestici para a criação em Portugal de uma empresa produtora de fogões e máquinas de lavar – afirma a administração da FO num documento entregue na semana passada à comissão de trabalhadores.

No entanto, os ORTs da Fundição olham para o passado recente da empresa e manifestam a sua inquietação quanto ao futuro. Primeiro encerrou a secção de fundição injectada, depois foi a fundição propriamente dita, a extrusão de alumínio, a montagem de máquinas de lavar loiça...

«Não será a linha branca mais uma secção que está na calha para ser liquidada?»

A interrogação – que vale por um alerta em defesa da empresa, dos postos de trabalho e dos interesses nacionais – foi feita à nossa reportagem no decorrer de uma conversa que tivemos com membros da comissão sindical dos metalúrgicos.

Já antes a comissão sindical tinha levantado esta questão, nomeadamente num comunicado do final de 1987 em que chamava a atenção para os planos de retirar da empresa a linha branca, afirmando que, além da ameaça de despedimento para 400 pessoas, **«a concretizarem-se tais objectivos, seria a própria existência da empresa a ficar ameaçada, uma vez que ficaria praticamente limitada à produção de materiais de defesa, com tudo o que isso significa de instabilidade e insegurança».**

O mercado a crescer, Merloni a atacar...

No relatório e contas da administração da Fundição de Oeiras, 1987 é considerado «um ano de viragem» no que respeita aos produtos da linha branca, com um «espectacular» aumento das vendas de fogões e máquinas de lavar. A FO – salientaram os membros da comissão sindical dos metalúrgicos (CGTP-IN) – é responsável por mais de metade do mercado nacional.

A Merloni Electrodomestici é uma firma italiana que produz todo o tipo de produtos da linha branca de electrodomésticos (marcas Ariston e Indesit, esta adquirida no fim do ano passado).

O presidente do que é o terceiro maior grupo da Europa deste sector, Vittorio Merloni, esteve em Portugal recentemente, quando da apresentação do relatório e contas de 1987 da Ariston Electrodomésticos, de que a ME é sócia maioritária.

Vittorio Merloni gabou as «oportunidades de implantação» em Portugal, comparativamente a Espanha: **«O governo espanhol subsidia todas as fábricas do sector, o que não acontece aqui em Portugal. Por isso as oportunidades de implantação do nosso grupo são melhores no vosso país»** – disse ao «Expresso» há dois meses.

E disse também que pretendia dominar o mercado nacional de frigoríficos, máquinas de lavar e fogões, contando para isso com uma nova fábrica, a instalar em conjunto com o IPE e a Fundição de Oeiras, possivelmente nas instalações da Fábrica Portugal...

... e o Governo a ajudar

No final de 1987 foi assinado um protocolo entre o IPE, a Merloni e a Fundição de Oeiras para a criação de uma empresa destinada a produzir e comercializar anualmente 120 a 150 mil fogões e 80 a 100 mil máquinas de lavar roupa.

A comissão sindical da Fundição de Oeiras não é a favor das «injecções» de capital estrangeiro. «Mas, se ele tiver que vir, que venha cá para dentro» – salientaram os seus membros ao «Avante!»

Pelo que se conhece do referido acordo e pelo que veio a público, sabe-se que este protocolo citava expressamente as instalações da Fábrica Portugal no Sabugo para a localização da nova firma, o que implicaria o encerramento da linha branca na Fundição.

Contudo, a administração da Fundição de Oeiras fez questão, na semana passada, de comunicar à comissão de trabalhadores que «se houver acordo, está previsto que a nova empresa inicie a sua laboração nas actuais instalações da FO, utilizando pessoal e equipamentos disponíveis». Em que ficamos, afinal?

Mas não é apenas a «transferência» da linha branca para fora da Fundição que preocupa os representantes dos trabalhadores.

O protocolo prevê que a participação da Merloni/Ariston no capital social da nova empresa possa **«evoluir para uma posição maioritária»!** A sua gestão obedecerá ao sistema implementado no grupo Merloni, **«como se se tratasse de mais um dos seus estabelecimentos produtivos»!**

A pretexto da introdução de inovações tecnológicas, que seria a grande vantagem deste projecto, fala-se na introdução nos produtos da nova fábrica de componentes utilizados em modelos de outras empresas do grupo Merloni.

Depois de tudo isto, os signatários do protocolo assumem o compromisso de «diligenciar junto do Governo português no sentido da obtenção dos apoios nacionais e comunitários que contribuam para a viabilização do projecto»!

Fica assim claro que, com todo este negócio, **«o Governo quer de uma assentada desmembrar definitivamente a Fundição de Oeiras, despedir centenas de trabalhadores e entregar a uma empresa estrangeira o que de melhor existe em Portugal no domínio da tecnologia para o fabrico de produtos da linha branca»**, como afirmava a comissão sindical num comunicado de Janeiro deste ano.

Viabilizar é isto?

Em resposta a uma carta do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (STIMMDL), a Metalgest (*holding* do IPE para o sector da metalurgia e metalomecânica) refuta tais acusações, afirmando que «o protocolo assinado visa o estudo de alternativas que permitam garantir a viabilização sustentada da Fundição e Construções Mecânicas de Oeiras, dando-lhe acesso a tecnologias mais evoluídas e a mercados mais vastos indutores de economias de escala e aumentos de produtividade que o mercado interno não permite e que a integração na CEE possibilita».

A Fundição de Oeiras tem todas as condições para ser a maior empresa de electrodomésticos do País, se não da Península Ibérica – entendem os representantes dos trabalhadores

Confusa, a citação? Para esclarecer ainda menos, acrescenta a Metalgest que «a nossa intenção não é, como é óbvio, pôr em causa o direito ao trabalho, mas tão somente garantir os postos de trabalho possíveis num mercado mais vasto, ele próprio susceptível de absorver mais produção».

Bom, a confusão não tem nada a ver com a linguagem, mas apenas com factos conhecidos que contradizem estas tão boas intenções do Governo e dos gestores por ele nomeados.

Vejamos.

A Fundição de Oeiras é uma empresa intervencionada, onde 97% do capital é do Estado, gerido pelo IPE.

Tinha 1338 trabalhadores em 1982; em Janeiro de 1987 o número era de 1092 e no fim do ano passava para 980. Agora, no documento que entregou à CT, a administração contabiliza 818 pessoas a trabalhar na FO e declara-se disposta a prosseguir a política de «abertura a rescisões voluntárias de contratos de trabalho».

Em Janeiro deste ano um comunicado conjunto da CT e da comissão sindical dos metalúrgicos (CGTP-IN) informava os trabalhadores de que os ORTs tinham sido confrontados com a existência de uma lista de 66 trabalhadores considerados «disponíveis» pela administração e comentava tal medida como «mais um passo na aplicação das directivas do Governo de Cavaco Silva e do IPE no que respeita a despedimentos camuflados».

A CT e a comissão sindical prontamente exigiram a retirada dos nomes existentes em tais listas, reafirmando que o saneamento económico e financeiro «não passa necessariamente pela redução dos quadros de pessoal, mas sim pelo desenvolvimento dos produtos existentes e de outros que devem vir a ser criados, ocupando totalmente o espaço disponível da Fundição de Oeiras e criando novos postos de trabalho».

Há cerca de um mês a CT foi alertada para um boato posto a circular na secção de espoleta e segundo o qual alguns trabalhadores poderiam vir a ser dispensados durante algumas semanas devido à falta de encomenda militar. Contactada a administração, soube a CT que tal hipótese «estava a ser estudada».

No relatório e contas da administração da FO afirma-se, por outro lado, que «não se verificaram investimentos significativos» em 1987.

Daí vem, no mínimo, confusão: **como é que se viabiliza sem investir? Como é que se produz mais sem admitir trabalhadores? Como é que vamos ter acesso a mercados mais vastos se os proprietários das nossas empresas podem vir muito brevemente a ser monopólios estrangeiros? Quantos são os «postos de trabalho possíveis» nesta situação e em que condições vão ficar os trabalhadores?**

Trabalhadores exigem solução

«As perspectivas não são animadoras para os próximos meses» – afirmava-se, a propósito do sector de produtos de defesa da Fundição, no já referido documento da administração da FO que foi entregue à CT no dia 31 de Maio.

Actualmente, por alegada «falta de trabalho», a secção de fabrico de espoleta está completamente parada e a de morteiro também não funciona – disseram-nos na comissão sindical.

Recordaram que, para obviar a possíveis dificuldades devidas à instabilidade do mercado de produtos de defesa e que poderiam afectar particularmente a secção de morteiro, foi aberta na Fundição uma linha de montagem de máquinas de lavar loiça. Mas, após muitas atribulações na importação das máquinas e dos componentes, este investimento de muitos milhares de contos foi abandonado e a secção foi encerrada.

A injecção de plásticos está, pelo que nos disseram, muito subaproveitada. Trabalhos tanto desta secção, como de outras que foram desactivadas, são agora encomendados e adquiridos fora da Fundição.

A comissão sindical já expressou a sua posição de princípio em relação aos problemas da Fundição de Oeiras. No comunicado de Janeiro afirmava claramente que **«não somos contra a adopção de medidas que visem a ultrapassagem da difícil situação para que a empresa foi atirada pela gestão ruinosa dos conselhos de administração e do IPE, orientados pelo Governo. Pelo contrário, exigimos que o IPE e o Governo assumam as suas responsabilidades e tomem medidas para viabilizar a empresa, que tenham em conta a salvaguarda dos interesses nacionais, garantam todos os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores».**

Da política governamental sabe-se o que pretende: a destruição do sector empresarial do Estado e a entrega dos sectores rentáveis ao capital privado nacional e estrangeiro. Para lhe pôr um travão e mudar de direcção é indispensável o reforço da unidade dos trabalhadores em torno das suas organizações representativas e da luta diária em defesa dos seus direitos e interesses, dos direitos e interesses do povo e do País.

PCP

Exemplos de ligação à realidade

Assembleias comunistas em Rio Tinto e São Pedro da Cova

Num momento em que novos e complexos problemas colocam a necessidade de resposta concreta do Partido ao conjunto diversificado de problemas e de lutas nas zonas, nas colectividades, nas autarquias, na vida diária da população, a realização da 3.ª Assembleia da Organização de Rio Tinto, no concelho de Gondomar, constituiu um importante contributo para que aquele colectivo partidário – constituído por 440 membros – fique mais apto para concretizar as tarefas do actual momento político.

A discussão aprofundada das principais questões que dominam a vida na freguesia e o reforço da actividade do Partido foram o conteúdo fundamental dos trabalhos nesta assembleia, que se realizou no passado dia 28 de Maio, tendo sido aprovado um extenso documento que contém as principais orientações para o futuro. Com base neste documento, os camaradas do Rio Tinto aprovaram ainda um plano de trabalho do qual avulta a necessidade de fazer funcionar a Comissão de Freguesia eleita durante a Assembleia, com uma sólida composição operária e uma equilibrada participação de mulheres e de jovens. A constituição de uma comissão executiva, a definição de metas específicas a atingir no sentido do reforço do trabalho de recrutamento, da entrega de novos cartões do Partido e a necessidade de garantir a realização frequente – pelo menos de três em três meses – de plenários dos organismos de zona a fim de discutir a situação política e a linha do Partido, reforça o trabalho e a discussão colectiva dos problemas da população, das quais resultem actividades e iniciativas que as interessem e mobilizem, foram pontos salientes do debate efectuado e do documento. Do mesmo plano de trabalho constam igualmente medidas concretas no âmbito do reforço do trabalho das células de empresa, da imprensa do Partido, em particular o aumento da venda do «Avante!» e do «Militante», do trabalho de fundos, da dinamização da vida política nos Centros de Trabalho e das tarefas de informação e propaganda.

Entretanto, realizada em 29 de Maio, a 3.ª Assembleia da Organização de freguesia de São Pedro da Cova – outra importante organização do concelho de Gondomar que conta com cerca de 500 militantes – correspondeu aos objectivos pelos quais foi convocada: fez o balanço do trabalho realizado nos últimos cinco anos, aprofundou o conhecimento dos problemas da freguesia, elegeu uma nova Comissão de Freguesia, traçou as linhas para o trabalho futuro.

Um plano de trabalho imediato definindo as principais tarefas até ao fim do presente ano – tarefas que vão desde a realização da já tradicional «Festa da Unidade» na praia da Insua, em Agosto, até ao trabalho concreto de mobilização e organização de excursões para a Festa da Alegria e para a Festa do «Avante!», passando por medidas no plano orgânico para revitalização do Partido na freguesia. Parte essencial do trabalho realizado na Assembleia teve a ver com o balanço da actividade do Partido através dos órgãos autárquicos, em que está em maioria, o conjunto de iniciativas realizadas pela Junta CDU, a enumeração das principais obras que é ainda necessário promover, etc. Considerando o trabalho e a luta dos comunistas para resolver os problemas da população de São Pedro da Cova como um valioso contributo para a defesa do Poder Local democrático e do regime saído do 25 de Abril, os camaradas de São Pedro traçaram igualmente, e tendo em conta a realização das eleições autárquicas do próximo ano, as direcções de trabalho para o reforço desta frente: envolver os moradores na procura de soluções, no apoio e no trabalho para resolver os problemas, reforçar os laços que os unem à Junta de Freguesia, estimular a sua capacidade reivindicativa, alargar a base unitária da CDU fazendo convergir na sua acção todos aqueles que manifestem vontade de contribuir para o progresso da freguesia, formar a Comissão Coordenadora da CDU, promover com regularidade encontros para traçar objectivos e fazer balanço crítico do trabalho.

No próximo fim-de-semana

Justa homenagem a Lobão Vital

Por ocasião do 10.º aniversário da morte de António Lobão Vital, compartilhando da vontade expressa por camaradas, companheiros e amigos, no respeito pela multiplicidade e riqueza da sua dimensão humana, intelectual e política, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP assume a iniciativa de promover, no próximo fim-de-semana, uma homenagem que pretende ser um espaço de encontro de quantos – tendo no campo democrático compartilhado ou não das suas opções – sentem a necessidade de sublinhar o valor do seu exemplo.

O programa da homenagem inclui uma sessão evocativa, denominada «Testemunhos», a realizar no sábado, dia 11 de Junho, pelas 16 horas, na Cooperativa «Árvore», e uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso, no domingo, dia 12, pelas 11 horas.

António Lobão Vital morreu em 13 de Junho de 1978. Deixou-nos a memória de um homem generoso, de um camarada fraternal, companheiro e amigo inesquecível, de um resistente antifascista de têmpera invulgar, cujo ânimo e coragem, nem a repressão, nem as dificuldades de meio século de luta, conseguiram abater. Um lutador firme e consequente pela causa da liberdade, da democracia e do socialismo. A sua vida constitui por isso uma referência que cumpre evocar e preservar.

Uma vida de luta e coragem

Lobão Vital nasceu em 1 de Setembro de 1911. Ainda no liceu, foi fundador da revista «Outro Ritmo», cuja extinção – por decreto – viria a estar na origem da sua expulsão dos estabelecimentos escolares do País. Após concluir o curso liceal como aluno externo, conseguiu matricular-se na Escola de Belas Artes do Porto, onde se formou em Arquitectura. Apesar das tremendas limitações que lhe foram impostas, António Lobão Vital soube impor-se profissionalmente, granjeando o reconhecimento e a admiração da classe.

Enquanto estudante participou activamente nas greves académicas de 1930. Como arquitecto desenvolveu intensa actividade em torno dos problemas da classe, vindo a ser eleito para a direcção do respectivo sindicato já depois de ter adoecido. Participou activamente na organização e nos trabalhos do primeiro Congresso dos Arquitectos Portugueses e esteve presente em vários congressos da União Internacional dos Arquitectos.

Foi colaborador de diversas publicações de orientação antifascista, sendo um dos primeiros directores do «Sol Nascente».

Aderiu ao PCP em 1931, mantendo durante quase meio século nas suas fileiras uma activa e corajosa militância revolucionária. Foi dirigente do Movimento de Unidade Nacional Antifascista/MUNAF e do Movimento de Unidade Democrática/MUD, participou de forma intensa na candidatura do General Norton de Matos. Foi fundador e dirigente do Movimento Nacional Democrático e activista da campanha do professor Rui Luís Gomes. Desenvolveu destacada acção nas candidaturas democráticas de Arlindo Vicente e Humberto Delgado, foi dirigente da Junta Patriótica do Norte. António Lobão Vital esteve presente de forma marcante em todas as acções democráticas realizadas contra o regime antifascista, particularmente nas que tiveram lugar no Norte do País. Foi um dos mais destacados impulsionadores dos congressos de Aveiro.

Perseguido desde os 19 anos, António Lobão Vital foi preso 16 vezes, cumprindo um total de 6 anos de prisão. Encontrava-se preso por ocasião do falecimento de sua mãe e, mais tarde, também de seu pai. Dezenas de vezes torturado, vítima de diversos espancamentos e outras violências, sofrendo incontáveis separações da sua companheira de sempre – Virgínia Moura (também ela dezenas de vezes presa), António Lobão Vital recusou digna e intransigentemente qualquer cedência ao regime fascista e à sua polícia política.

«Experiências de informar»

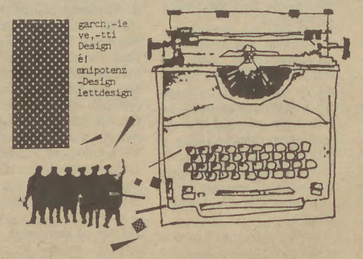
Debates marcados para Setúbal e Barreiro

No próximo dia 17 em **Setúbal** e no dia 24 no **Barreiro** vai prosseguir a iniciativa da SIP/DORS **«Experiências de informar»**, com debates subordinados, repectivamente, aos seguintes temas: **«Que informação sobre e na região»** e **«Que informação no Portugal de Abril»**.

O distrito na Comunicação Social e esta no distrito é o tema genérico do debate marcado para Setúbal, com início às 21.30h. e em que vão participar jornalistas de órgãos de informação nacionais (correspondentes), de rádios locais, de jornais regionais e de gabinetes de informação das autarquias.

A ofensiva da direita na área da Informação, a manipulação, as privatizações, a função social, política e cultural da informação constituem os temas em perspectiva para o debate agendado para o Barreiro, no dia 24, às 21 horas. São convidados para esta iniciativa jornalistas de diversos órgãos de Comunicação Social.

Ambas as sessões são abertas ao público.



Portalegre

1.as Jornadas sobre o desenvolvimento do distrito

Inseridas nas actividades preparatórias do XII Congresso do Partido, realizam-se no próximo dia 25 as **primeiras Jornadas sobre o Desenvolvimento do Distrito de Portalegre**, iniciativa do PCP que está a ser aguardada com bastante interesse entre os sectores democráticos da região.

A preparação das **Jornadas** tem dinamizado um conjunto de acções, de que destacamos uma conferência de Imprensa, uma reunião de quadros para análise de temas relacionados com as consequências da adesão à CEE e iniciativas diversas nas organizações do Partido e com diversas camadas sociais do distrito alentejano.

Ao trabalho!

*A Festa da Amizade dispensa apresentações. Para além de um convívio democrático sem paralelo no concelho de Almada, é uma vibrante realização política dos comunistas, erguida, ano após ano, com emoção e carinho, com dedicação e alegria. Este ano, a Festa da Amizade é já no primeiro fim-de-semana de Julho. Está quase... E como sempre é com trabalho que a festa se constrói. Trabalho voluntário onde **todos** podem colaborar. Daí, o apelo que as Concelhias de Almada do PCP e da JCP aqui deixam aos nossos leitores daquela zona da margem sul.*
Aos fins de tarde e ao fim-de-semana (e o próximo até é alargado), as ajudas são bem recebidas no Laranjeiro. Ao trabalho, que a festa é em Julho. E logo nos primeiros dias!

«Portugal e a CEE hoje»

Encontro do PCP no dia 18 em Lisboa

Portugal e a CEE hoje, é o lema do Encontro do PCP que decorrerá no próximo dia 18 em Lisboa, no âmbito da intensa actividade preparatória do XII Congresso do Partido.

A iniciativa terá lugar no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), junto à cantina universitária da Av. das Forças Armadas, funcionando em plenário e em secções temáticas.

A sessão plenária de abertura decorrerá a partir das 9.30 h, prolongando-se até às 13 horas. Das 15 às 18h, trabalham as cinco secções e depois entre as 18 e as 19h haverá o plenário de encerramento.

Vejamos os temas das secções de debate previstas para o Encontro:

1 – **Agricultura e Pescas**

2 – **Política Regional da CEE e Desenvolvimento das Regiões de Portugal**

3 – **Indústria, Comércio, Transportes e Serviços**

4 – **Ciência e Tecnologia, Cultura**

5 – **Política Social da CEE e Consequências Sociais da Integração.**

No folheto de apresentação deste Encontro, salienta-se:

Dos trabalhos globais e sectoriais elaborados para a sua realização, das intervenções produzidas e dos contributos apresentados ao longo do Encontro, resultará um contributo para as teses do XII Congresso, alicerçado no aprofundamento do estudo, do debate e da intervenção dos comunistas na realidade nacional alterada pela integração na CEE.

São objectivos do Encontro, aprofundar o conhecimento e intensificar o debate sobre a situação da CEE e de Portugal no quadro da CEE; efectuar um balanço das consequências de 2 anos e meio de integração e reflectir sobre as propostas para Portugal e as perspectivas designadamente no plano das actividades económicas, do desenvolvimento regional, da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do impacto social da política externa.

A realização de eleições para o Parlamento Europeu em Junho de 1989 implica para este Encontro, a responsabilidade acrescida de ser o primeiro grande momento de debate alargado sobre a enorme tarefa política, que se aproxima, de esclarecimento e mobilização em torno das questões da CEE, na base do trabalho já desenvolvido e a desenvolver pelo PCP em defesa dos interesses do nosso povo e do nosso país.

Coimbra

Os comunistas sublinham o valor da unidade

A concentração e ocupação da estação de Arazede por centenas de utentes que protestavam contra a supressão de comboios do ramal Pampilhosa/Figueira da Foz e as movimentações populares para a criação de novas autarquias em Ribas e Carvalhal (Alhadas) e pela melhoria dos transportes colectivos nas freguesias de Coimbra da margem direita do Mondego são alguns dos exemplos locais da luta e do protesto popular, sublinhados pela Comissão Distrital do PCP, que esteve reunida recentemente.

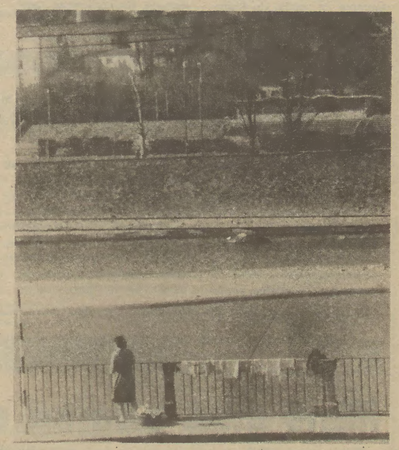
Depois de chamar a atenção para as pequenas e grandes lutas com expressão no distrito, aquele organismo do Partido salienta a questão da unidade na actual fase da vida política, referindo a propósito:

«A Comissão Distrital de Coimbra apreciou as informações de vários pontos do distrito sobre a unidade procurada e por vezes alcançada entre democratas, e que vai desde a unidade na acção e lutas concretas até à busca de entendimento e troca de opiniões sobre problemas do distrito.

«Considera altamente positivos todos os passos que possam ser dados no sentido da unidade dos democratas, e reafirma a disponibilidade dos comunistas para contribuírem para a conjugação de esforços, necessária e indispensável ao combate à ofensiva contra-revolucionária do Governo.

«No plano local e autárquico, a dinamização da unidade e da CDU devem merecer o melhor empenhamento de todas as organizações e militantes.»

Noutra passagem do *telex* que nos fez chegar com as suas principais conclusões, a Distrital de Coimbra do PCP sublinha a actual dinâmica partidária, destacando, nomeadamente, os Encontros nacionais sobre temas específicos, nos quais têm participado comunistas da região de Coimbra e, mais adiante, avança tarefas fundamentais que devem merecer o empenhamento vigoroso das organizações: a atenção aos actos eleitorais de 1989 e preparação da Festa do «Avante!» e do XII Congresso do Partido.



Sábado e domingo

Festa 88 na Marinha Grande

• Comício com Luísa Araújo

Embora com temperaturas irregulares, o Verão 88 está aí. E com ele as tradicionais festas e convívios que os comunistas promovem em todas as regiões, até à Festa do Avante!, em Setembro, este ano em Loures.

Amizade em Almada (como salientamos nestas colunas aqui ao lado), **Fraternidade** em Grândola ou **Alegria** em Braga (ver pág. 10 deste caderno) são temas de festas de envergadura já com tradição enraizada.

Mas a «lista» das festas é muito mais extensa. Viana do Castelo, por exemplo, viveu uma bela festa promovida pelo PCP e a Marinha Grande, «cá» mais para baixo, prepara-se para a «Festa-88», a 11 e 12 de Junho (sábado e domingo próximos), por iniciativa da Comissão Concelhia local do Partido.

Vejamos o programa anunciado pelos comunistas da vila operária:

Sábado

9 horas – abertura da festa; venda de produtos da zona da Reforma Agrária (grão, mel, vinho, queijo, etc.).

15 horas – espectáculo com fados, ranchos e canções populares; jogos tradicionais.

21 horas – comício com Luísa Araújo, suplente do Secretariado do PCP.

22 horas – baile animado pelo conjunto «Meio Tom».

Domingo

13 horas – almoço com fados e convívio.

15 horas – jogos tradicionais.

17 horas – «Grande Prémio de Ciclismo Festa-88».

22 horas – baile até de madrugada com o conjunto já referido.

* * *

Manhã desportiva (domingo), quermesse, exposição política e bar bem apetrechado fazem também parte da festa, que decorrerá na sede da «Ordem», conhecida colectividade marinhense.

PCP

Braga: 8, 9 e 10 de Julho

Mil e uma razões para ir à 10.ª Festa da Alegria

Sempre diferente e agora com espaço ampliado no seu 10.º aniversário, a Festa da Alegria, marcada para 8, 9 e 10 de Julho próximo em Braga, foi recentemente anunciada aos jornalistas na capital minhota e também no Porto, salientando-se desde já a valiosa programação de espectáculos ao vivo com nomes sonantes da melhor música portuguesa e também da Galiza. Mas o melhor é ir por partes, pois há muita coisa para vos dizer sobre a grande Festa do Norte, promovida pelas Direcções Regionais do Minho, Porto e Trás-os-Montes.

Além de ocupar a sua área «tradicional» (o Parque Municipal de Exposições de Braga), a 10.ª Festa da Alegria estende-se este ano pelo novo e contíguo espaço do Palácio Municipal de Exposições e Desportos, onde decorrerão os principais concertos e exposições centrais da Festa.

Mas vejamos outros elementos divulgados num restaurante da cidade de Braga aos órgãos da comunicação social:

Fazer no seu décimo aniversário uma Festa da Alegria ainda maior e melhor, significa reforçar e ampliar também os caracteres que a afirmaram já como uma grande iniciativa político-cultural dos comunistas, com lugar assegurado no calendário anual das grandes realizações do Norte. Um grande espaço de cultura, de convívio e de festa, com os traços próprios das nossas festas e romarias regionais, ponto de encontro e de diálogo aberto para todos os democratas, para os trabalhadores e a juventude. Demonstração também da iniciativa, da criatividade e do papel indispensável e insubstituível dos comunistas e do seu Partido para a defesa das aspirações populares e do Portugal de Abril.

Realizando-se a X Festa da Alegria numa situação política marcada, quer pelo crescimento do protesto e do descontentamento social generalizado contra a política do Governo, quer pela persistência deste em prosseguir uma perigosa e destruidora ofensiva contra as principais transformações democráticas operadas a partir do 25 de Abril, naturalmente que o seu programa e conteúdo dão adequado destaque ao esclarecimento das propostas e do papel do PCP na sociedade portuguesa e aos temas mais vivos da realidade actual.

Com esse objectivo vão ser promovidos vários debates num auditório a funcionar expressamente durante a Festa e instaladas várias exposições.

Haverá uma intervenção política do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, durante a Festa da Alegria. Estas iniciativas possibilitarão o esclarecimento das propostas do PCP sobre a situação política actual, a luta e a actividade dos comunistas e dos trabalhadores no Norte e a preparação do XII Congresso do PCP. A vitalidade e actualidade do leninismo, o trabalho e o papel da CDU nas autarquias locais e a abordagem das questões relacionadas com a CEE serão também temas em foco no grande convívio do Norte.

O programa da Festa da Alegria é bem demonstrativo também do seu carácter de espaço aberto a todos os homens e mulheres de boa vontade, sem distinção de credos políticos ou religiosos, espaço democrático de festa, de cultura e de convívio. Estão previstos:

• Concertos musicais, com alguns dos mais qualificados nomes da música portuguesa (Fausto, Sérgio Godinho, Brigada Victor Jara, Paulo de Carvalho, os grupos *rock* GNR e Rádio Macau) e um dos mais destacados representantes da moderna música popular da Galiza – o Grupo Na Lua.

• Arraial popular, integrando uma mostra de folclore e música tradicional de várias regiões, jogos tradicionais populares, um grande espectáculo de fogo de artifício aéreo e de fogo preso, baile popular, zés-pereiras, e bandas de música. A decoração característica das grandes romarias de Entre-Douro-e-Minho, com os seus arcos, flâmulas, iluminação e coreto, será um verdadeiro espectáculo.

• Exposições de artes plásticas integrando uma mostra de arte contemporânea, em que participam artistas consagrados, convidados pela Comissão Executiva da Festa; e uma mostra de novos artistas plásticos, destinada à divulgação de artistas ainda pouco conhecidos, sobretudo jovens.

• Salão de fotografia Alegria/88.

• Mostra de artesanato, com a participação de artesãos de diferentes regiões do País que, além de exporem e venderem os seus produtos, trabalharão ao vivo materiais como o barro, a madeira, a cortiça e outros.

• Um grande espaço da Juventude, montado com base numa tenda de circo, onde funcionará uma discoteca com os equipamentos mais recentes e se realizarão debates abertos com a juventude. Também aqui se realizará o Festival da Canção Juvenil da Festa da Alegria, aberto a solistas e grupos das diferentes correntes musicais e que servirá de apuramento, através dos seus vencedores, para a participação no Festival Nacional que se vai realizar na Festa do «Avante!».

• Exposições variadas, com destaque para uma grande exposição sobre o movimento operário em Portugal e no Mundo nos últimos 100 anos, uma exposição sobre a Reforma Agrária e numerosas exposições regionais (exposição bibliográfica sobre publicações autárquicas e associativas do Minho, sobre o património de Galveias/Alentejo, sobre o desenvolvimento do distrito de Setúbal, sobre a actividade autárquica de câmaras CDU como Nisa, Loures, etc., exposição de trajes regionais do Alto Minho, etc.).

• Mercado do Livro e do Disco, que integrará uma feira do livro.

• Espaço do Fado permanente, ponto de convívio e encontro de fadistas amadores do Minho, do Porto, de Trás-os-Montes e de Lisboa.

• Um espaço dedicado à informação sobre a realidade dos países socialistas e à amizade com os povos.

• Iniciativas desportivas, como é o caso do torneio de futebol de salão da Festa e da grande corrida de atletismo, a realizar no dia 10 de Julho, de manhã, estando ainda prevista a exibição de ginastas checoslovacos.

• As crianças terão também a sua festa na manhã de domingo, além de um espaço permanente onde poderão conviver e terão passatempos variados.

O País em Braga

A representação de todas as regiões do continente, através das respectivas organizações do PCP, que apresentarão nos seus pavilhões artesanato e outros artigos úteis, petiscos e pratos regionais e informação sobre a sua actividade, constituirão seguramente um dos maiores atractivos da Festa.

Estarão presentes o Minho, o Porto, Trás-os-Montes, a Beira Interior, o Alentejo, o Algarve, Lisboa, Leiria, Santarém (não faltando aquilo que já é conhecido pelos «habituais» da Festa como o «Alpiarça») e a Beira Litoral.

A Comissão Executiva da Festa procura garantir um parque de campismo para acolher, mediante inscrição prévia, alguns dos que de longe se deslocam a Braga a 8, 9 e 10 de Julho.

Uma nota final: a demonstração do carácter aberto e popular da Festa da Alegria está bem patente no preço dos ingressos para os três dias (IFs), que custam apenas 500$00. Já estão à venda nos CTs do PCP, e dão acesso a todo o espaço, a todos os concertos e ao conjunto do programa, por um preço claramente inferior ao de qualquer espectáculo qualificado que neste momento se realiza.

MONTIJO

Mais uma página do «livro negro» da coligação PS/PSD

Nem a resistência unitária contra a ditadura fascista, nem a causa da paz e da vida merecem o respeito da coligação PS/PSD no Montijo. Esta a conclusão que se pode retirar dos recentes acontecimentos na Assembleia Municipal daquela cidade do distrito de Setúbal. Tomando posição, a Comissão Concelhia local do PCP recorda em breve nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social:

De uma assentada, o PS/PSD recusou liminarmente duas propostas dos eleitos da CDU, uma saudando o **30.º Aniversário do Acordo de Unidade Democrática entre as candidaturas de Humberto Delgado e Arlindo Vicente**, ocorrido precisamente há trinta anos (30 de Maio de 1958), e outra propondo a **declaração da área do município como Zona Livre de Armas Nucleares** (ZLAN), movimento que já hoje ultrapassa mais de cem municípios do nosso país.

A primeira iniciativa da CDU, sobre aquele acordo, acrescentava que «a melhor maneira de homenagear quem assim valentemente se opôs à ditadura fascista de Salazar será a de perpetuar a convergência que, na vontade patriótica do povo e de cada um, tornou a oposição una e indivisa», adiantando: «o processo de revisão constitucional, porque deve ser feito exclusivamente na estreita e rigorosa observância dos mecanismos e regras para tanto estabelecidos no próprio texto constitucional, afigura-se hoje em dia como um dos acontecimentos políticos que mais e melhor referenciarão quem está com o 25 de Abril e quem está contra ele».

A proposta para a declaração política do concelho desnuclearizado vem na sequência da realização a 21 de Maio, em Santarém, do II Encontro Nacional dos Municípios ZLAN, o qual aprovou um importante plano de acções para a sensibilização das populações e da opinião pública em geral, cuja redacção acaba por dizer: «A causa da Paz e da Vida não pode deixar ninguém – pessoas, entidades, instituições – indiferentes: tem a ver com todos e com cada um de nós».

O comunicado a que já aludimos foi objecto de uma entrevista à **Rádio Impacto**, no passado dia 3 de Junho, em que participaram os camaradas **Valdemar Santos**, da Direcção Regional de Setúbal do PCP, e **Sérgio Pinto**, vereador da Câmara Municipal do Montijo e membro da Concelhia do Partido.

Noutra passagem, o documento sublinha:

«Reunida a 28 de Maio, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP decidiu denunciar a total submissão a interesses alheios à democracia e à independência nacional a que os eleitos do PS e do PSD na Assembleia Municipal local se votam, tanto mais que é difícil de dizer qual será mais estranho (e repugnante): se a recusa de saudar uma inesquecível página da resistência a Salazar e Caetano, ou o resistir agora a um movimento patriótica, que reúne, como é sobejamente conhecido, o consenso de um cada vez maior número de formações políticas e correntes de opinião.

«A Comissão Concelhia do Montijo, na mesma reunião, centrou a discussão sobre as conclusões da última reunião do Comité Central do PCP, e não podia deixar de assinalar o significado político da decisão do Tribunal Constitucional, a qual, «chumbando» em particular o Pacote Laboral, confirma as teses do PCP e do movimento operário de que **vale a pena lutar!**

«A solidariedade activa com os trabalhadores da **Tocan**, de Canha, declarada falida, e da **Mundet**, sujeita aos caprichos capitalistas do patronato em conluio com os desígnios do Governo Cavaco Silva, foi uma vez mais reafirmada.»

Convívio alentejano

Ponto alto da actividade recente da organização concelhia do Montijo foi no passado fim-de-semana o **Convívio Alentejano**, uma vez mais implantado no pinhal de Santos Fernandes, no apeadeiro de Sarilhos, antecedido de um convívio musical da juventude CDU. Provas de atletismo (100 participantes), intervenção política e música ao vivo com «Os Cromáticos», Banza e o grupo coral de Pinhal de Frandes (Seixal), para além de um debate em torno da obra poética «Os Passos Bifurcados», de Manuel Correia, galardoado com o Prémio do Ano Internacional da Paz da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, animaram um belo convívio já com tradições no concelho do Montijo.

Camaradas Falecidos

Manuel Nabais Pereira

Natural de Vila Fernando (Guarda), faleceu recentemente o nosso camarada **Manuel Nabais Pereira**, de 76 anos. Estava organizado na freguesia da Ericeira, Mafra.

Isac Vieira

Do mesmo organismo do Partido chegou-nos a notícia do falecimento do camarada **Isac Vieira**, de 82 anos, antifascista de longa data.

Abel Ferreira de Carvalho

Desde há longos anos membro do Partido Comunista Português, faleceu em **Sintra** o nosso camarada **Abel Simões Ferreira de Carvalho**, de 73 anos, comerciante reformado.

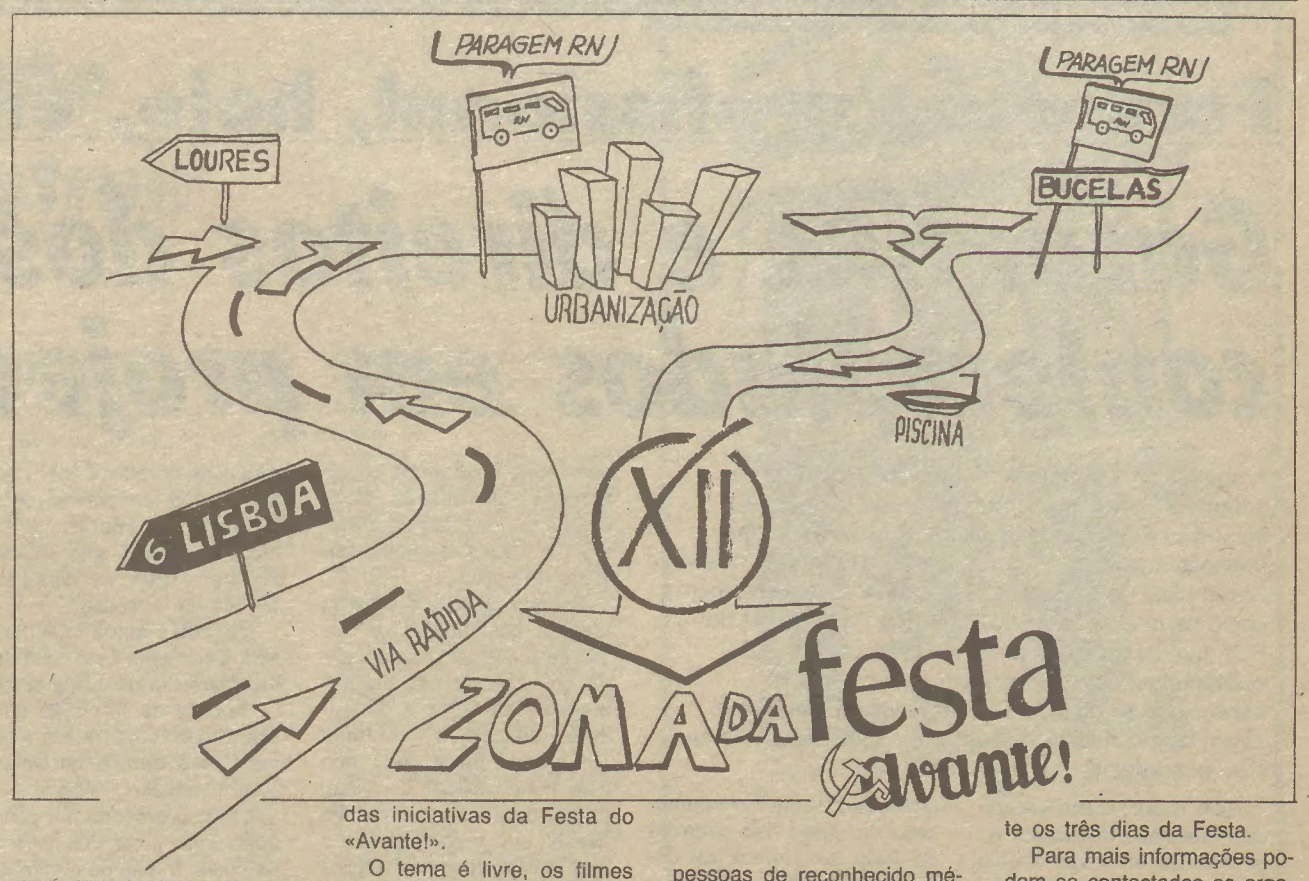
* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Nacional

XII festa Avante!

Só faltam 90 dias



Pois, 90 dias. Reduzido a meses, são três. A 9 de Setembro começa a 12.ª Festa do «Avante!», nos terrenos da antiga Quinta do Infantado, em Loures. São só 90 dias e há que os aproveitar todos para pôr de pé a maior realização política e cultural do País.

Este fim-de-semana maior que começa já amanhã é uma boa oportunidade para lá ir dar uma mão. Há trabalho para toda a gente e em todos os sectores, da limpeza da mata à carpintaria, da construção dos estaleiros à vedação do terreno, da electricidade à água e esgotos. Já é possível fornecer refeições no local, mas não deixa de ser uma boa previdência levar logo o farnel de casa.

Entretanto, a Festa também já se está a construir fora do terreno. As Entradas Permanentes já estão à venda, já há inscrições abertas para muitas excursões, as organizações preparam a sua participação.

Cascais

É o caso da organização concelhia de Cascais. Numa primeira folha informativa sobre a Festa anuncia-se que lá estará mais uma vez «o famoso Restaurante de Cascais» e também o Quiosque, com ginjinha e bolinhos.

A «grande surpresa» vai ser o Moinho, onde vão estar bordados, bonecos de pano e diversas peças de artesanato.

Além disso, estão já abertas, nos centros de trabalho do PCP no concelho, as inscrições para a **prova de atletismo Alcabideche-Trajouce**, marcada para 7 de Agosto.

Seia

Em Seia vai realizar-se no sábado, dia 18, o **1.º festival da canção juvenil**. O vencedor disputará com outros concelhos da Beira Interior a presença na Festa.

As inscrições estão abertas até segunda-feira, dia 13. Os contactos podem ser feitos para o centro de trabalho do Partido (telefone 22547) ou directamente com Luís Taborda, Zé Mário, Amândio Melo ou o professor João Ferreira.

Gouveia

Também no dia 18 inicia-se em Gouveia a fase concelhia do **torneio de futebol de salão** da Festa. As inscrições podem ser feitas até 15 de Junho no CT do PCP, no restaurante «O Júlio» ou no café «Estrela».

Lisboa

Na cidade de Lisboa já se iniciaram os jogos do torneio de futebol da Festa. Na primeira jornada os «Correios de Lisboa» empataram a um golo com «Santo António dos Cavaleiros»; os «Onze Unidos» marcaram 12 aos «Amigos da Montanha», que se ficaram pelo golo de honra; o «Recreio e Amizade» e os «CTT» empataram, com um tento cada; a «Sismet» ganhou ao «Diário de Lisboa» por 4-3.

Festival de *vídeo*

Está entretanto a ser organizado um festival de filmes em *vídeo*, também no âmbito das iniciativas da Festa do «Avante!».

O tema é livre, os filmes podem ser a cores ou a preto e branco, em Betamax, VHS ou U-Matic.

Um júri constituído por pessoas de reconhecido mérito e competência avaliará os trabalhos e atribuirá os respectivos prémios. Os trabalhos serão exibidos durante os três dias da Festa.

Para mais informações podem se contactadas as organizações do Partido ou directamente o gabinete da Festa (telefones 730973 ou 769147, de Lisboa).

Gaia

Milhares de pessoas na campanha do ambiente

Está em curso em Vila Nova de Gaia, na base da intervenção decisiva do pelouro do Ambiente e Jardins, uma campanha de sensibilização sobre esta temática e área de actividade camarária, que tem envolvido a participação de muitos milhares de moradores do concelho. A camarada Ilda Figueiredo, vereadora responsável do pelouro, deu-nos a conhecer em traços gerais as últimas iniciativas realizadas.

«Viver a Primavera, amar a natureza» foi uma das acções promovidas, na qual participaram mais de duas mil crianças e respectivos professores, em festas a elas especialmente dedicadas, nos jardins do Morro, do Candal e do Cedro. As comemorações do Dia da Árvore, com um concerto musical e um debate sobre ambiente; a distribuição de sementes de girassol pelas diferentes escolas do ensino primário, possibilitando a observação pelas crianças do crescimento da planta; a preparação de trabalhos para a terceira exposição de flores — Flor-gaia/88, que encerrou no passado fim-de-semana, foram outras acções do pelouro.

Outra iniciativa com grande nível de participação foi, nas comemorações do Dia do Ambiente, a realização, no dia 4 de Junho, da oitava Marcha da Montanha, tendo como centro de interesse a Serra de Canelas. Cerca de três mil crianças de 36 escolas preparatórias e 300 professores percorreram a trilha de interpretação da natureza e no final participaram num animado convívio. Também a população pôde usufruir do contacto com uma realidade que em muitos aspectos desconhece — os vários caminhos da serra, previamente assinalados, foram, no dia 5 de Junho, percorridos por centenas de pessoas, tendo o pelouro possibilitado transporte gratuito até ao início do percurso.

A limpeza dos rios e a defesa das dunas da orla marítima de Vila Nova de Gaia tem sido outra das preocupações do pelouro. Uma actividade unanimemente reconhecida como essencial para a defesa do bem-estar da população do concelho, a actividade promovida com a intervenção competente e interessada dos comunistas nas autarquias, mesmo quando trabalham em minoria.

6.º Dia de Limpeza no Porto

«Os portuenses contam, já, anualmente, com a realização do Dia da Limpeza. Todos os anos diferente, sempre igual no essencial: o espírito cívico, a atenção dada às crianças, a alegria e o amor ao Porto». São as palavras iniciais do apelo dirigido pelo camarada Oliveira Dias, vereador responsável pelo pelouro da Limpeza e Serviços Gerais da Câmara Municipal do Porto, ao dar conhecimento à população da realização, no dia 12 de Junho, do sexto Dia da Limpeza, este ano integrado nas festas da cidade.

Um grande cortejo de crianças percorrerá as principais ruas da Baixa integrando-se em mais uma iniciativa levada a cabo pelo pelouro da Limpeza.

Mil pessoas em Viseu pela defesa dos baldios

Mais de um milhar de compartes dos baldios participaram dia 4 de Junho, sábado, em Viseu, numa manifestação de protesto contra a aprovação na generalidade, na Assembleia da República, dos projectos-leis do PSD e do CSD que têm como objectivo retirar os baldios à propriedade comunitária.

A partir das 22 horas, compartes e membros dos conselhos directivos de baldios, vindos dos mais diversos e longínquos pontos do distrito, desfilaram pelas principais ruas da cidade, empunhando centenas de archotes e muitas faixas e painéis.

«Os baldios são dos povos!», «Não mexam na nossa lei!», «Os povos unidos jamais serão vencidos» e «Roubar os baldios – não! Cumpram a Constituição!» foram as palavras de ordem mais gritadas na manifestação, convocada pelo Secretariado dos Baldios do distrito de Viseu.

No percurso feito pelos manifestantes foram distribuídos à população documentos explicando as razões da luta dos povos serranos.

«É necessário – lê-se na folha volante – que os responsáveis pela grave ameaça que nos espreita saibam que lutaremos até às últimas consequências, como sempre o fizemos, contra esta afronta vergonhosa: quererem roubar-nos os baldios para os entregarem às juntas de freguesia, às celuloses e às multinacionais da CEE! Quererem-nos obrigar a emigrar das nossas aldeias, como aconteceu há 50 anos com a ocupação dos baldios pelos Serviços Florestais! Quererem entregar riquezas imensas da região e do País a grandes grupos económicos e financeiros estrangeiros!»

A manifestação, segundo os organizadores, «teve grande impacto no burgo, quer pelo número de participantes que mobilizou, quer pelo espectáculo inédito das tochas a arder».

No Rossio de Viseu, onde a manifestação terminou, foram feitas algumas intervenções, «atentamente escutadas e vibrantemente aplaudidas», como as de Manuel Rodrigues, do Secretariado distrital, e Jorge Dias, do Conselho Directivo dos Baldios de Igarei (Vouzela).

Na concentração foi aprovada, por unanimidade e aclamação, uma moção em que os conselhos directivos, povos e compartes dos baldios «protestam energicamente contra os projectos de lei sobre baldios do PSD e CDS e repudiam-nos, por serem inconstitucionais e atentatórios da tradição histórica, do direito natural e dos interesses económicos dos povos serranos».

Os participantes na manifestação do passado sábado manifestam ainda o seu «total e claro apoio» aos decretos-leis 39/76 e 40/76 e à alínea *c*) do artigo 89.º da Constituição, «que consagram o direito histórico dos povos serranos ao uso, fruição e administração do seus baldios».

Na moção reclama-se ainda do Presidente da República o veto aos diplomas aprovados na generalidade na AR no fim de Abril, com base na sua inconstitucionalidade.

Por fim, os presentes na manifestação de Viseu decidiram promover «novas e mais vigorosas jornadas de luta futuras, se a situação de perigo sobre as leis dos baldios persistir ou se agravar».

***A luta contra o roubo dos baldios** vai prosseguir. O Secretariado dos Baldios do distrito de Viseu regista o facto de na manifestação de dia 4 ter sido reafirmada a vontade dos compartes «de se deslocarem de novo em massa a Lisboa» (foto de outra manifestação em Viseu, 6/12/1986)*

Assembleia da República

Formação profissional, hoje, em debate

Garantias e direitos dos formandos contemplados em projecto do PCP

A análise de um projecto de lei estabelecendo as garantias e direitos dos cidadãos que frequentam cursos de formação profissional constitui uma das matérias agendadas para a sessão plenária de hoje da Assembleia da República. A iniciativa do projecto bem como da marcação partiu do Grupo Parlamentar do PCP que deste modo pretende preencher o vazio existente quanto a um diploma que garanta e especifique os direitos dos formandos, contribuindo assim simultaneamente para a solução dos problemas que se prendem com a formação profissional.

Num quadro caracterizado pela crescente dificuldade no acesso ao emprego e pela ausência de uma política concertada que possibilite um levantamento sistematizado das reais necessidades do País em termos de desenvolvimento, a formação profissional tem vindo a assumir uma importância e proporções significativas, movimentando hoje largos milhares de jovens e muitos milhões de escudos.

Só para este ano a verba prevista com acções de formação profissional abrangendo um total de 280 mil formandos eleva-se a 57 milhões de contos (montante em grande parte suportado pelo Fundo Social Europeu), tratando-se portanto de um desafio que importa ganhar o que necessariamente implica um adequado aproveitamento das verbas disponíveis.

Esbanjar dinheiro

Do que se trata, pois, do ponto de vista da bancada comunista, como referiu em breve conversa com o «Avante!» Álvaro Amaro, é de não esbanjar como tem sucedido até aqui esse dinheiro com uma formação profissional desajustada das realidades regional e nacional, onde não têm faltado as situações geradoras de fraudes e onde tem pontificado a falta de transparência no modo como têm sido organizadas algumas dessas acções de formação.

De notar ainda que tem sido justamente essa falta de transparência na forma como as acções de formação têm sido organizadas — em muitos casos transformaram-se num verdadeiro «negócio» — que tem provocado um certo descrédito junto dos jovens os quais, à falta de emprego, não encontram outra alternativa que não seja fazer cursos atrás de cursos.

Na origem de toda esta situação está o vazio legal existente e a ausência de planificação e de uma matriz de formação profissional cuja elaboração é aliás da responsabilidade do Governo que já a deveria ter entregue tal como se comprometera, no primeiro trimestre do ano em curso.

Neste contexto se enquadra, pois, a iniciativa legislativa do PCP cuja redacção obedeceu principalmente — sem prejuízo do necessário apuramento de responsabilidades quanto ao destino dos fundos da CEE — à defesa dos direitos e garantias dos cidadãos envolvidos em acções de formação profissional e que até à data têm sido vítimas da desorganização existente e das situações fraudulentas como sejam, entre outras, a inexistência de contratos de formação ou as dificuldades no pagamento de bolsas.

Grelha de direitos

O projecto que os deputados analisarão no decorrer da sessão plenária de hoje visa assim, como nos disse o jovem deputado comunista, criar uma grelha de direitos dos formandos, na qual seja inscrita designadamente a obrigatoriedade de um contrato escrito de formação profissional, referindo entre outras indicações a área, a duração, o horário semanal e a data de início do curso, bem como o montante da bolsa e respectivas condições de pagamento.

A comunicação obrigatória e atempada das acções de formação profissional e respectivas condições de acesso e funcionamento aos centros de emprego, por forma a que estes elaborem publicações e criem gabinetes de atendimento com vista a uma correcta informação e orientação dos interessados, constitui outra das medidas preconizadas no projecto de lei do PCP.

Entre os objectivos enunciados nesta iniciativa legislativa contam-se ainda a atribuição obrigatória de um diploma na área respectiva e o acompanhamento pelos centros de emprego no encaminhamento para a vida activa, a aplicação do estatuto de trabalhador-estudante aos formandos que simultaneamente frequentem estabelecimentos de ensino e a fiscalização das acções de formação por parte da Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional.

O pacote laboral

Cavaco engendra alibis para os seus fracassos políticos

Provenientes de todos os quadrantes, não se fizeram esperar as reacções às palavras do Primeiro-Ministro contidas na comunicação ao País transmitida através da Televisão no decorrer da qual foi posta em causa a decisão do Tribunal Constitucional de declarar inconstitucional o Decreto de Autorização Legislativa do Pacote Laboral.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, no que foi o primeiro comentário produzido no Plenário da Assembleia a respeito das declarações intempestivas de Cavaco Silva, tratou-se de uma operação pensada e ensaiada destinada a **«virar a opinião pública e particularmente os jovens contra o Tribunal Constitucional».**

Dada a conhecer por Jerónimo de Sousa, esta opinião da bancada comunista fundamenta-se no facto de em ocasiões anteriores o chefe do Executivo ter protagonizado idênticas acções de guerrilha contra as instituições democráticas e outros órgãos de soberania. **«Num passado recente foi a Assembleia da República a estar em causa. Agora é o Tribunal Constitucional que é transformado em inimigo e a Constituição da República num empecilho»**, lembraria o deputado comunista.

Considerando esta atitude de guerra às instituições democráticas como um sinal **«preocupante e perigoso»**, Jerónimo de Sousa adiantaria ainda que no entender dos parlamentares comunistas o Governo **«só sabe governar através da recriação do perigo de um inimigo permanente»**, facto este que a manter-se, e na linha de pensamento do discurso de Cavaco Silva, poderá levar a que qualquer dia se culpem **«as liberdades como obstáculo a um Governo que se considera com a legitimidade para fazer o que quer».**

«Como é possível vir evocar melhorias, algumas delas inexistentes e outras que o são de facto na sua maioria não por causa do Governo mas apesar do Governo, traçar um quadro idílico de quem vai quase a caminho do paraíso para depois inventar um terrível obstáculo chamado Tribunal Constitucional para esconder afinal e tão só os seus próprios fracassos políticos? Que se pretende quando se quer virar os jovens e desempregados, já não só contra a legislação laboral, contra os trabalhadores com trabalho efectivo, mas agorá já contra as instituições democráticas? Para onde quer ir o Primeiro-Ministro do Governo da República quando acusa a Constituição de não ser plenamente democrática?», interrogar-se-ia o deputado Jerónimo de Sousa.

Depois de lembrar aquilo que na sua alocução ao País, Cavaco Silva esqueceu ou omitiu – a poderosa movimentação dos trabalhadores que culminou na Greve Geral de 28 de Março –, o deputado comunista chamou a atenção da Câmara para as propostas do PCP e para as diligências por este efectuadas, designadamente a impugnação por inconstitucionalidade da admissão da proposta de lei dos despedimentos, sublinhando a propósito que os factos e a vida vieram comprovar e dar razão aos trabalhadores e suas organizações representativas que desde o início recusaram liminarmente um projecto que põe em causa direitos e garantias fundamentais.

Em causa a defesa e protecção da família

Direita desenterra concepções retrógradas

A apreciação de dois projectos de lei da iniciativa do CDS e do PSD relativos à criação de uma Lei de Bases de política familiar permitiu na passada semana evidenciar a recuperação que o primeiro destes partidos fez de certas concepções retrógradas em matéria de defesa e protecção da família e pôr simultaneamente a nu o farisaísmo de uma maioria que para não se deixar ultrapassar tratou de elaborar também o seu projecto mas com uma redacção que não ultrapassa, porém, o enunciado vago e geral de uma série de princípios pouco compatíveis com a actual orientação e prática governativas.

De modo distinto, no decorrer do debate, colocou-se a bancada comunista ao proceder não apenas a uma desmontagem circunstanciada do conteúdo dos referidos projectos como também a uma apresentação de propostas concretas (algumas delas já entradas na Assembleia) tendentes a concretizar, como salientou Odete Santos, as «orientações constitucionais cuja aprovação representou o enterro legal definitivo de retrógradas concepções».

Foram todavia algumas destas concepções que o CDS resolveu desenterrar desvirtuando assim completamente aquilo que a Constituição consagra no que toca aos direitos dos componentes da família e nomeadamente os que se referem aos direitos das mulheres e dos jovens.

Este seria de resto um dos aspectos para o qual desde logo Odete Santos chamou a atenção ao dissecar o articulado do projecto centrista que em sua opinião se caracteriza por quatro traços fundamentais, a saber: a tentativa de regredir à concepção de família com finalidade económica; a restauração daquilo que o professor Antunes Varela chamou de pelouros específicos de cada sexo; a desvalorização profissional da mulher e a sua consequente discriminação; a tentativa de erigir a família em entidade supra-individual, daí resultando um conceito transpessoal da política familiar.

«Um sopro saudosista sobre uma realidade completamente ultrapassada», assim interpretaria a deputada comunista o primeiro traço que perpassa o projecto apresentado pelo CDS, lembrando que dele decorrem «as mais variadas formas de discriminação relativamente às mulheres», sendo ainda resultante deste conceito de família os termos restritivos com que o diploma se refere aos filhos nascidos fora do casamento, os quais, para os centristas, merecem apenas protecção social, o que é muito menos, como explicou Odete Santos, «que o direito à igualdade jurídica expressa na Constituição da República».

Desmontando outros aspectos contidos no diploma assinalou ainda a deputada comunista a tentativa de restaurar a divisão tradicional de tarefas dentro da família – empurrando a mulher para o pelouro específico da educação dos filhos e do trabalho doméstico – bem como a existência em todo o projecto de uma noção de família como «entidade supra-individual à qual se têm de submeter os interesses de cada um dos seus membros».

Objecto de críticas no projecto do PSD constituiu por seu turno para lá da escorregadela para concepções retrógradas num dos seus artigos, o carácter propositadamente vago que impregna todo o articulado, nomeadamente a indefinição das normas e valores que vão orientar as acções de formação familiar previstas pelo partido que sustenta o Governo.

Odete Santos considerou igualmente uma hipocrisia a série de enunciados gerais adiantados no projecto da maioria, explicando que não serve «falar em geral, como faz o PSD, do direito à saúde, à educação, ao trabalho, à habitação, à melhoria da qualidade de vida», quando ao mesmo tempo o Governo pretende avançar com um pacote antilaboral que «inutilizaria irremediavelmente a realização pessoal dos membros das famílias dos trabalhadores», quando a saúde está como se sabe, quando a deficientíssima rede de creches e jardins de infância se traduz «numa sobrecarga do trabalho das mulheres», quando se praticam «horários incompatíveis com a exigência da vida familiar» como sucede por exemplo nos hipermercados, etc.

Detendo-se depois nas propostas concretas do PCP, Odete Santos enumerou algumas delas pendentes na Assembleia sob a forma de projectos de lei, como sejam a criação de uma subvenção especial para os pais e mães sós com filhos a cargo, o adiantamento pelo Estado de pensões alimentares sempre que se dê a dissolução da família e haja dificuldades na obtenção de tal pensão, a criação de um sistema especial de informação jurídica as mães solteiras ou ainda o alargamento da protecção nas uniões de facto no que toca por exemplo ao direito à habitação ou aos direitos à Segurança Social.

Assembleia da República

Lei da Radiodifusão

Uma lei para destruir as rádios locais

Com a aprovação em votação final global que recebeu apenas o apoio do PSD da proposta que visa conceder ao Governo autorização para definir por decreto-lei o regime de licenciamento das rádios, o Governo e a maioria que o apoia na Assembleia da República voltaram a dar sinais do completo desprezo que lhe merecem as críticas e opiniões da oposição, do desrespeito com que encara o texto constitucional e da sua incontida vocação hegemonizadora capaz de atropelar tudo e todos desde que seja, como se revelou manifestamente em mais este caso, para servir os seus próprios interesses e os das suas clientelas.

Esta conclusão, uma das várias a retirar após a aprovação deste diploma, afigura-se inteiramente legítima tanto mais que, a não ser assim, teria sido possível inscrever na proposta governamental regras democráticas, transparentes e não discriminatórias, facto que manifestamente não aconteceu dada a recusa pura e simples do PSD.

Lei ferida de inconstitucionalidade

Para já, ao não abdicar de nenhuma das posições anteriormente tomadas, a maioria vê assim aprovada uma Lei da Rádio de que resultará o encerramento de todas as estações de rádios livres actualmente a emitir dez dias antes do prazo-limite para apresentação de candidaturas à atribuição de frequências de rádio.

Deste modo, de acordo com o articulado da proposta, o que se sabe é que todas as rádios vão fechar, não existindo garantias de espécie nenhuma nem quanto às que depois irão abrir nem às condições em que tal se verificará, o que não pode deixar de ser interpretado como uma lei destinada a destruir as rádios locais.

Ao prever o leilão da Rádio Comercial, o diploma assume-se por outro claramente contra a Empresa Pública de Radiodifusão, sendo ainda considerado pela generalidade dos partidos da oposição como inconstitucional, uma vez que não obedece aos requisitos necessários para que o Governo seja autorizado a legislar em matéria da competência da Assembleia da República.

Esta questão da inconstitucionalidade seria, de resto, uma das avocadas a Plenário pelo Grupo Parlamentar do PCP através de um requerimento no qual se demonstra que na Proposta de Lei, apesar de algumas operações de cosmética, não está definido o sentido e objecto da autorização legislativa.

Regras pouco transparentes

Outra das questões avocadas pela bancada comunista prende-se com as regras de licenciamento, sendo de assinalar a este respeito o facto dos deputados do PSD terem proposto a revogação das regras transparentes, democráticas e objectivas contidas na lei presentemente em vigor (Lei n.º 8/87) gesto interpretado pelos parlamentares comunistas como um deixar de mãos livres ao Governo para definir o que mais lhe convier aos seus objectivos político-partidários. O direito dos jornalistas constituírem conselhos de redacção, tal como de resto consagra o Artigo 38.º da Constituição e a Lei de Imprensa regulamente, constitui outro aspecto para o qual os deputados comunistas chamaram a atenção, fazendo notar nomeadamente que a «clarificação legal do exercício de tal direito pelos jornalistas da radiodifusão permitiria ultrapassar situações de serviços noticiosos de estações emissoras de radiodifusão em que, contra a lei, se vem negando tal direito aos profissionais de informação».

Ofensa a direitos adquiridos

Objecto de fortes críticas foi por sua vez a pretensão do PSD substituir o Conselho da Rádio — órgão de composição plural cuja existência está já legalmente consagrada e a quem compete, como entidade independente, intervir no processo de licenciamento — contrapondo-lhe uma comissão criada por si próprio com características governamentais e onde estão escandalosamente representadas entidades com interesses directos neste processo (como sejam os casos das actuais estações emissoras e dos representantes das Associações de Imprensa Diária e Não Diária) ao mesmo tempo que são arredados representantes de sectores vitais da sociedade portuguesa.

A alteração imposta pelo PSD do dispositivo legal aprovado por unanimidade na Lei n.º 8/87 que definia a entrada em vigor do regime sancionatório por exercício ilegal de radiodifusão para o período pós-conhecimento dos resultados do primeiro concurso para atribuição de alvarás de licenciamento — disposição legal que criou justas expectativas por parte das estações emissoras não licenciadas — foi também severamente condenada pelos deputados comunistas, inconformados com uma alteração que em seu entender representa uma grave ofensa a direitos adquiridos pelas estações emissoras cujo importante e positivo papel em prol do desenvolvimento cultural é sobeja e consensualmente reconhecido.

Importa por último referir que o processo legislativo não está concluído — esta a opinião do Grupo Parlamentar do PCP, partilhada, aliás, por outras bancadas e pelas próprias rádios livres que já fizeram saber não estar dispostas a cruzar os braços — aguardando-se agora que os órgãos de soberania que vão ter que analisar o texto antes que ele possa ser Lei da República adoptem as necessárias medidas de fiscalização — registe-se, por curiosidade, que em relação à lei em vigor o Presidente da República na ocasião da sua aprovação exerceu o direito de veto político —, tendo em conta até os escândalos que têm vindo a ser insistentemente denunciados.

As OPVs da SONAE

Maioria volta a impedir clarificação

Os actos do Governo e da Administração relacionados com as OPVs de sete empresas do Grupo SONAE voltaram na passada semana a concitar sobre si a atenção dos deputados, desta feita para apreciação de um pedido de inquérito parlamentar da iniciativa da bancada socialista.

Para o PS, segundo João Cravinho, tratava-se de aclarar «situações que podem envolver tentativas de ocultação e desvio de graves responsabilidades do Governo e da Administração, com importantes incidências negativas nos planos da transparência dos actos do Governo». Aquele deputado acusou ainda o Governo de ter pretendido «escamotear as suas responsabilidades mediante a realização de inquéritos logo à partida feridos por públicos e notórios vícios de forma e de fundo», imputando a outros, designadamente aos empresários, «responsabilidades que lhe cabem no todo ou em parte».

Em sentido idêntico foram as críticas produzidas pela bancada comunista para quem alguns factos recentes vêm acentuar a «fuga» do ministro das Finanças ao «assumir das responsabilidades e das consequências políticas dos actos que praticou, das afirmações que produziu e do comportamento do Ministério das Finanças em todo este processo».

Ao contrário das afirmações de Miguel Cadilhe — «está tudo dito e redito sobre este assunto», diria no decorrer do debate — a opinião do PCP dada a conhecer por Ilda Figueiredo é de que o Governo «não pode limitar-se a sacudir as mãos e a abanar os ombros com indiferença, considerando que o processo está terminado, que tudo se resume a meras questões processuais de pagamentos de multa e de impostos em dívida».

A verdade é que, como afirmou a deputada comunista, os impostos não foram pagos devido à «prática de actos e à realização de operações com conhecimento prévio do Ministério das Finanças», visando assim «induzir em erro a Administração Pública», o que em linguagem corrente, como lembrou, dá pelo nome de «fuga ao fisco».

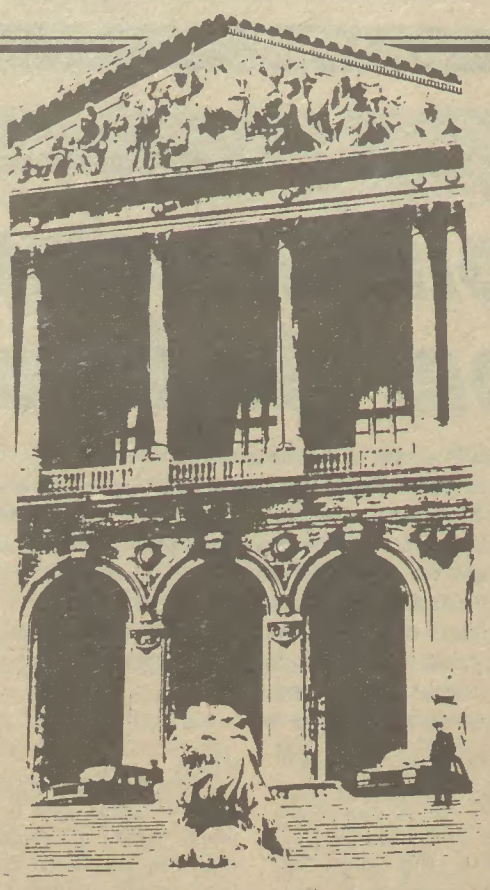
Assim o não entenderam, porém, os deputados do PSD que acabariam por inviabilizar mais este pedido de inquérito sob a alegação de não ser esta a ocasião própria para o realizar, afirmando ainda que ele é uma cópia de uma anterior iniciativa do CDS igualmente rejeitada pela maioria na altura com o argumento de que o ministro teria tomada as diligências adequadas.

Ao invocarem os mais diversos pretextos para impedir os deputados e a Assembleia da República de tomarem conhecimento de todos os documentos e do alcance da responsabilidade governamental em todos os actos praticados, como assinalou Ilda Figueiredo, a maioria voltou a prestar um mau serviço ao País, impedindo uma vez mais a Assembleia da República de exercer cabalmente a sua competência fiscalizadora dos actos do Governo, esclarecendo nomeadamente todas as dúvidas, pontos obscursos e fuga às responsabilidades que perpassam todo este processo.

Lobo ibérico

Sorte diferente na sessão plenária do mesmo dia teve entretanto o projecto de «Os Verdes» destinado a proteger o lobo ibérico «um dos últimos tesouros vivos da fauna» peninsular. Com efeito, sem reservas, todas as bancadas saudaram e apoiaram por unanimidade a iniciativa legislativa dos deputados «Verdes» visando salvaguardar esta espécie cinegética em riscos de extinção.

Para os ecologistas, para lá do cumprimento dos mecanismos de protecção existentes, trata-se sobretudo de criar um quadro legal específico, englobando as várias vertentes do problema, com vista ao ordenamento, fomento e protecção do lobo, cujo número em território nacional se estima rondar a centena.



Autonomia das Universidades

O Plenário de terça-feira foi ocupado integralmente com a discussão da Autonomia Universitária. Reclamação de gerações de professores e estudantes no período da ditadura fascista, consagrada constitucionalmente e reconhecida por lei depois de 25 de Abril, os princípios gerais da autonomia das Universidades estiveram no entanto até agora a aguardar o desejado desenvolvimento legal. Anteontem, porém, alguma coisa avançou, sendo possível aclarar a definição do enquadramento institucional, mais concretamente do regime de funcionamento e dos objectivos da instituição universitária no quadro de amplos poderes de autonomia.

Em debate estiveram quatro projectos de lei apresentados pelo PS, PCP, PRD e CDS e uma proposta de lei do Governo, sendo visível da parte dos partidos da oposição uma busca de diálogo no sentido de encontrar soluções consensuais que possam ser consagradas numa lei que corresponda ao sentir de quantos de algum modo se encontram ligados à instituição universitária.

Esta mesma vontade foi claramente manifestada pelos deputados Jorge Lemos e Rogério Moreira, a quem coube defender as posições da bancada comunista, lembrando o primeiro a dado passo da sua intervenção a propósito do PCP de defender «uma estrutura do ensino superior simultaneamente unificada, no plano institucional, e diversificada quanto a áreas, tipos e níveis de formação e saída».

Entendendo a universidade não como instituição central acima das escolas mas sim como um todo englobante destas, resultante das suas próprias experiências — registe-se que esta constitui uma das concepções que distingue o projecto comunista dos restantes —, o PCP preconiza uma autonomia das uiversidades entendida como forma de assegurar a plena transparência e gestão democráticas, prevendo-se para o efeito, como salientou Jorge Lemos, a participação dos diversos corpos nos vários domínios e níveis de decisão, a participação de representantes das actividades comunitárias na definição da política científica e pedagógica da universidade e, bem assim, a integração harmónica da universidade nos todos nacional e regional de que faz parte e nos seus planos de desenvolvimento cultural, social e económico».

Não se ficam porém pela definição dos órgãos de gestão das universidades e respectivas competências (assembleia, senado, reitor e vice-reitores e conselho administrativo) as propostas inscritas no projecto do PCP. Diferenciando-se das outras, a iniciativa do PCP vai mais longe e apresenta simultaneamente propostas de reformulação dos próprios órgãos de gestão de cada estabelecimento de ensino, consagrando sempre a eleição democrática e participada de todos eles.

Entre as propostas inovadoras contidas no projecto do PCP importa também destacar a criação de dois novos órgãos. Trata-se do **Conselho Nacional das Universidades**, integrando não apenas os reitores como também os representantes dos senados universitários e do **Instituto Nacional de Investigação**, do qual devem fazer parte os vários centros de investigação existentes nas universidades.

Como nota final refira-se que de todos os projectos em discussão o do Governo é o que menos inova e o que menos avança nas autonomias das universidades, apresentando mesmo algum recuo face a idêntica iniciativa apresentada pelo primeiro governo do PSD.

Internacional

Turquia

Solidariedade com Kutlu e Sargin

O processo promovido pela ditadura contra os dirigentes comunistas turcos, camaradas Haydar Kutlu e Nihat Sargin, deve ter tido ontem, dia 8, o seu início, após sucessivos adiamentos. Trata-se do culminar de uma acção de repressão política visando o próprio direito à existência de um partido comunista turco (actualmente o único partido comunista proibido na Europa capitalista, sendo que entretanto a Turquia se arroga a prentensão de aderir à CEE, contando naturalmente com apoios nesse sentido).

Os dois dirigentes comunistas, *pouco antes da sua prisão*

Mas vale a pena relembrar aqui alguns factos.

No dia 16 de Novembro de 1987, os camaradas Haydar Kutlu e Nihat Sargin desceram no aeroporto de Ankara, acompanhados de um grupo de parlamentares comunistas de vários países europeus. Minutos depois de terem pisado solo turco, e apesar dos protestos dos parlamentares presentes e dos representantes dos meios sociais presentes no aeroporto, Kutlu e Sargin foram presos pela polícia turca. Iniciou-se então aquele terrível período de interrogatórios e tortura, que as polícias dos Estados ditatoriais fascistas impõem aos que lhe fazem frente, e em particular aos comunistas.

Actualmente, o promotor do Tribunal de Segurança do Estado acusa os dois dirigentes comunistas de terem infringido seis artigos do código penal: criação de organizações ilegais, actividades e propaganda subversivas, ofensas ao Presidente da República. Na base de tais acusações, os nossos camaradas podem ser condenados a mais de 70 anos de prisão.

O regresso à Turquia de Kutlu e Sargin está directamente ligado a importantes decisões adoptadas conjuntamente pelo Partido Comunista da Turquia e pelo Partido Operário da Turquia: a fusão de ambos os partidos no Partido Comunista Unificado da Turquia, e o regresso à pátria de ambos os secretários-gerais como forma de abrir caminho à actividade legal dos comunistas.

Quando desta tomada de decisão, em fins de 87, os comunistas turcos definiram nestes termos o seu caminho rumo ao socialismo: «Avançamos uma política de alternativa democrática no quadro do capitalismo porque estamos convencidos de que a via para o socialismo não pode ser aberta sem a defesa e o reforço da democracia. O povo deve ser o seu arquitecto, é com o desenvolvimento da democracia que o socialismo se desenvolverá.»eA resposta da ditadura foi um claro não às exigências de democracia, reivindicação porque o povo turco heroicamente se tem batido. Não por acaso é tão impressionante o balanço da repressão.

Cingindo-nos a alguns factos, vale a pena referir que desde Setembro de 1980, pelo menos 250 democratas foram mortos sob tortura e 150 mil presos. Foram abertos processos políticos contra partidos, sindicatos e associações, em que as leis da ditadura são aplicadas mesmo a acções realizadas antes do golpe, ou seja quando essas mesmas acções eram legais.

Em vésperas do seu regresso à Turquia, e em entrevista concedida à «Revista Internacional», os nossos camaradas puseram o acento sobre a exigência popular de democracia: «as autoridades dão-se conta de que aumentam os anseios democráticos e procuram pôr sob o seu controlo e deter este processo, debilitando ao mesmo tempo a oposição. É evidente a necessidade de lhes arrebater a iniciativa e obrigá-los a dizer sem rodeios se estão dispostos ou não a seguir o caminho da democracia e a permitir que os comunistas actuem legalmente. Por esta razão os nossos dois partidos, após terem analisado todos os prós e os contras, decidiram que os seus secretários-gerais regressem à Turquia». E acrescentavam ainda: «não temos ilusões quanto ao facto de que esta nossa decisão não nos trará um êxito fácil. É um acto de luta. Confiamos em que todas as forças da democracia e do progresso nos darão o seu apoio».

Os factos testemunham de que se trata de caminhos de luta bem difíceis. Mas sem dúvida também de que a solidariedade está presente. Na Turquia foram mais de 800 os advogados que se ofereceram para defender os dirigentes comunistas, facto sem dúvida bem significativo.

No plano nacional e internacional, aumentam os protestos contra a detenção e as exigências de libertação.

É essa também a exigência dos comunistas portugueses. Pela libertação de Kutlu e Sargin. Pela libertação de todos os presos políticos turcos.

Relações internacionais do PCP

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acompanhado de Domingos Lopes e Gorjão Duarte, membros do CC do PCP, recebeu um grupo de estudo sobre autogestão do Partido Comunista da Checoslováquia, dirigido por Ondery Kvaka, vice-chefe do departamento de indústria do CC do PC da Checoslováquia.

Álvaro Cunhal recebe delegação do MPLA-PT

Uma delegação do MPLA-Partido do Trabalho, dirigida por Domingos Ginga, membro do Comité Central e Coordenador Central de Controle, foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

O encontro teve lugar no quadro das fraternais relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o MPLA-Partido do Trabalho.

«Acerca da perestroika»

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, permaneceu em Portugal de 24 a 29 de Maio, Alexandre Galkin, vice-reitor do Instituto de Ciências Sociais junto do CC do PCUS, tendo proferido durante esse período várias conferências subordinadas ao tema «Acerca da perestroika – política interna e externa do PCUS».

As conferências e os debates que se lhes seguiram realizaram-se no Porto, Ermesinde, Matosinhos, Gaia, Póvoa do Varzim, Aveiro e Guimarães.

Durante a sua estadia em Portugal, no quadro das fraternais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCUS, Alexandre Galkin pôde contactar com alguns aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP.

Delegação do PCP na RDA

A convite do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, deslocou-se à RDA, de 24 a 30 de Maio, uma delegação de trabalho do PCP, composta por José Carlos Almeida, membro do Comité Central, Eloy Rodrigues, João Feijão e Maria do Céu Ferreira para estudar questões relacionadas com as técnicas de informação e sua aplicação nos organismos de documentação partidária.

A delegação de estudo do nosso Partido encontrou-se com Gunter Heyden, director do Instituto de Marxismo-Leninismo junto do CC do PSUA, com o director do Arquivo Central do PSUA e o director da Academia de Ciências Pedagógica.

Nos encontros efectuados foram trocadas opiniões e recolhida a experiência dos camaradas alemães relativamente ao tratamento da documentação sobre a história do PSUA e do movimento operário, em domínios como a descrição e catalogação dos documentos, a classificação e indexação dos documentos e informações, a normalização da linguagem documental, a aplicação da informática no trabalho de documentação e informação, a conservação e restauro de fundos bibliográficos e arquivísticos, a microfilmagem, etc.

A visita deste grupo de estudo do PCP realizou-se no quadro das fraternais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUA.

PCP em Tunis

O PCP fez-se representar nas cerimónias do 40.º dia do assassinato do comandante-em-chefe das Forças Armadas Palestinianas, Abu Jihad, em Tunis, por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central do PCP.

Ingerência norte-americana no México

Segundo o jornal «O Financeiro», o México tornou-se nos últimos anos objecto de especial atenção por parte dos serviços de espionagem norte-americanos, devido à sua linha firme e intransigente orientada para a limitação da infiltração do capital estrangeiro no país e para a consolidação do papel dirigente do sector estatal na economia nacional, enquanto no plano internacional não se coíbe de condenar o intervencionismo dos EUA em diferentes partes do mundo, em particular na América Central.

O citado jornal revela, designadamente, que nos últimos seis anos a Agência Central de Inteligência (CIA) redigiu 30 estudos e relatórios secretos sobre diferentes aspectos da situação política e socioeconómica no México. Tais documentos revelam que a administração norte-americana utiliza vários métodos de pressão sobre o México, com o claro propósito de forçar este país a alterar a sua política independente.

De acordo com o jornal, a CIA recomendou à Casa Branca, ente outras medidas, que prestasse todo o tipo de apoio possível ao partido «Acção Nacional», de extrema-direita, bem como levasse a cabo acções com vista a subverter as posições do partido governamental e limitasse ao máximo a sua ajuda económica e financeira ao México.

Conferência no Uruguai sobre Dívida Externa

Iniciou-se na passada sexta-feira, em Montevideu, uma conferência de peritos sobre a dívida externa da América Latina, promovida no âmbito do Acordo de Cartagena.

No encontro participam representantes de onze países latino-americanos e das Caraíbas que têm a maior dívida externa da região, bem como especialistas de outros países e de organizações internacionais.

Segundo os dados divulgados pelos especialistas na capital do Uruguai, o endividamento externo dos países latino-americanos e caraibenhos aumentou no ano passado em mais de 54 mil milhões de dólares, subindo para cerca de 420 mil milhões de dólares. No mesmo período, os países da região transferiram mais de 32 por cento das suas receitas em divisas provenientes da exportação para a amortização da dívida externa.

Mortalidade infantil aumenta em Angola

A taxa de mortalidade infantil em Angola é actualmente considerada uma das mais elevadas do mundo, morrendo uma criança em cada quatro minutos naquele país, refere um relatório recente da Unicef, citado pelo «Jornal de Angola».

Segundo aquela fonte, a causa fundamental desta situação está no subdesenvolvimento existente, agravado com a guerra não declarada movida pela racista África do Sul. A taxa de mortalidade de menores de cinco anos baixou, por volta de 1980, para 260 por cada mil, voltando a subir em 1985 para 325 por mil.

O relatório da Unicef assinala ainda que, em consequência da guerra e dos seus efeitos, entre 1980 e 1985, morreram em Angola 100 000 pessoas, sendo a maior parte das vítimas, crianças com menos de cinco anos. De 1977 a 1980, refere o documento, o governo angolano implementou políticas que por volta de 1985 poderiam ter diminuído a taxa de mortalidade infantil, caso houvesse paz, proporcionando melhorias nos serviços de saúde e outras condições que conduziriam a um ambiente mais saudável para as crianças.

Uma estimativa racional, diz o documento, revela que em 1986, só em consequência da guerra e da desestabilização, morreram em Angola e Moçambique cerca de 140 mil crianças, representando este valor quase 45 por cento da mortalidade infantil global dos dois países.

Apoio à Nicarágua

Cientistas norte-americanos, incluindo três Prémios Nobel, apelaram aos seus compatriotas para ajudarem a Nicarágua a reconstruir o sistema de saúde pública. **Sentimo-nos envergonhados** – afirmam – **pelo facto de os fornecimentos de armas norte-americanas aos «contras», no montante de muitos milhões de dólares, lhes terem dado a possibilidade de praticar crimes sangrentos em relação ao povo nicaraguense.**

Internacional

África Austral

Impasse nas negociações isola a África do Sul

As conversações quadripartidas sobre a paz na África Austral, em que participam Angola, Cuba, Estados Unidos e África do Sul, parecem ter entrado num impasse, na sequência de manobras de diversão levadas a cabo pelo regime de Pretória e da aparente dificuldade em encontrar local para o encontro a contento de todas as partes.

É no entanto legítimo esperar que tal impasse venha a ser ultrapassado a curto prazo, quer devido ao empenhamento nesse sentido de pelo menos alguns dos envolvidos, quer pelo interesse que nisso manifestaram os dirigentes soviético e norte-americano na recente cimeira de Moscovo, onde um amplo leque de questões regionais foi debatido.

Refira-se, a propósito, o comunicado conjunto divulgado na final da cimeira, em que Mikhail Gorbatchov e Ronald Reagan manifestam a disposição de «continuar os debates soviético-americanos a todos os níveis, com vista a ajudar os participantes nos conflitos regionais na procura de soluções pacíficas que contribuam para a sua independência, liberdade e segurança».

Ainda neste contexto, tem interesse recordar as declarações de Mikhail Gorbatchov no banquete oferecido por Reagan na «Spaso House», a residência do embaixador dos EUA em Moscovo.

Referindo-se à situação que se vive nos países do Terceiro Mundo, o dirigente soviético fez notar que «os problemas com que se deparam os países em vias de desenvolvimento são verdadeiramente trágicos».

Após salientar que «o claroso subdesenvolvimento, a fome, a miséria e as epidemias continuam a flagelar os povos» e que «a dívida astronómica tornou-se um gritante problema planetário», Gorbatchov expressou a convicção de que «o reconhecimento incondicional da liberdade de opção seria a principal ajuda por parte da comunidade mundial, sobretudo das grandes potências».

Segundo disse, a URSS considera que a solução dos problemas económicos daqueles países passa pela reestruturação radical de todo o sistema das relações económicas mundiais, sem qualquer discriminação política. «Esse medida, sublinhou, beneficiará a regularização política dos conflitos regionais que, além de entravarem o progresso nas suas regiões, abalam toda a conjuntura internacional».

Embora não tenha havido uma declaração específica sobre as negociações em curso na África Austral, em relação à qual apenas foi dito que continua o processo de avanço para a solução do conflito, não deixa de ser significativa a afirmação de que a URSS e os EUA podem dar um contributo positivo para a solução dos confrontos regionais.

Um contributo que, na opinião do dirigente cubano, Fidel Castro, os EUA estarão agora de facto dispostos a dar.

Uma solução justa

Falando em Havana, no final do mês passado, aos delegados à Conferência ministerial dos Não-Alinhados, Fidel Castro fez uma ampla exposição da evolução dos acontecimentos no sul de Angola e do papel neles desempenhado por Cuba, sublinhando que o que está em causa na África Austral **não é uma vitória militar sobre a África do Sul, mas uma solução justa.**

Segundo a «Prensa Latina», o presidente cubano informou que as tropas de Cuba se encontravam estacionadas em Menongue, a 200 quilómetros do Cuito Cuanavale, aquando da agressão sul-africana em finais de 1987, em que foram utilizados sofisticados meios de guerra, incluindo computadores nos postos de comando e aviões não tripulados. A pedido do governo de Luanda, e dada a gravidade da situação, foi decidido o reforço das tropas cubanas.

Esse reforço , disse Fidel Castro, incluíram o envio de pilotos cubanos de Mig-23, o que permitiu a superioridade aérea sobre as forças atacantes sul-africanas. Em 5 de Dezembro chegaram ao Cuito Cuanavale as primeiras unidades cubanas. Em 13 de Janeiro deste ano registou-se uma ofensiva sul-africana contra o Cuito Cuanavale, seguida em 14 de Fevereiro de outro forte ataque, que incluiu 150 blindados; em 25 de Fevereiro, 1 de Março e 23 de Março registaram-se os três últimos ataques. Os sul-africanos foram repelidos com elevado número de baixas.

Segundo Fidel Castro, que sublinhou a coragem e abnegação dos soldados angolanos, foi esta derrota infligida à África do Sul e a mudança da correlação de forças registada no Cuito Cuanavale que levou a África do Sul a aceitar a realização de conversações quadripartidas.

Em relação ao encontro realizado em Londres, o dirigente cubano afirmou que no centro dos debates esteve a resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (sobre a independência da Namíbia), garantindo que sem ela não há solução para o conflito.

«É necessário, disse Fidel Castro, que termine a intervenção sul-africana nos assuntos de Angola e a ajuda que presta à Unita. Não se discute nestas reuniões quadripartidas a ajuda dos EUA à Unita. Isso é um problema em discussão entre os EUA e Angola.»

O dirigente cubano informou ainda ter sido proposto um calendário para o recuo e a retirada gradual e progressiva das tropas cubanas, num período de quatro anos. Este calendário, segundo disse, admite reduções do contingente cubano dentro de certos limites.

Os EUA, ainda segundo Fidel Castro, estão interessados seriamente no avanço das negociações e em chegar a um acordo, tanto do ponto de vista interno como externo, pois a sua aliança com a África do Sul dificulta as relações com os restantes países de África.

Resta saber se o mesmo se poderá dizer – e quando – da África do Sul.

Itália

Eleições municipais

Nas eleições municipais realizadas em Itália a 29 e 30 do passado mês de Maio, registaram-se algumas significativas alterações no quadro eleitoral, com uma acentuada subida dos socialistas italianos (4 pontos em relação às eleições legislativas de 87), e uma quebra no PCI, que passou de 26,8% dos votos em 87, para 21,9% nestas eleições.

Os resultados eleitorais não irão provocar alterações de vulto ao nível do governo, prevendo-se apenas um esforço da posição dos socialistas no seio da coligação em que se baseia o governo de Ciriaco de Mita (e que, como é prática política corrente em Itália, exclui o PCI, muito embora se trate do segundo partido político no plano eleitoral).

	Eleições Municipais Maio/88	Eleições Legislativas 87	Eleições Municipais 83
DC	36,8%	34,9%	35,6%
PCI	21,9%	26,8%	25,8%
PS	18,3%	14,2%	15,3%
MSI (extrema-direita)	3,9%	6,8%	5%

Nenhuma realidade sociopolítica é linear. Mais ainda, a vida política italiana está bem longe de se caracterizar pela estabilidade.

É entretanto sempre útil enquadrar em termos políticos e sociais, a evolução dos acontecimentos.

Pelo que vale a pena registar aqui algumas posições assumidas pelos comunistas italianos, também para melhor comprendermos os termos em que se desenvolve a vida política em Itália.

Concretamente, o PCI defende (é uma tese do seu último Congresso) a «opção europeia» como «fundamental para os comunistas italianos». O que inclui a defesa do «crescimento da Comunidade Europeia em direcção a uma nova forma de unidade política supranacional».

No que respeita ao posicionamento em relação à NATO, para referirmos um outro dado significativo, expressamente se afirma nos documentos do PCI: «Nós concebemos a NATO como uma aliança defensiva (...) No interior da Aliança deve trabalhar-se no sentido de um salto qualitativo na cooperação europeia e pode falar-se de "pilar" e de "pólo" europeu».

No plano social, é de salientar um certo fluxo de lutas sociais. Uma simples referência a Março, Abril e Maio, dá-nos uma medida dessas lutas: uma manifestação com 200 mil mulheres em Roma, convocada pela Confederação sindical CGIL-CISL-UIL, chamando a atenção para os múltiplos problemas com que se debatem as mulheres italianas; um dia de luta dos estudantes, promovida pela PGCI, com manifestações em vários pontos do país, juntando uma centena de milhar de jovens; manifestação em Milão, promovida pelos sindicatos, em que 100 000 pessoas exigiram reformas no sistema fiscal; uma manifestação nacional de dezenas de milhar de reformados em Roma, organizada pelos sindicatos.

De notar entretanto que este surto de lutas tem-se por vezes revestido de formas de contestação das estruturas sindicais, acusadas nalguns casos de defender mal os interesses dos trabalhadores e de falta de uma prática democrática.

É o caso da manifestação de 60 000 professores, em Roma, promovida por novas estruturas para-sindicais. Ou ainda dos trabalhadores dos aeroportos, que rejeitaram em *referendum* um contrato assinado pelos sindicatos com a entidade patronal.

É nesta complexa realidade que teremos que inserir os resultados eleitorais agora verificados.

Médio Oriente

EUA não querem independência palestiniana

O secretário de Estado norte-americano, George Shultz, iniciou no passado sábado, no Egipto, a sua quarta missão no Médio Oriente, este ano, com o objectivo de promover a iniciativa da Casa Branca para um «acordo de paz israelo-árabe», sem a criação de um Estado palestiniano.

O fracasso das anteriores missões, que se saldaram pela não adesão de nenhum dos Estados árabes ao «plano Reagan» e pela constatação das profundas divergências no seio do governo israelita sobre o mesmo, não parece abalar particularmente George Shultz, reconhecido partidário da técnica da persistência – «água mole em pedra dura...».

No entanto, se as perspectivas desta nova ronda pelo Médio Oriente não são mais favoráveis do que as anteriores, necessário é assinalar que se registam algumas mudanças tácticas. Assim, por exemplo, Shultz escolheu desta vez como base para as suas operações o Egipto, único país árabe que assinou um acordo de paz com Israel, numa evidente resposta às críticas que acusam os EUA de manter uma relação preferencial com Israel, o que não lhe confere de modo nenhum o estatuto de medianeiro imparcial.

Por outro lado, e o que é mais significativo, Shultz não se coibiu desta vez de expressar mais claramente a posição norte-americana em relação à questão palestiniana, afirmando considerar «impossível a existência de um Estado palestiniano».

Falando em Damasco, antes de um encontro com o presidente sírio, Hafez Assad, George Shultz criticou o levantamento palestiniano nos territórios árabes ocupados por Israel, classificando de «absurda» a sua luta por um Estado independente e afirmando que tal não lhe parece «necessário para chegar a uma boa solução política».

Recorde-se que, para os Estados Unidos, essa solução passa pela realização de uma conferência internacional que abra o processo de negociações directas entre os Estados árabes e Israel sobre a autonomia limitada palestiniana em Gaza e na Cisjordânia, seguida posteriormente de negociações de paz a longo prazo.

À excepção do presidente egípcio, Hosni Mubarak, que apoia a iniciativa, todos os restantes intervenientes recusam o plano, considerando justamente que ele não serve a causa palestiniana, questão fulcral dos problemas do Médio Oriente. Apoiando a realização de uma conferência internacional, com a representação da Organização de Libertação da Palestina, a generalidade dos dirigentes árabes defendem que essa iniciativa deverá ser decisiva para a resolução da questão palestiniana e da paz na região, e não apenas para dar início à aproximação com Israel.

Não surpreende que George Shultz afirme, como o fez logo no início desta quarta missão, não compreender «o fundamento prático» da criação de um Estado palestiniano. Outra coisa não seria de esperar do representante dos EUA, o mais fiel aliado de Israel. Sobretudo tendo em consideração que o próprio governo israelita, através do seu primeiro-ministro Isaac Shamir, rejeita o abandono dos territórios ocupados em troca de um acordo de paz.

Protestos em Israel

Cabe sublinhar, no entanto, que esta questão divide cada vez mais os próprios israelitas, o que em última análise, aliado à luta palestiniana, poderá vir a alterar a actual correlação de forças. Registe-se, por exemplo, o facto de, no passado dia 1, o parlamento israelita ter rejeitado por ampla maioria um projecto de lei prevendo a anexação formal de Gaza e da Cisjordânia, apresentado pelo pequeno partido de direita, o Hatjia. E ainda, no passado sábado, a manifestação de milhares de israelitas em Telavive, por ocasião do 21.º aniversário da ocupação, protestando contra a presença de Israel na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

É sintomático que as palavras de ordem mais gritadas na manifestação tenham sido: «paz sim, ocupação não», «por uma paz israelo-palestiniana» e «dois povos, dois Estados». E que nela tenham participado, entre outros, reservistas israelitas que se recusam a combater contra os palestinianos.

Esta iniciativa coincidiu com a greve de três dias nos territórios ocupados, em protesto contra a visita de Shultz e para assinalar o 21.º aniversário da Guerra dos 6 Dias (anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia) e o início do sexto mês do levantamento palestiniano, que segundo dados oficiais de Israel provocou já a morte de 207 pessoas.

Todos estes factores terão sem dúvida o seu reflexo na digressão de George Shultz, cujos resultados práticos ainda se ignoram, bem como na cimeira árabe extraordinária anteontem iniciada em Argel, com o objectivo expresso de debater as formas de apoio ao levantamento palestiniano nos territórios ocupados por Israel.

Internacional

Cimeira de Moscovo

O início da era do desarmamento nuclear

• O diálogo continua

A continuação do diálogo político sobre todos os problemas da política mundial e das relações bilaterais, é **o principal resultado da Cimeira** soviético-americana – nas palavras de Gorbatchov. Palavras proferidas na conferência de imprensa em que o dirigente soviético fez o balanço da Cimeira de Moscovo.

Gorbatchov salientou – ao arrepio da opinião expressa pela parte americana – que se poderia ter ido mais longe nos resultados das conversações. Apontou, entretanto, como factos a salientar, o termo do processo político referente ao tratado INF (eliminação dos mísseis de médio e mais curto alcance na Europa), com a troca dos instrumentos de ratificação na manhã de dia 1 de Junho, no Kremlin, que classificou de «uma grande vitória»; e a aprovação de uma declaração conjunta soviético-americana.

Sobre a negociação do tratado de redução dos armamentos estratégicos ofensivos, o secretário-geral do PCUS, sublinhando a sua complexidade, adiantou que «passo a passo estamos a avançar».

No que respeita à questão da redução das FA e armamentos convencionais na Europa, o dirigente soviético revelou que os EUA não aceitaram um plano de liquidação das assimetrias existentes, comentando entretanto que a URSS não tira «conclusões dramáticas» desse facto.

No domínio dos direitos humanos Gorbatchov regista um relativo avanço e adiantou a proposta soviética de criação de um *forum* bilateral permanente para troca de informações.

O dirigente soviético revelou ainda ter proposto ao presidente norte-americano «uma plataforma de intenções para o futuro» cujo conteúdo essencial seria a afirmação de que «não podemos resolver os problemas mundiais por meios militares». O que foi recusado pela parte norte-americana.

Comunicado conjunto

O comunicado conjunto soviético-norte-americano, assinala, no tocante aos **armamentos estratégicos** que as partes concordaram numa redução do peso total de lançamento dos mísseis balísticos intercontinentais e mísseis balísticos estacionados em submarinos, até um nível que constitua aproximadamente **50 por cento** do nível actual e que esse nível não seja ultrapassado.

São referidas, em particular, as **medidas de controlo** da redução dos armamentos estratégicos ofensivos, assinalando-se que se conseguiu «alargar consideravelmente espaços de consenso, particularmente no referente aos mísseis de cruzeiro de estacionamento aéreo e no que respeita às tentativas de encontrar e, se possível, acordar, a solução do problema do controlo dos mísseis balísticos intercontinentais móveis».

Foi igualmente debatida a questão da limitação dos **mísseis de cruzeiro de estacionamento marítimo** de grande alcance e com ogivas nucleares.

Foi alcançado o entendimento de princípio que, uma vez resolvidos os problemas pendentes e acordados o tratado e todos os documentos anexos, estes devem ser assinados sem demoras.

Outros pontos importantes do comunicado conjunto referem o compromisso de manter conversações sobre as questões relacionadas com o problema dos **testes nucleares**. A importância da concretização de uma proibição universal das **armas químicas**. A necessidade de «reforçar a estabilidade e segurança na **Europa** em geral».

No que respeita às **questões humanitárias**, realça-se na declaração que o diálogo nesta área «deve ser orientado para a garantia máxima dos direitos, das liberdades e da dignidade da personalidade, para o desenvolvimento dos contactos e laços entre as pessoas, para a troca activa de valores espirituais, culturais, históricos e outros, para uma compreensão e um respeito recíproco maiores entre os dois países.

Ratificação do tratado INF

O «início da época do desarmamento nuclear» – assim se pronunciou Gorbatchov no breve discurso pronunciado quando da cerimónia de troca de diplomas de ratificação para a entrada em vigor do tratado INF, que garante o desmantelamento dos mísseis soviéticos e americanos de médio e mais curto alcance na Europa.

E o dirigente soviético sublinhou que **a próxima tarefa** é a celebração do tratado sobre a redução para metade dos armamentos ofensivos estratégicos. Uma tarefa que «pode e deve ser cumprida».

Nesta histórica cerimónia, o dirigente soviético sublinhou ainda: «temos todo o direito de afirmar que **aquilo que se passou estes dias em Moscovo é a grande política**, política essa que toca nos interesses de milhões de pessoas». Para mais adiante considerar que **«a grande política subentende também grandes responsabilidades** e por isso não nos devemos pautar exclusivamente pelos interesses próprios, que são sempre unilaterais. Esta política necessita também de grandes ideias».

De par da troca oficial dos documentos de ratificação do tratado INF, outros momentos importantes se viverem no Kremlin, aquando da assinatura de diferentes acordos. Com destaque para o acordo sobre a realização de uma experiência conjunta soviético-americana no domínio do controlo da limitação dos testes nucleares, e que abre caminho a uma futura limitação radical dos ensaios nucleares, até à sua cessação total.

Encerrada a Cimeira de Moscovo, fica a questão: foi muito ou pouco o que nestes dias se conseguiu? O primeiro passo foi dado na era do desarmamento nuclear. Não se deu o segundo. Mas é certo que o caminho está aberto.

França, resultados eleitorais escapam às sondagens

• Subida do PCF

A primeira volta das eleições municipais em França parece ter confundido os esquemas previamente avançados pelos costumeiros «analistas políticos», pouco propensos a prestar a atenção devida aos movimentos e lutas populares (muito embora tais lutas e movimentos não tenham reflexos directos no plano eleitoral). E assim, o PS francês não alcança a ambicionada margem de superioridade em votos, muito provavelmente com a ajuda da pouca confiança que se traduz no peso enorme da abstenção. A Frente Nacional fascista sofre quebra acentuada. E o Partido Comunista Francês, que os tais «analistas» já consideravam «afundado», regista uma muito significativa subida percentual de votos.

Concretamente, e como já foi amplamente divulgado, o PS obteve 37,55% dos votos, a direita, unida na URC, 40,52%, a Frente Nacional fascista caiu para os 9,35%. O PCF, subiu para 11,32%. A abstenção registou um recorde: 33%.

O que se passou em relação aos resultados obtidos pelos comunistas franceses é particularmente significativo. O PCF subiu, não só em relação às presidenciais, mas também às legislativas precedentes.

Nas eleições legislativas de 1986 e através de um escrutínio proporcional, portanto mais favorável, o PCF obteve 9,7% dos votos.

Mas aqui entra em jogo o verdadeiro atentado à democracia que é o actual método de escrutínio uninominal. No quadro do anterior método, ao resultado agora obtido pelos comunistas corresponderia a eleição de mais de meia centena de deputados. No quadro actual, o PCF conseguirá no máximo 20 deputados, número inferior aos 30 necessários para formar grupo parlamentar.

***Grandes lutas de massas** têm marcado a vida sociopolítica em França*

Não há no entanto técnica que possa apagar o significado político do que se passou no domingo. Ao ponto de sectores da direita, Chirac por exemplo, voltarem de imediato a agitar o espantalho do «perigo» comunista. «Perigo» que ainda há pouco consideravam varrido da sociedade francesa.

É por demais evidente que nestes resultados eleitorais pesa o enorme descontentamento com a política antipopular que tem vindo a ser seguida e que deu lugar a um importante surto de lutas.

Como recentemente se sublinhava em relatório do PCF apresentado por Laurent, «o ano de 1987 foi, como já sublinhámos, o dos primeiros sinais de recuo do desencorajamento e das ideias de resignação (...) centenas de milhar de mulheres, de homens, de jovens lutaram, juntaram-se, obtiveram sucessos, limitaram os efeitos nefastos das agressões patronais e governamentais».

A interacção destas diferentes formas de expressão e protesto está bem longe de ser linear. Mas não se trata de compartimentos estanques.

O recado político está dado. Nas palavras do secretário-geral do PCF, Marchais, «um grande número de franceses pronunciou-se contra as alianças com a direita».

A segunda volta, no próximo domingo, vai recriar uma outra Assembleia Nacional, que estará bem longe de representar todos os franceses de forma adequada. Por força do método de escrutínio. Por força do enorme peso da abstenção. Nada poderá entretanto apagar o sentido do voto expresso, e em particular o sentido deste crescimento de votos no PCF.

AVANTE!

«As loas do ministro das Corporações acerca da "nova" estrutura do salário e sobre o futuro "operário-accionista" procuram esconder o mecanismo da exploração acrescida da classe operária. (...)

O "operário-accionista", mediante a aquisição de uma ou duas acções da empresa onde trabalha, sentir-se-á, no entender do ministro, "dono" da própria fábrica, "colaborador" do próprio patrão...

Esta concepção está ligada, como se sabe, às velhas e sempre renovadas teorias colaboracionistas acerca do "neo-capitalismo". Sabe-se que a chamada "democratização" do capital das sociedades anónimas possibilita o seu mais seguro controlo pelos maiores accionistas. Quanto mais elevado é o número de pequenos accionistas mais fácil é o domínio dos grandes detentores do capital.

O objectivo em vista é claro: (...) quebrar a resistência dos trabalhadores à espoliação capitalista, amolecer o seu espírito de classe, intensificar a exploração. (...)

Os nossos operários metalúrgicos, têxteis e outros sabem que é à custa de ritmos infernais de trabalho, incompatíveis com a defesa da saúde e da vida dos trabalhadores, que se procura elevar a produtividade do trabalho. Que o digam os operários da Sorefame e as tecedeiras da CUF, das Varandas ou da Leonesa...»

(«Os trabalhadores, principais vítimas do processo monopolista» – «Avante!», VI Série, n.º 290, Junho 1960)

AVANTE! MOLETAMOS! DE TODOS OS MALES DO MUNDO!

«O texto que transcrevemos a seguir é a cópia integral do despacho n.º 87 968, assinado pelo director interino da Direcção dos Serviços de Economia de Angola:

«1. De acordo com as instruções superiores que recebi, levo ao conhecimento de todos os funcionários que serão dispensados do trabalho a partir das 16 horas de hoje, dia 30 de Setembro de 1968, a fim de participarem na manifestação que se levará a efeito em frente ao Governo-Geral, a propósito do actual momento político.

2. De acordo com o n.º 11 do art.º 142.º do E.F.U. é obrigatória a presença de todos os funcionários nos actos e solenidades oficiais para que sejam convocados pelas autoridades superiores.

3. Para que se possa controlar a presença dos funcionários no acto em questão, deverão os Senhores Chefes de Serviço providenciar para que o agrupamento do pessoal das respectivas Secções se faça no parque de estacionamento em frente do Palácio.

Dos funcionários faltosos deverá ser dado conhecimento ao signatário para que se promova o indispensável processo disciplinar correspondente à infracção de dever referido em 2.

4. Este despacho deverá ser lido pelos Senhores Chefes de Secção aos respectivos funcionários que dele tomarão conhecimento.

Cumpra-se.

Luanda, 30 de Setembro de 1968».

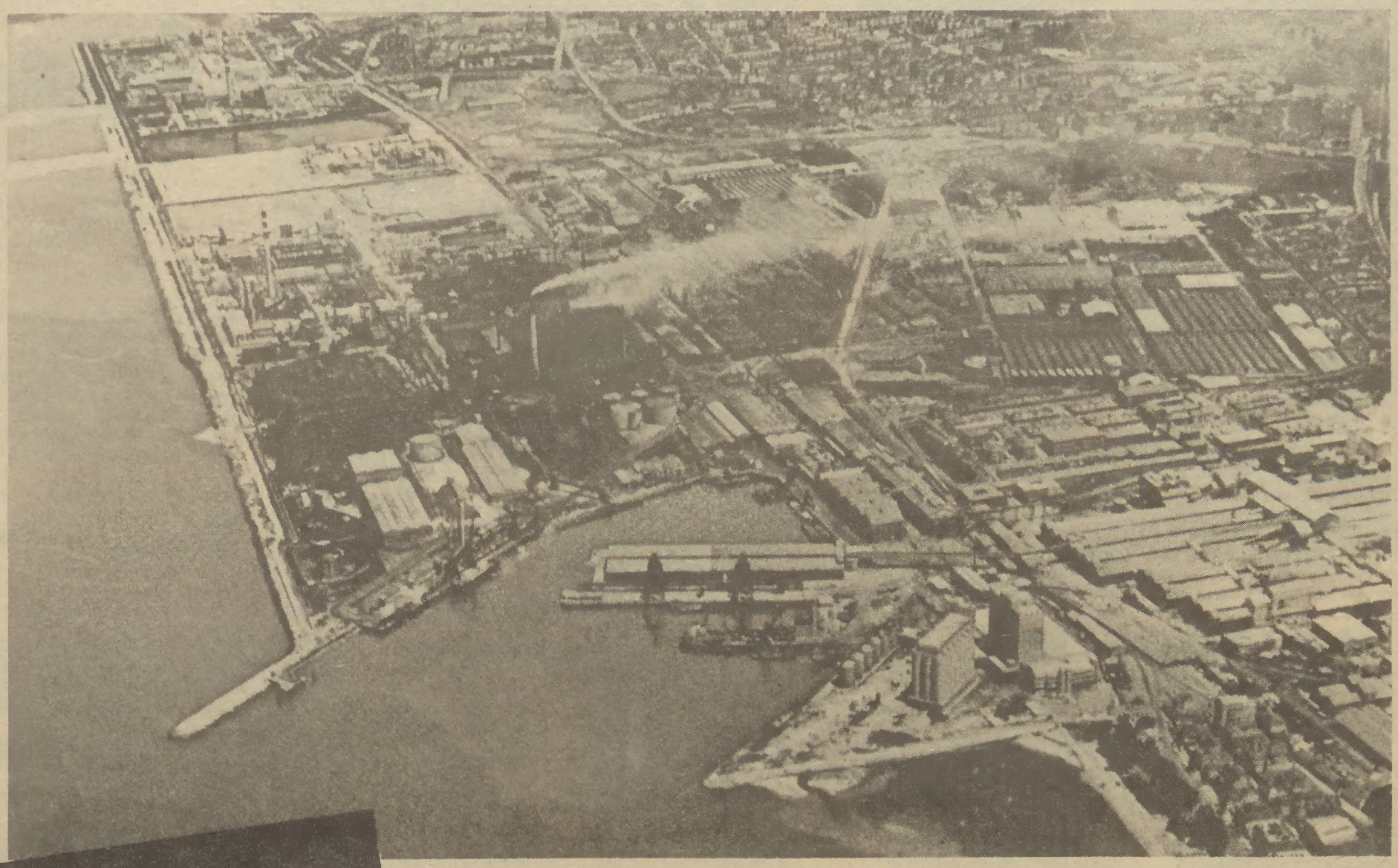
...E assim aparecem nos jornais e na televisão grandes manifestações «populares», a que M. Caetano chama «demonstrações que não se montam por artifício, que não se encomendam...».

(«O segredo das manifestações "espontâneas" aos governantes fascistas». – «Avante!», VI Série, n.º 417, Junho 1970)

Em Foco

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 754
9 de Junho de 1988
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente



O Grupo CUF e o fascismo

Já várias vezes no «Avante!» se falou do grupo CUF/Melos como um dos grandes sustentáculos do regime fascista.

É verdade que ultimamente tem sido mais referido o projecto de «reestruturação» que o Governo PSD/Cavaco Silva e os seus gestores pretendem aplicar para o desmantelamento da Quimigal EP.

Mas hoje vamos falar do grupo CUF/Melos. Sim, o tal que começou com Alfredo da Silva, em Lisboa; que empregava 130 operários em 1881; e que em 1974 detinha directamente 187 empresas, com participações em mais 254, e que tinha ao seu serviço mais de 50 mil trabalhadores.

Mais uma história de «sucesso» dos tão apregoados *self-made-men?* Não, apenas uma história de como o poder económico dos Melos funcionava em perfeita harmonia com o regime político fascista, sobrevivendo e crescendo ambos à conta, naturalmente, da exploração desenfreada dos trabalhadores.

Uma história, diga-se, oportuna, que ajuda a perceber as razões por que a direita aposta tão forte na ofensiva contra o sector empresarial do Estado e na reconstituição de grandes grupos económicos. De outra maneira, onde poderá ir buscar apoio para a sua política, objectivamente contrária aos interesses do povo e do País?

Com este apontamento — feito com a colaboração de camaradas da célula do PCP na Quimigal — não se pretende, claro, fazer a história daquele que foi um dos maiores monopólios da Europa, mas apenas recordar muito sinteticamente como nasceu e se desenvolveu um dos grupos económicos que sustentaram o regime fascista durante meio século. E que não desapareceram no ar... ■

A história oportuna de uma simbiose perfeita

O Grupo CUF e o fascismo: uma simbiose perfeita

O grupo dos Melos, conhecido como grupo CUF, foi um dos vários grupos económicos que, tendo a sua génese no regime fascista, com ele constituiu uma simbiose perfeita.

De contornos bem definidos, a sua acção estendeu-se à África, à Europa e ao Brasil, pela mão de gestores seleccionados pelos Melos, na grande parte dos casos, na melhor prata reaccionária do País.

A complexidade do grupo não é de entendimento fácil; talvez até o não fosse para os próprios Melos, cujos lucros chorudos supriam perfeitamente esse aspecto.

Depois de constituído e iniciado o seu desenvolvimento num perfeito equilíbrio de relação de forças e interesses com outros Grupos (como o Champalimaud, Borges & Irmão, Espírito Santo, etc.), tornou-se uma máquina de exploração laboral e de imposição da ordem política do próprio aparelho fascista.

O núcleo embrionário central do grupo foi a empresa CUF fundada em Lisboa em 1865.

Em 1881 empregava nas suas fábricas em Alcântara 130 operários, dos quais 29 mulheres, com uma produção da ordem dos 200 contos de reis por ano, de sabões e óleos.

Alfredo da Silva, seu fundador, não mais parou até à sua morte em 1942, operando fusões com outras empresas das mais diversas actividades e entrando na produção de adubos químicos.

O peso industrial de Alcântara foi de tal ordem que se construiu um ramal de caminho-de-ferro para seu uso exclusivo.

No início do século começa a **expansão geográfica**, com a construção da Fábrica de Azeite de Alferrarede e das primeiras fábricas do Barreiro de óleos, de bagaço de azeitona, superfosfatos, ácido sulfúrico (a partir das pirites nacionais de Aljustrel) e do porto privativo do Barreiro.

Foram sucessores na direcção desta empresa, já monopolista e a esboçar características de grupo económico, os Melos, que ainda lhe acentuaram mais estas características, imprimindo-lhe um desenvolvimento industrial, económico, social e político talvez nunca conhecidos em Portugal e com projecção no estrangeiro.

Para completar o *puzzle* de empresas e actividades deste grupo, até uma empresa de seguros, a Companhia de Seguros Império, foi criada, segurando todo o seu património e pessoal, para além de outras.

Mas todo este ascenso teve como alicerce, fundamentalmente, a exploração desenfreada dos trabalhadores.

Estes, sem legislação laboral que minimamente os protegesse e dignificasse neste processo, até pelo contrário, só encontraram uma maneira de se defenderem — a greve.

O ano de 1943 foi de grandes lutas laborais e políticas, levando Salazar a fazer a ocupação militar do Barreiro e suas fábricas — primeiro temporariamente, com o exército, e depois em permanência, com instalações da GNR (cavalaria e autometralhadoras) nas próprias fábricas. As estruturas da PIDE mantinham também uma presença contínua.

De 1948 a 1960 dá-se um crescimento muito mais acelerado em todos os sectores e actividades. Nos anos 60 rebenta a guerra colonial detendo o grupo CUF nessa altura grandes interesses em Angola, Moçambique e Guiné: Alargam-se as transacções comerciais com as colónias, de onde vinham muitas matérias-primas. Aprofunda-se mais ainda o compromisso CUF-regime. Por razões fiscais, um grande número de serviços e actividades CUF dá origem à formação de Empresas Associadas — algumas à partida, altamente deficitárias.

Em meados dos anos 60, os Melos contratam empresas consultoras internacionais (uma delas a Mckinsey), que demorou 5 anos a reorganizar o grupo CUF-Melos. A partir daí, metem-se no comércio e possuíram a maior cadeia de supermercados, os supermercados Pão de Açúcar. O grupo iniciou-se na especulação imobiliária: de prédios de habitação e escritórios a hotéis e estâncias turísticas; da cidade satélite Miratejo e dos apartamentos da Quinta dos Lombos à estância turística Penina, ao Hotel Alvor e Hotel Polano em Moçambique, entre outros.

O grupo e o poder

Em 1974 o grupo CUF, em si mesmo, era constituído por 187 empresas e tinha participação em mais 254. No total 441 empresas, sendo 393 nacionais e 48 estrangeiras. As 187 empresas que constituíam o grupo, tinham ao seu serviço **mais de 50 mil trabalhadores,** possuiam bens activos de 94 milhões de contos e vendiam mais de 37 milhões de contos arrecadando 140 mil contos de lucro (contabilizado oficialmente).

Em Março de 1957, no Barreiro, à saída do trabalho

O monopólio do grupo agrupava 6 empresas de agricultura e pecuária, 4 empresas extractivas, 9 da insdústria de alimentação, 1 de tabacos, 11 de têxteis, 2 de celuloses, 3 de móveis, 2 editoras, 5 empresas do sector da química pesada, 2 de tintas e vernizes, 9 de produtos farmacêuticos, sabões e prod. cosméticos, 5 empresas de plásticos, 9 de construção naval, 30 de comércio (de todas as espécies), 5 restaurantes e cafés, 5 empresas hoteleiras, 4 de transportes terrestres, 10 de transportes marítimos, 15 empresas de apoio aos transportes marítimos, 3 bancos, 6 instituições parabancárias e de gestão de títulos, 6 sociedades de seguros e resseguros, 2 hospitais, 15 empresas de operações sobre imóveis e 18 empresas de serviços diversos.

No estrangeiro encontravam-se 12 destas empresas. Nas ex-colónias, 29. O capital social total aplicado era de 14 milhões e 300 mil contos.

Este grupo económico detinha

Américo Tomaz, Vasco de Melo, João Rocheta, Thorsten Andersson, José Manuel de Melo e outros, no tempo das «comendas». Os monopólios sustentavam o fascismo, a classe que detinha o poder económico controlava o poder político; quem tudo pagava, naturalmente, eram os trabalhadores

grossa fatia do controlo do poder económico do País — o que é o mesmo que dizer das responsabilidades de uma política de que se servia preferencialmente.

Abril

Com o derrube do regime fascista em 25 de Abril de 1974, os Melos começaram a trabalhar na manutenção dos seus interesses e, encetando de imediato contactos e movendo influências dentro da Junta de Salvação Nacional, formaram o **Movimento Dinamizador Empresa-/Sociedade** (M.D.E./S), com outros «tubarões», tais como António Champalimaud, Manuel Ricardo Espírito Santo Silva, António Carlos Champalimaud, Luís Barbosa, João Morais Leitão, etc.

Esta associação tinha como objectivo subverter o espírito do 25 de Abril, como veio a confirmar-se em 28 de Setembro de 1974 e em 11 de Março de 1975, com as tentativas de golpes reaccionários.

Entre as suas acções contam-se também o aliciamento de quadros técnicos e gestores para o Brasil, o desvio de divisas para o estrangeiro e até a venda de imobilizado financeiro que não lhes pertencia — como foi o caso da participação da CUF no Grupo Ipiranga, no Rio Grande do Sul, um dos maiores complexos empresariais do Brasil.

Essa participação era de 40% no capital social da «holding» ISA, S.A., orçando os 120 mil contos na época. Para além dessa participação a CUF perdeu todas as hipóteses de actuação em diversas áreas do Brasil, negociadas com o referido grupo Ipiranga.

Os trabalhadores do grupo CUF estiveram sempre atentos a todas estas manobras através das suas organizações unitárias que não só as denunciavam como também intervinham junto das estâncias governamentais e do poder portuguesas.

A nacionalização da Banca e dos Seguros criou condições para que se lhe seguissem as nacionalizações dos sectores básicos da actividade industrial, dando origem ao desmantelamento do grupo CUF-Melos, criando um grande número de empresas do sector empresarial do Estado em todos os ramos de actividade (como a Tabaqueira, Setenave, companhias de navegação, metalúrgicas e metalo-mecânicas, do sector químico) e ainda intervencionando o Estado muitas associadas do grupo.

A CUF só viria, de facto, a ser nacionalizada a 13 de Agosto de 1975.

Em Setembro do mesmo ano, é nomeada por Resolução do Conselho de Ministros e com acordo dos trabalhadores, a Comissão Administrativa, com representantes eleitos pelos trabalhadores, mantendo-se em funções até à formação da Quimigal EP, em1977.

Foi também criada a «Comissão de Reestruturação do denominado grupo CUF» (pelo D.L. 228 de 1/4/76), que viria a ser extinta, passando as suas atribuições para o IPE — facto a que não foram alheios os Melos, influenciando as estruturas governamentais, porque não viam com bons olhos esta Comissão que tinha a confiança dos trabalhadores. ■

Os Fundos de Pensões e o direito à Segurança Social

O Decreto-Lei 396/86, com data de 25 de Novembro, veio regulamentar os Fundos de Pensões em Portugal. Integrado na ofensiva do Governo PSD/Cavaco contra o sistema de Segurança Social universal, unificado, descentralizado e subsidiado pelo Estado, tal como define a Constituição, este decreto põe em prática a chamada teoria dos três patamares (ou três pilares).

Mas o que são os Fundos de Pensões? Por que surgem e qual é o objectivo da sua criação? Que resultados são conhecidos do seu funcionamento noutros países? Quais as suas perspectivas na realidade portuguesa?

Sem a pretensão de responder a todas estas questões, mas como contributo para alargar uma discussão necessária em torno de novos fenómenos que vão surgindo no nosso país, apresentamos algumas ideias que sobre os Fundos de Pensões foram apresentadas num dos documentos do Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social.

Nos termos do decreto-lei que regulamenta os Fundos de Pensões em Portugal, entende-se por **planos de pensões** os «programas de prestações pecuniárias a título de reforma, velhice, invalidez ou morte». Assim, cada plano de pensões deverá definir as pessoas por ela abrangidas («participantes»), qual o tipo de pensão (prestação) garantida, quais os requisitos que os participantes deverão preencher para que os beneficiários tenham direito ao recebimento das pensões garantidas e qual a sua fórmula de cálculo.

Ainda de acordo com o referido diploma, os Fundos de Pensões «são patrimónios exclusivamente afectos à realização de planos de pensões».

Podemos, portanto, dizer que **os Fundos de Pensões são um meio para financiar os custos dos planos de pensões.**

Uma das formas utilizadas para financiamento dos planos de pensões é o chamado **sistema de repartição**, em que os activos pagam os benefícios (pensões) dos reformados, isto é, as pensões são pagas como se de salários se tratasse. Este sistema é geralmente seguido apenas na Segurança Social, pois pressupõe que haja uma solidariedade entre as gerações.

No extremo oposto temos o **sistema de capitalização**, que durante o período de actividade de um trabalhador são financiados todos os custos com a sua futura pensão, isto é, vão sendo postos em reserva os montantes necessários para se garantir o pagamento da pensão a partir da data em que esta for devida.

Os 3 patamares

Em grande parte dos países, em caso de reforma por velhice ou invalidez, os recursos de que os trabalhadores passam a dispor provêm de:

1 — prestações da Segurança Social

2 — planos complementares de reforma, na sua maioria garantidos pela empresa em que trabalham

3 — poupanças individuais.

É com base nestas diferentes fontes que se costuma falar na «Teoria dos 3 pilares» na Segurança Social:

1.º — da responsabilidade do Estado, assegurando os mínimos de sobrevivência e o direito à saúde;

2.º — da responsabilidade das empresas ou, eventualmente, das organizações sindicais ou socioprofissionais, com complementos criados voluntariamente ou contemplados na contratação colectiva;

3.º — da responsabilidade dos indivíduos, que tentam desta forma obter benefícios compatíveis com o nível de rendimentos que possuíam à data da reforma.

No entanto, estas três fontes de rendimentos são **complementares,** pelo que uma maior importância da Segurança Social acarreta necessariamente um menor peso das pensões complementares e vice-versa.

Desta forma, constata-se que **nos países em que se assiste e mantém um grande desenvolvimento dos Fundos de Pensões o nível de prestações garantidas pela Segurança Social é muito baixo.**

Como é no Reino Unido

No Reino Unido a Segurança Social está dividida em duas coberturas separadas:

- uma **pensão básica**, de valor muito baixo e fixo (independentemente dos salários auferidos e do tempo de serviço, isto é, do número de anos em que o trabalhador descontou para a Segurança Social); o seu valor actual é de cerca de £ 2100 por ano;
- uma **pensão adicional**, que tem em conta o tempo de serviço e os salários, mas com *plafonds* relativamente baixos, aproximadamente 25% para os escalões de rendimentos máximos; o seu valor está entre £ 2100 e £ 15 000 (por ano).

Esta pensão adicional só foi introduzida em 1978.

Para que não fossem penalizadas, com um acréscimo da contribuição, as entidades patronais que já tinham instituídos Fundos de Pensões com garantias semelhantes às concedidas a partir daquela data pela Segurança Social, foi instituído um sistema específico (*contracting-out*); este permite à empresa escolher entre pagar a totalidade da contribuição para a Segurança Social ou pagar uma contribuição reduzida, desde que estabeleça um Fundo de Pensões que, juntamente com o plano de pensões garantido, terá que obedecer a determinadas condições e merecer a aprovação de um organismo estatal.

Em 1983 estavam cobertos por planos de pensões complementares 11,6 milhões de trabalhadores (52% de todos os activos e membros das Forças Armadas). Agricultura, construção civil e têxteis, por exemplo, são sectores onde a proporção de trabalhadores não cobertos é bastante alta.

Em 1986 são introduzidas as **pensões pessoais.** Todos os participantes em planos de pensões podem optar por deixar de contribuir, quer para a Segurança Social quer para o fundo de pensões da empresa, e constituir a sua própria pensão pessoal numa instituição de investimento à escolha.

Nesta situação **deixa de existir um benefício garantido, passando o montante da pensão a depender do valor das contribuições pagas e dos juros do investimento.**

Esta nova legislação enquadra-se na política de *liberdade de escolha* do governo conservador britânico. Não tem, no entanto, em conta que, caso os juros reais conseguidos não sejam os esperados, a pensão será bastante mais baixa que a pensão adicional garantida pela Segurança Social.

Neste momento é ainda difícil prever qual a adesão a esta medida por parte dos trabalhadores ingleses.

Nos EUA

Também nos Estados Unidos da América a Segurança Social garante níveis de pensão muito baixos, tendo delegado nas organizações privadas a administração de uma parte substancial dos benefícios sociais.

Os dados de que dispomos referem exclusivamente aos planos de pensões complementares. **Metade** dos trabalhadores a tempo inteiro do comércio e da indústria e **três quartos** dos trabalhadores da administração pública estão abrangidos por planos de pensões diferentes dos da Segurança Social (final de 1985). Estima-se em mais de 50 milhões o número de participantes abrangidos (embora sejam possíveis duplicações, dado que um trabalhador pode ser membro de mais que um plano de pensões).

Os planos de pensões estabelecidos por entidades privadas com Fundos de Pensões geridos por companhias de seguros abrangiam, no final de 1985, 40 milhões de participantes, tinham investimentos no valor de $371,3 biliões e pagavam pensões a 4 milhões de beneficiários, no valor de $10,4 biliões. Relativamente aos planos geridos por outras entidades, sabe-se que os investimentos totalizavam $738,5 biliões, desconhecendo-se outros números.

Os planos «governamentais», incluindo os que abrangem os funcionários da administração federal, de Estado e local e ainda os trabalhadores dos caminhos-de-ferro, abarcavam 21,4 milhões de pessoas, também no final de 1985. (Este número não exclui duplicações, já que algumas pessoas são abrangidas por planos governamentais e um ou mais planos privados e algumas pessoas do sector privado também são abrangidas por coberturas múltiplas em diversos planos privados. Estas duplicações decorrem da existência de direitos adquiridos, isto é, ao abandonar-se uma empresa mantém-se o direito à parte da pensão respeitante ao período em que se trabalhou nessa empresa).

O programa de reformas governamental mais alargado é o «Sistema federal dos idosos e seguros de sobrevivência» (OASI), criado em 1935 e que faz parte da Segurança Social. No final de 1985 este sistema abrangia 171 milhões de pessoas, das quais 152 milhões já com direitos completos.

A defesa intransigente de um sistema de Segurança Social universal, unificado e descentralizado, subsidiado pelo Estado e que promova a justiça social, uma melhor distribuição dos rendimentos e a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, foi uma das conclusões do Encontro Nacional do PCP (29 de Maio). Foi sublinhada também a necessidade de travar uma contínua batalha ideológica contra aqueles que, agitando os «slogans» do liberalismo, outra coisa não pretendem que destruir os direitos sociais dos trabalhadores e de outras camadas desfavorecidas

A política anti-social do Governo PSD/Cavaco Silva caracteriza-se pela tentativa de destruir o direito fundamental de todos os portugueses a uma segurança social que os proteja na doença, no desemprego e na velhice; desrespeitando os preceitos constitucionais (nomeadamente o artigo 63.º), o Governo meteu pelo caminho da degradação das prestações pecuniárias garantidas pela Segurança Social e passou ao desmantelamento progressivo do sistema, entregando ao sector privado áreas potencialmente rentáveis, como os Fundos de Pensões

Um grande desenvolvimento do âmbito dos Fundos de Pensões está sempre associado à existência duma Segurança Social com garantias de reformas muito baixas.

As dificuldades que a Segurança Social actualmente atravessa têm tendência a aumentar, e é de esperar que esta tente reduzir o valor das prestações garantidas, nomeadamente no que diz respeito às pensões de reforma.

Nessa altura os Fundos de Pensões serão apresentados como uma boa alternativa a essa redução, escamoteando-se o facto de que só contribuem para os Fundos as empresas que o queiram fazer e de que o número de trabalhadores abrangidos por planos complementares da Segurança Social é muito diminuto.

De qualquer forma, para estes, a existência de um Fundo de Pensões dá uma maior garantia de que as promessas de pagamento de uma pensão complementar sejam cumpridas mas, repetimos, só para estes trabalhadores e enquanto se mantiver o pagamento das contribuições para o Fundo. ■

Em Portugal

Actualmente já existem em Portugal alguns sectores de actividade em que a contratação colectiva consignou a obrigatoriedade do pagamento pela entidade patronal de **pensões complementares** às garantidas pela Segurança Social. Na sua grande maioria estas pensões são pagas como se de salários se tratasse, não tendo a empresa efectuado nenhum financiamento prévio das mesmas. Não existe nenhuma regulamentação ou controlo que possibilite a garantia efectiva da sua atribuição caso a empresa não apresente, no futuro, solvabilidade.

O aumento do período de contribuição para se adquirir o benefício é um primeiro indício de que, como supomos, a Segurança Social tende para reduzir o valor das prestações, nomeadamente no que diz respeito às pensões.

A constituição de Fundos de Pensões que financiem os planos de pensões complementares, com um mínimo de garantia do seu pagamento, **poderá ser apresentada como uma alternativa à diminuição das prestações da Segurança Social.**

Mais uma vez, a diminuição daquelas prestações vai originar um aumento dos Fundos de Pensões.

A própria **Lei de Bases da Segurança Social** prevê a existência de planos complementares, cuja gestão poderá ser efectuada por associações de Socorros Mútuos, empresas seguradoras e pessoas colectivas criadas para esse efeito. Obriga ainda que os próprios beneficiários sejam também contribuintes para o referido plano de pensões.

Desta forma, **alcança-se um aumento da poupança geral à custa dos trabalhadores e consegue-se ainda que esta seja investida de acordo com os critérios que interessam aos respectivos gestores — que podem englobar, eventualmente, as próprias entidades patronais.**

Se tivermos em atenção a actual situação, em que só uma minoria de trabalhadores tem garantidas pensões complementares de reforma (no máximo 8 a 10% da população activa, segundo pensamos) e existem avultados montantes de contribuições para a Segurança Social em dívida, podemos concluir facilmente quem vão ser mais uma vez os grandes prejudicados: os trabalhadores.

A legislação que regulamenta a criação e gestão de Fundos de Pensões é muito recente. Nos termos do já referido Decreto-Lei 396/86, os Fundos de Pensões são patrimónios separados, quer da empresa que os constitui, quer da entidade que os gere. As entidades gestoras podem ser «sociedades exclusivamente constituídas para esse fim» — sociedades gestoras e companhias de seguros que explorem legalmente em Portugal o ramo «Vida».

Até agora foram criadas, segundo sabemos, 5 sociedades gestoras de fundos de pensões. Entre os accionistas incluem-se, em geral, bancos e companhias de seguros e grandes empresas.

Não existem dados disponíveis sobre o número de Fundos de Pensões instituídos até ao final de 1987, nem sobre os montantes de investimentos de cerca de 15 milhões de contos.

Apesar da legislação datar de finais de 1986, só no final do ano seguinte se assistiu à criação de Fundos. Esta situação deveu-se ao facto de só em 1987 terem sido definidos os **incentivos fiscais** a aplicar às contribuições das entidades patronais para os Fundos de Pensões.

Assim, o Decreto-Lei 216/87, de 29 de Maio, estabelece que as contribuições para os Fundos podem ser deduzidas na matéria colectável para a Contribuição Industrial até ao limite de 15% (ou 25% no caso das empresas que não são obrigadas a descontar para a Segurança Social, caso dos bancos).

Além disto, nos anos de 1987 e 1988 essa dedução pode ser efectuada em dobro, isto é, apesar da empresa pagar, por exemplo, 10% da massa salarial para um Fundo de Pensões, para efeitos de Contribuição Industrial pode considerar uma dedução de 20%.

Se tivermos em consideração que as taxas da Contribuição Industrial são muito elevadas (45%), as empresas acabam por só pagar, na realidade, 10% do montante da contribuição entregue para o Fundo, sendo o restante financiado pelo Estado.

Assistiu-se ainda, em 1987, a um grande desenvolvimento do **seguro de vida**, vendido como «plano de reforma», atingindo algumas seguradoras percentagens de aumento muito significativas.

Com efeito, este tipo de seguros aparece como alternativa mais segura de investimento da pequena poupança. No entanto, temos dúvidas quanto à forma como são obtidas as taxas de rendimento publicitadas por algumas seguradoras e até quando estas as poderão manter nos níveis agora apresentados.

Pensamos que a existência — decisiva — de incentivos fiscais e a perspectiva de participar na actividade ligada aos investimentos vai originar o aparecimento de **novos Fundos de Pensões.** Aliás, **cremos que irão ser criadas novas sociedades gestoras para permitir que os grandes Fundos de Pensões sejam geridos, indirectamente, pelas próprias entidades patronais.**

Além disto, dado que a legislação actual não contempla, por inadequada, a criação de Fundos de Pensões de pequenas empresas — que são a grande maioria no nosso país — pensamos que se irá alargar o âmbito da actual legislação, por forma a permitir que, qualquer que seja a dimensão da empresa, esta tenha a possibilidade de constituir o seu Fundo de Pensões. ■

em debate

PERESTROIKA

Conferência Nacional do PCUS é no próximo dia 28

«A "perestroika" tem por objectivo revelar ao máximo a natureza humanitária e o poder criativo do socialismo. A concretização desse objectivo está indissoluvelmente ligada ao fomento da democracia e da "glasnost", do autogoverno do povo, à reforma económica radical, à purificação moral da sociedade e ao aproveitamento das potencialidades criadoras que derivam do desenvolvimento livre e multilateral do indivíduo».

Esta a questão central, hoje em debate por toda a União Soviética, através da ampla discussão das teses do CC do PCUS para a Conferência Nacional do Partido, aprovadas na reunião plenária do CC do PCUS, de 23 de Maio.

«Quais os **primeiros resultados** da «perestroika» e o que devemos fazer para eliminar os **obstáculos** que esta enfrenta, dar um grande impulso à renovação revolucionária da sociedade e tornar esse processo irreversível?» – perguntas essenciais a que a Conferência do Partido, a realizar no próximo dia 28, irá dar resposta.

Na certeza de que passos importantes já foram dados.

«Estamos apenas na fase inicial», sublinha-se nas teses do PCUS. «Apesar disso, há já mudanças positivas».

Concretamente – «Não apenas conseguimos aumentar o ritmo de crescimento da produção industrial, acelerar a entrada em funcionamento de fundos de produção básicos e melhorar outros indicadores quantitativos, mas – o que é mais importante – fizemo-lo numa base económica mais saudável. No ano passado, pela primeira vez, todo o acréscimo do rendimento nacional foi alcançado a partir do aumento da produtividade do trabalho. Obtivemos resultados animadores na criação de novas tecnologias. Aumentámos ligeiramente a produção agrícola.

«A situação tem mudado também na esfera social. Nos últimos dois anos, o salário médio dos operários e empregados aumentou quase 6 por cento e os rendimentos dos kolkhozianos subiram 8,9 por cento. Em comparação com o 11.º quinquénio, o ritmo anual da construção de habitações aumentou em 15 milhões de metros quadrados. A mortalidade diminuiu e a natalidade aumentou, factos para os quais contribuíram sensivelmente as medidas adoptadas de combate ao alcoolismo».

Mas não é aqui que reside o mais importante do que foi alcançado neste curto período, da primeira etapa da «perestroika».

A análise avançada é muito clara: «A "perestroika" contribuiu para a **consolidação política** da classe operária, do campesinato, dos intelectuais e de outras forças sociais do país. O trabalho e as actividades sociais dos soviéticos apoiam cada vez mais eficazmente as transformações revolucionárias. É a tendência mais palpável do desenvolvimento social e **o principal resultado** da primeira etapa da reestruturação».

Pontos fortes da «perestroika» nesta sua primeira fase, a que há que acrescentar um dado fundamental: «O **Partido** Comunista da União Soviética é o **promotor** e o organizador» das «transformações profundas e revolucionárias de importância histórica».

Do balanço – agora posto à discussão pública – dos avanços e dos problemas e obstáculos, das medidas promovidas para «ampliar a democratização da vida do Partido e da sociedade», damos de seguida breve síntese, através de extractos das teses do CC do PCUS.

As teses abarcam dez pontos: a nova situação política e ideológica criada pela «perestroika»; os problemas do desenvolvimento económico e social; a utilização máxima do potencial intelectual; a democratização da sociedade soviética; o papel do PCUS; o pleno restabelecimento do papel e dos poderes dos sovietes; medidas de desenvolvimento da federação soviética; a elaboração de leis que «exprimem a vontade do povo»; as organizações de massas; a «perestroika» como um factor de importância internacional.

Deste amplo conjunto destacaremos em particular alguns pontos. Sublinhando aqui uma vez mais a ideia mestra que percorre todo este documento: «Cabe dar nova vida aos princípios profundos do socialismo científico, em que o **homem** se torna, não em palavras mas na realidade, o principal factor de desenvolvimento material e espiritual, o seu objectivo final». ■

As teses estão a ser objecto dos mais amplos debates

AS TESES

A «perestroika» criou uma situação política e ideológica absolutamente nova no país. É hoje uma realidade que vai ganhando fôlego e abrangendo cada vez mais novas camadas e esferas da vida da sociedade. O plenário de Fevereiro de 1988 do CC do PCUS definiu a natureza ideológica dos processos ocorridos com uma revolução da consciência e uma renovação ideológica. A instauração do pluralismo na apresentação dos pontos de vista e a comparação aberta de ideias e interesses são traços característicos da nossa época. A nova situação dá possibilidade aos soviéticos de aproveitarem melhor as suas potencialidades morais e intetelectuais e participarem mais activamente na vida social.

(...)

Sem superar os fenómenos negativos, não se conseguirá avançar e alcançar os grandes objectivos da «perestroika». É necessário elevar o nível teórico do trabalho político-ideológico e aprofundar as discussões criadoras sobre os problemas candentes do socialismo. Apoiando o pluralismo de opiniões, o CC do PCUS considera necessário realçar que os debates só podem ser construtivos desde que assentem nos ideais socialistas e sirvam os interesses do socialismo. Não devemos levar à confrontação política nem à desunião das forças sociais, o que dificultaria a resolução dos problemas primaciais da nossa sociedade.

(...)

Precisamos de mecanismos permanentes de confronto de opiniões, de crítica e autocrítica no Partido e na sociedade. Há que consolidar e multiplicar as conquistas incontestáveis da política de abertura. É uma questão vital no sistema unipartidário que se consolidou historicamente na União Soviética e que está a harmonizar-se com os processos de democratização. Importa saber aplicar neste campo as ideias de Lénine assentes na condenação do divisionismo partidário e, ao mesmo tempo, no repúdio categórico da perseguição, sob qualquer forma, dos companheiros de luta por discordarem da opinião oficial em um ou outro assunto. O diálogo político permanente e construtivo, os debates num ambiente civilizado, o acésso geral a toda a informação sobre os diversos aspectos da política interna e externa, o estudo da opinião pública e a sua consideração obrigatória devem tornar-se normas inalienáveis da vida interna do Partido.

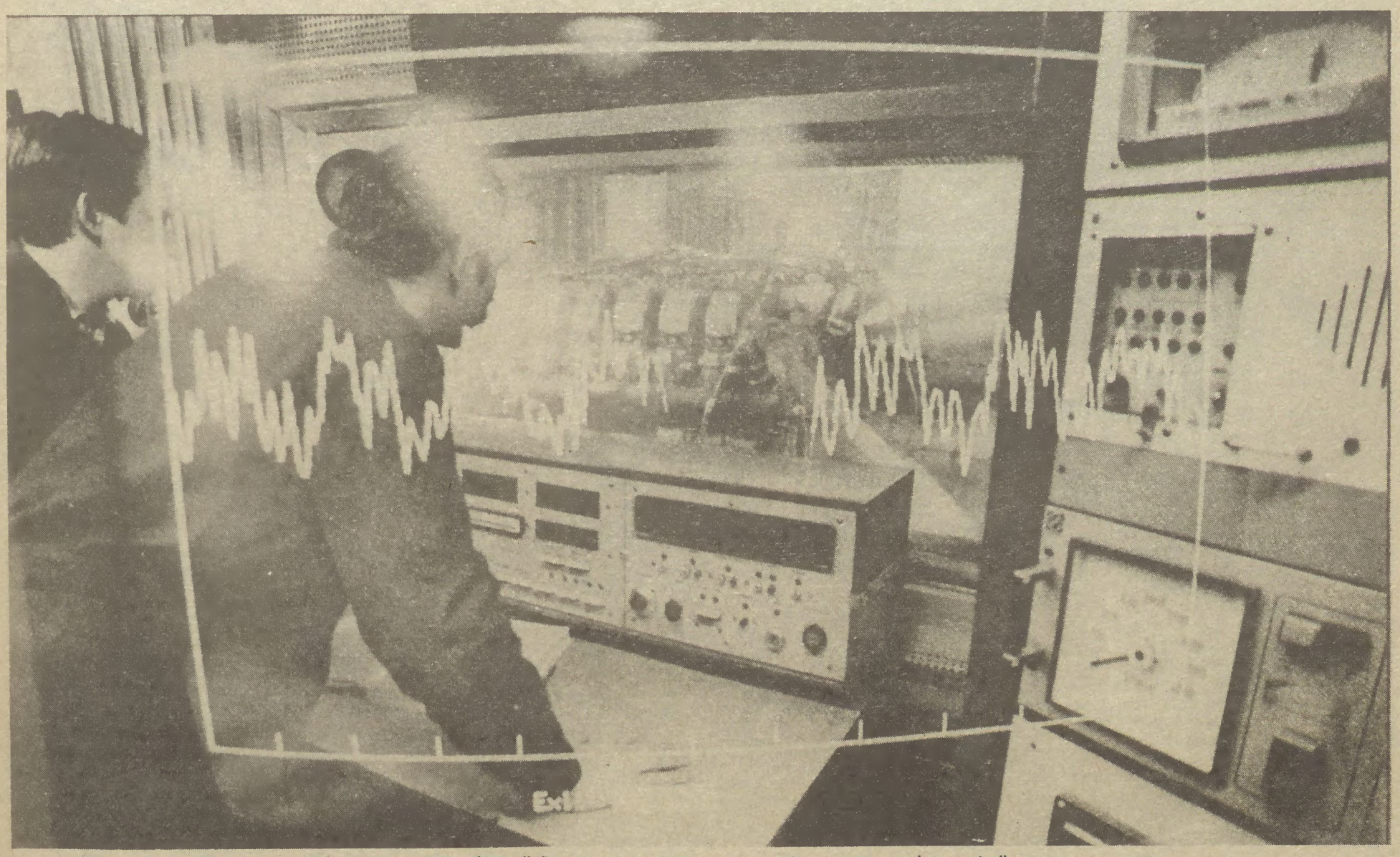
• **Os problemas do desenvolvimento económico e social estão no centro do trabalho do Partido.**

Começou a aplicar-se uma nova política estrutural, com destaque para o progresso científico e tecnológico e para a modernização da indústria de máquinas enquanto ramo decisivo para a subida do nível técnico de toda a economia nacional. Foram adoptadas e estão a ser aplicadas medidas concretas de cariz económico e organizativo tendentes a melhorar a qualidade da produção.

Em contrapeso ao velho «princípio dos excedentes», aplicado ao financiamento do sector social, foram ultimamente aumentadas as verbas para a construção habitacional, a saúde pública, e o ensino, o incremento das infra-estruturas culturais e outros objectivos sociais.

A tónica foi posta sobre a elaboração e concretização de uma reforma radical destinada a assegurar a passagem dos métodos predominantemente administrativos de gestão a métodos propriamente económicos, a fomentar o interesse dos colectivos laborais e dos trabalhadores pelo resultado final do trabalho. Foram dados importantes passos nesse sentido, através da aprovação da lei da empresa estatal, da lei das cooperativas e feita a passagem generalizada das empresas à autogestão e a formas avançadas de organização e estímulo do trabalho, de modo a libertar à iniciativa dos colectivos laborais e dos trabalhadores o espírito empreendedor, trabalhar com a máxima rentabilidade, acabar com o igualitarismo sob todas as formas e lançar os alicerces materiais da democraticidade.

O Partido enveredou por uma política destinada a aproveitar, em pleno, o potencial dos «kolkhozes» e



Um forte impulso no desenvolvimento científico e tecnológico, é condição para o salto da economia inscrito no processo da perestroika

EM SÍNTESE

«sovkhozes», mediante o desenvolvimento de formas diferentes de empreitada e a criação de uma vasta rede de cooperativas, tanto no âmbito das explorações existentes como em cooperação com outras empresas e sectores da economia.

O papel do PCUS

Baseamo-nos na concepção leninista do Partido como vanguarda política da classe operária e de todos os trabalhadores. O Partido, na base da doutrina marxista-leninista, elabora a teoria e a estratégia do desenvolvimento social, a política interna e externa, cria a ideologia da renovação socialista e efectua o trabalho política e organizativo nas massas, a formação e distribuição dos quadros.

(...)

O Partido avaliou de forma corajosa e autocrítica a situação criada. Com a reestruturação transforma-se passo a passo a si próprio e renova a vida interna do Partido. Urge criar mecanismos políticos e garantias que excluam de futuro a possibilidade de violação dos princípios leninistas de direcção da sociedade pelo Partido.

(...)

Diferente propostas vão ser avaliadas na Conferência. De que destacamos:

Restabelecer inteiramente a concepção leninista do princípio do centralismo democrático, que preconiza a garantia da liberdade de opinião na fase de debate de questões e a unidade de acção após a tomada da decisão por maioria.

(...)

É necessário repensar o papel das assembleias do Partido, dos comités e de todos os militantes no cumprimento das decisões do PCUS. É indispensável restabelecer o clima de abertura, discussão, crítica e autocrítica, camaradagem e disciplina partidárias, colectivismo e responsabilidade individual. É neste sentido que se orienta a reorganização da vida das organizações do Partido. É necessário encorajar e desenvolver activamente esse processo.

(...)

Atendendo à experiência acumulada depois do plenário do CC do PCUS de Janeiro de 1987, convém introduzir emendas no regime de formação dos órgãos electivos do Partido. A competição, uma ampla discussão das candidaturas e a votação secreta devem ser norma da sua eleição. Deve ser dada prioridade às qualidades ideológicas, morais e profissionais, ao prestígio político, ao empenhamento do candidato no processo de reestruturação e não ao cargo que ocupa. Os comunistas podem, na eleição de todos os comités, apresentar candidatos em número superior ao total de mandatos.

(...)

Estabelecer para todos os comités do Partido, a começar pelos distritos e urbanos, o mandato de cinco anos. Ao mesmo tempo, é necessário limitar o exercício de cargos electivos no PCUS a dois mandatos sucessivos. A terceira eleição consecutiva só pode ser proposta pelos militantes e exige uma decisão prévia sobre a admissão do candidato às eleições. Tal decisão deve ser tomada por voto secreto e aprovada pelo menos por três quartos dos membros do comité do Partido.

(...)

O Comité Central do PCUS tem particular responsabilidade pela afirmação do Partido enquanto vanguarda política. Por todas as formas deve desenvolver e reforçar os princípios de trabalho colectivo, por modo a assegurar a participação de todos os membros do CC e um amplo debate na tomada de decisões relacionadas com a aplicação da política do Partido. A Conferência deve analisar eventuais propostas sobre novas formas de trabalho colectivo dos membros do CC nos intervalos dos plenários. Tudo isso deve contribuir para o aumento do papel do Comité Central do Partido.

Os sovietes

O pleno restabelecimento do papel e dos poderes dos sovietes de deputados do povo enquanto órgãos plenipotenciários de soberania popular é a linha-mestra da democratização da nossa sociedade e do Estado.

Lénine descobriu nos sovietes, nascidos no processo de evolução do movimento revolucionário na Rússia, uma forma política adequada à própria natureza do socialismo. Os sovietes, que são órgãos representativos de poder e simultaneamente organizações sociais que envolvem grandes massas da população, representam uma combinação orgânica dos princípios institucionais e autogestionários. Os sovietes, mercê do seu enorme potencial democrático, deram provas de vitalidade e confirmaram as ideias de Lénine.

Ao mesmo tempo, temos consciência das graves deficiências existentes no funcionamento dos sovietes que provocam o descontentamento dos trabalhadores.

(...)

É imperioso acabar com tal prática e restituir poderes reais aos sovietes, de forma a que o exame de todos os assuntos concretos da vida estatal, económica, sociocultural e a tomada das respectivas decisões sejam da sua competência exclusiva.

Compete aumentar significativamente os recursos materiais e financeiros à disposição dos sovietes locais e assegurar os orçamentos locais a longo prazo, tendo em vista o aumento das receitas, em especial as destinadas aos sovietes de base, receitas essas provenientes das empresas e outras entidades, localizadas no seu território. Os órgãos de Poder Local devem ser inteiramente responsáveis e autónomos em todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento dos seus territórios, aproveitando amplamente os métodos de autogestão financeira, contratuais e outros nas relações com as empresas e entidades económicas, independentemente da subordinação estrutural destas. Devem ser erradicados todos e quaisquer actos de ingerência dos organismos superiores de administração e gestão nos assuntos que são da competência dos sovietes locais, assim como a prática, tão habitual como desnecessária, de pedir o consentimento dos órgãos superiores em todas as questões, por mais insignificantes que sejam.

Importa, em particular, estabelecer relações correctas entre os sovietes locais e os conselhos de colectivos de trabalhadores, partindo da tese de que uma das funções prioritárias dos sovietes de deputados do povo é coordenar a elaboração e o cumprimento dos planos de desenvolvimento social das empresas industriais, «kolkhozes» e «sovkhozes», fomentar os princípios democráticos de gestão económica e proteger os interesses da população contra aquilo que Lénine definia de excessivo «zelo departamentalista».

A importância internacional da «perestroika»

A «perestroika» na URSS é um factor de importância mundial. Tendo pela sua própria força interna uma influência positiva sobre o mundo, precisava de uma política externa que transmitisse adequadamente a sua essência humanista e exigisse a democratização dos nossos contactos internacionais e outra participação do país na divisão mundial do trabalho.

A análise crítica do passado mostrou que o dogmatismo e o subjectivismo afectaram também a nossa política externa. Permitia-se o seu atraso em relação às mudanças fundamentais que ocorriam no mundo, não se utilizavam em pleno as novas possibilidades para reduzir a tensão e para alcançar uma maior compreensão mútua entre os povos; lutando pela paridade estratégico-militar, no passado nem sempre se aproveitaram todas as possibilidades para garantir a segurança do Estado por meios políticos. Como resultado, deixámo-nos envolver na corrida armamentista, o que não podia deixar de afectar o desenvolvimento socioeconómico e a situação internacional do país.

Uma nova mentalidade, consequentemente científica e sem estereótipos historicamente ultrapassados, foi posta na base da política externa. Reflecte as realidades do mundo contemporâneo, diversificado, contraditório, com ameaças globais à própria existência do género humano e, ao mesmo tempo, com um enorme potencial de coexistência, cooperação e resolução política de graves problemas.

A nova mentalidade política permitiu avançar uma série de grandes ideias que se apoderaram da imaginação do mundo inquieto. As maiores são: o programa de eliminação das armas nucleares até ao ano 2000 por etapas, o sistema de segurança global, a liberdade de opção, o equilíbrio dos interesses, a nossa «casa europeia», a remodelação das relações na região asiática e do Pacífico, a suficiência na defesa e a doutrina defensiva, a segurança económica internacional, o reforço da segurança nacional e regional por meio da redução das armamentos, a disponibilidade para proceder à cessação recíproca da presença de tropas e bases estrangeiras em territórios alheios, as medidas de confiança e a ideia do aproveitamento do prestígio da ciência na política mundial.

(...)

Não ignoramos o perigo militarista de que é prenhe a natureza do imperialismo. Isso determina a actividade no sector da defesa da URSS, cuja eficácia tem de ser garantida, daqui por diante, sobretudo por parâmetros qualitativos, tanto no que diz respeito ao material de guerra como ao pessoal. A influência das realidades do mundo contemporâneo e as possíveis modificações de uma série de factores objectivos que engendravam guerras permitem considerar que a garantia da segurança dos Estados passará cada vez mais do sector da correlação de potenciais militares para o domínio político, o domínio da primazia do direito e da moral humana no cumprimento dos compromissos internacionais. ■

Pontos Cardeais

Aquela santa

A notícia da operação de censura à «entrevista ao morto», do programa de Herman José deve ter surpreendido mais o próprio autor do programa do que o comum dos telespectadores. É certo que alguns, roendo as unhas, já vinham incitando ao auto-de-fé, mas felizmente são poucos. Os mais deles já se admiravam de o programa não ter uns cortezinhos bem a jeito do antigamente, já que a sensibilidade governativa se assemelha tanto à do tempo da velha senhora.
Desta vez era por causa de uma santa. Ainda nesse fim de semana tiveramos a infelicidade de ver, com os pequeninos vitinhos, após o jantar, um rapaz a contar a comovente história de uma rainha, que ainda por cima era santa, que levava pãozinho aos pobres quando o marido, que ia à caça, a encontrou. O resto da história toda a gente a sabe. Havia rosas no regaço, muita bondade, tudo assim como deve ser.
O que nos cortaram no programa de humor não vimos, ainda, se é que iremos mesmo ver.
Mas dá para desconfiar. Será que a santa levava cravos no regaço?

Massagens

Há vários tipos de massagens, como imagina o leitor. Aquelas que servem para desmagoar o corpo dorido, as que servem para a manutenção do físico, as que são para disfarçar a velhice. E há as outras, muito anunciadas em alguns jornais. Mas talvez não saiba que há massagens de uma quarta espécie, a «massagem» política, uma que parece ter sofrido o ministro Deus Pinheiro, caído em desgraça, segundo diz um semanário, e a quem o Primeiro Cavaco do país terá cortado poderes, decisão a que, como se lê no «Expresso», «não teriam sido estranhos factos ocorridos no estrangeiro que envolveram o ministro».
Deus Pinheiro terá abandonado uma reunião com os ministros da Comunidade «para regressar ao hotel onde, segundo confidenciou a pessoas da sua comitiva, tinha marcada uma sessão de massagens a que não queria faltar».
Mas parece que não é só ele a precisar. Isto porque o rol de ministros em desgraça, os que estão com estes e contra aqueles, os que juram a pés juntos não abandonar o barco e os que dão a entender que já o deviam ter feito, é um rol a crescer. Em S. Bento, consta, já se pensa em abrir uma secção de massagens.

A quem dar crédito?

Ainda há dias um ministro vinha tentar convencer a gente de que na habitação estava tudo a andar bem, que daqui a pouco toda a gente tinha possibilidade de ter casa própria.
Ora, num dos telejornais ficámos a saber que os construtores civis não pensam assim, e que os pedidos para empréstimo desceram 15 por cento e a concretização baixou de 16 por cento. Isto, explicavam, por causa das conhecidas dificuldades de acesso ao crédito.
A quem dar crédito?
Aos que afirmam andar tudo pelo melhor dos mundos, ou aos que se queixam de não ser assim e olham tristes para os bolsos onde não caem tantos lucros como os prometidos?
O certo é que a televisão não foi perguntar aos jovens à procura de casa, aos moradores em prédios degradados, aos despejados, às pessoas dos bairros da lata. Porque, para a televisão cavaquista, isso é tudo gente que não merece crédito. De nenhuma espécie.

Contenciosos

Assinalando que o sector público regional «não é muito alargado, não havendo razões para ampliar ou alargar a sua dimensão», João Jardim rematou assim, um dia destes, mais uma das suas perorações: «Não há nenhum contencioso entre os sectores público e privado na Madeira, já que as linhas mestras estão definidas».
Considerando que o sector público regional «não é muito alargado», que o funcionamento do dito cujo depende das gestões do Governo Regional e que, finalmente, o défice da Madeira é aquela carrada de milhões de contos que se sabe, imagine-se como não estaria a dívida da Madeira ao Estado se a coisa fosse mais «alargada»!
Percebe-se agora por que levadas escorrem os milhões de contos que o Governo Regional da Madeira acumula — em dívidas — de ano para ano: é pelas «linhas mestras» que estão definidas entre os sectores público e privado na Madeira. E sem «nenhum contencioso». Pudera!

Gazetilha

por Ignotus Sum

Não é por mal...

Beleza não recebe os sindicatos.
Não é princípio seu
mas princípio geral deste governo
o qual depois tem a coragem de
dizer que é democrático...

Beleza não recebe os sindicatos.

Não é por mal. Simplesmente,
como a Saúde está doente,
não quer contagiá-los...

A conclusão

Os trabalhadores são perigosos
por causa da sua ideologia.
Deviam simplesmente trabalhar.
Nada mais. Trabalhar pragmaticamente.
Deviam deixar pragmaticamente
o suor escorrer-lhes da testa
e arder-lhes nos olhos.
O seu coração devia bater pragmaticamente.
Deviam aceitar que o patronato
escolhesse para eles o melhor.
Com pragmatismo.

Com pragmatismo, pois a ideologia morreu.

Pelo menos foi o que se concluiu
naquela reunião internacional dos ideólogos.

Que pena...

Foi uma pena o pacote laboral
ter sido assim chumbado, como foi...
Os jovens ficarão prejudicados.
Não poderão, sem ele, viajar ao planeta Marte.
Não poderão jogar com sóis às cinco pedrinhas.
Não poderão dialogar com Frankstein.
Não poderão descer ao centro da Terra
com os novos cartões jovens em projecto
Além disso, outras vantagens perderão
pois com o PL não teriam trabalho assegurado
nem escola assegurada, nem estabilidade
não poderiam mais constituir família.
Sim, os jovens ficarão a perder
a canga para eles preparada.

E agora digam lá se não foi mesmo uma pena...

A descida

Com o estoiro do Pacote todos vimos
como o governo de Cavaco desce, desce.
Quem bate palmas? Os trabalhadores. Todos.
Quem se zangou? A CAP, a CIP...

Ficou tudo mais claro.

Não, não basta ganhar as eleições um dia
pois é no dia-a-dia
que as eleições se ganham ou se perdem.

Cavaco desce, desce.
Desce
com um punhal entre dentes.

Agenda

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 754
9 de Junho de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

A Perestroika na política interna e externa do PCUS

Série de conferências por **Egor Gaidar**, redactor da revista «Kommunist» e especialista em Ciências Económicas

Seixal — dia 13, 21.30, Centro de Dia dos Reformados de Corroios
Pinhal Novo — dia 14, 21.30
Barreiro — dia 15, 21.30, CT do Barreiro
Almada — dia 16, 21.30, CT de Almada
Setúbal — dia 17, 15.00, para sindicalistas e membros das ORT's
Moita — dia 17, 21.30
Sines — dia 18, 15.00
Grândola — dia 18, 21.30

PCP

Quinta 7

• **MAIA**
Reuniões preparatórias da II Assembleia da Organização concelhia da Maia, todas às 21.30: da Organização de **Pedrouços**, na Comissão de Moradores; da Organização de **Vermoim**, no CT da Maia; de **Moreira**/Vila Nova da Telha, na Esc. Prim. de Pedras Rubras; de **Milheiroz**/Nogueira, na Junta de Freguesia de Nogueira.

• **GAIA**
A Beira-Rio e os seus problemas — habitação e zona histórica — debate organizado pela CDU, às 21.30, na Junta de Freguesia de Santa Marinha.

Sexta 8

• **MAIA**
A partir das 10.00, Assembleia da Organização do Castelo preparatória da Assembleia concelhia. No CT da Maia.

Sábado 9

• **MONTALEGRE**
Encontro concelhio da CDU. Às 21.30 na Escola Preparatória de Montalegre.

• **AMARANTE**
Encontro concelhio da CDU. Às 15.00 na Escola Preparatória de Amarante.

• **PORTO**
Sessão evocativa de Lobão Vital, no 10.º aniversário da sua morte. Na Cooperativa Árvore às 16.00.

• **MAIA**
Reuniões preparatórias da Assembleia da Organização concelhia: da célula da **Siderúrgia Nacional**, às 15.00, no CT da Maia; de **Águas Santas**, às 21.30, CT da Areosa; de **Guelfães**, às 21.30, na Escola.

• **MARINHA GRANDE**
À noite, na sede da Ordem, comício integrado na **Festa 88**, a decorrer sábado e domingo.

Domingo 10

• **PORTO**
Homenagem a Lobão Vital: romagem ao cemitério do Prado do Repouso às 11.00.

• **VALONGO**
Encontro da CDU. Às 15.00 na Junta de Freguesia de Campo.

• **MURÇA**
Encontro concelhio da CDU, às 15.00, na Escola C+S de Murça.

XII festa Avante!

EP já está à venda

Já estão à venda as Entradas Permanentes para a 12.ª Festa do «Avante!», que se realiza a 9, 10 e 11 de Setembro, nos terrenos da antiga Quinta do Infantado, em Loures.

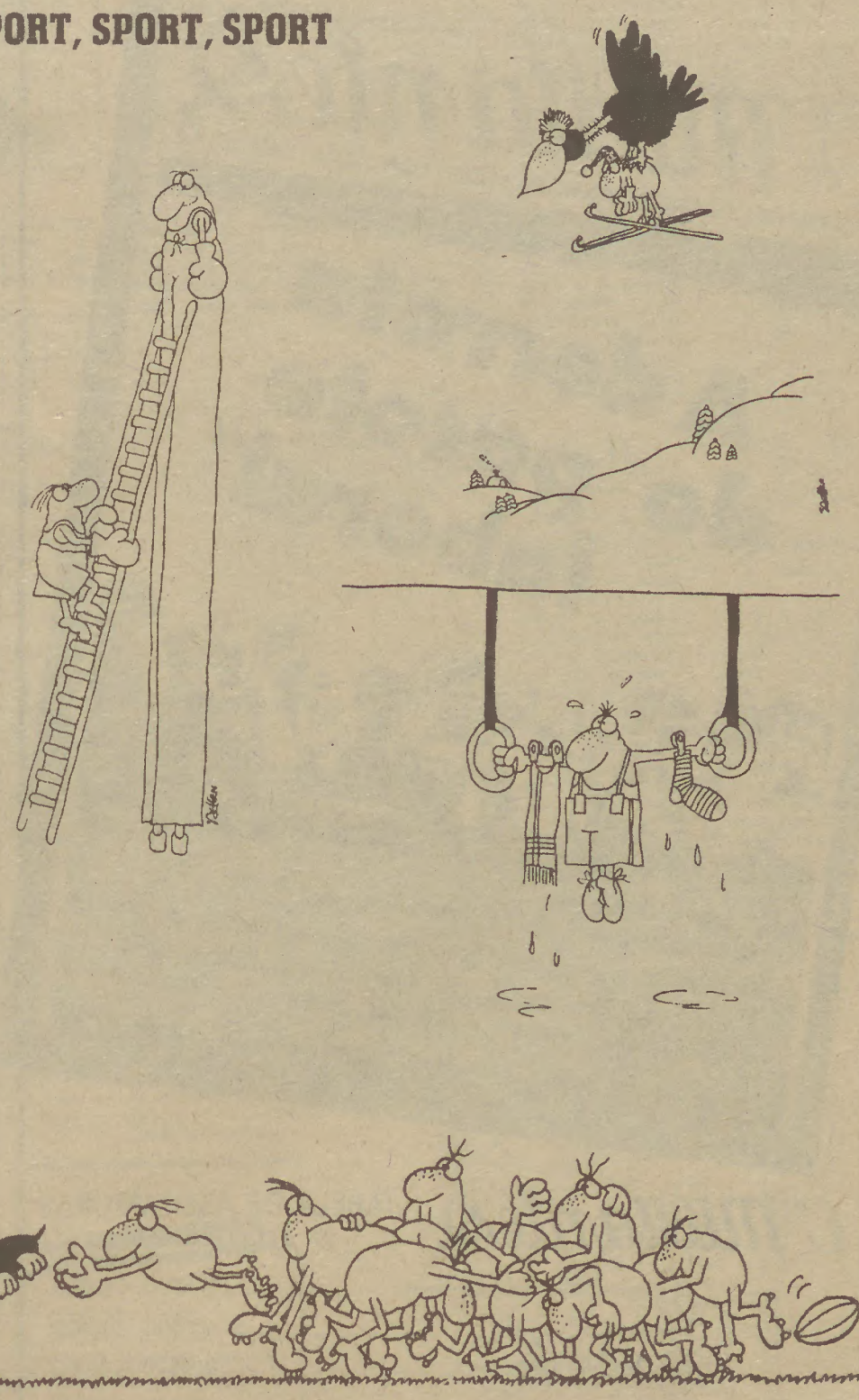
Cada EP custa 500 escudos, dá direito a entrar na Festa durante os 3 dias e dá direito a senha de saída até às 21 horas.

Além de ser uma contribuição para a realização da Festa do «Avante!», as Entradas Permanentes dão ainda direito a participar num sorteio de brindes, a realizar no dia 11 de Setembro.

Ainda não comprou?

ANTOLOGIA

SPORT, SPORT, SPORT



JAHSNOWSKI, Steffen *(RDA), in «RDA-Revue», Junho 1982*

TV O Programa

Quinta 9

RTP1

9.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às dez**
12.15 – **Telenovela** «Selva de pedra» (40.º epis.)
13.00 – **Jornal da tarde**
13.35 – **Ciclo preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca brincando**
17.55 – **Estúdio 4**
18.30 – **Recepção ao Presidente da República na Covilhã**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim meteorológico**
20.10 – **Eu, Pessoa**
20.20 – **Telenovela** «Roque Santeiro» (170.º epis.)
21.15 – **Primeiro andamento**
21.45 – **Telemundo**
22.10 – **Agente secreto 007**
00.15 – **24 Horas**
00.45 – **Remate**

RTP2

13.15 – **Totaly live**
14.05 – **Pano para mangas**
15.35 – **Série** «Campos de fogo» (2.º epis.)
16.35 – **Trinta minutos com...**
17.10 – **Telenovela** «Os imigrantes» (267.º epis.)
18.00 – **Ponto por ponto**
19.05 – **Formula One**
20.00 – **Série** «O fugitivo» (9.º epis.)
20.50 – **Cem obras de arte portuguesa**
21.00 – **Jornal das nove**
21.30 – **Montra de livros**
21.35 – **Magazine** «Artes plásticas»
22.05 – **Série** «As teias da lei»
22.55 – **Século XX** «O julgamento dos 8 de Chicago» (1.ª parte)

Sexta 10

RTP1

9.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às dez**
21.00 – **Sessão solene das comemorações do 10 de Junho na Covilhã**
13.30 – **Telenovela** «Selva de pedra»
14.10 – **Especial 10 de Junho**
16.15 – **«Os toiros de Mary Foster»**
18.10 – **Compacto** «Portugal sem fim»
19.10 – **Futebol:** fase final do campeonato da Europa
21.10 – **Telejornal**
21.55 – **Boletim meteorológico**
22.00 – **Eu, Pessoa**
22.05 – **Telenovela** «Roque Santeiro»
23.00 – **«Auto dos Anfatriões»**, de Luís de Camões
00.20 – **24 horas**
00.55 – **«The tower»**

RTP2

13.15 – **Totally live**
14.05 – **Agora escolha**
15.35 – **Série** «Desafio mundial» (5.º epis.)
16.35 – **Trinta minutos com...**
17.10 – **Telenovela** «Os imigrantes»
18.00 – **Ponto por ponto**
19.05 – **Formula One**
20.00 – **Série** «O fugitivo»
20.50 – **Cem obras de arte portuguesa**
21.00 – **Jornal das nove**
21.30 – **Montra de livros**
22.10 – **Entre barreiras**
23.55 – **Troféu**

Sábado 11

RTP1

9.00 – **Juventude e família**
12.15 – **Trânsito**
13.30 – **TV Mulher**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Concurso** «Sobe e desce»
14.25 – **Futebol:** Fase final do campeonato da Europa
16.20 – **Sessão da tarde:** «Inocent abroad», real.
17.15 – **Série** «Capitão Power» (12.º)
18.40 – **Vivamúsica**
19.45 – **Totoloto**
19.50 – **Sete folhas**
20.30 – **Jornal de Sábado**
21.45 – **Boletim meteorológico**
22.00 – **Série** «Sim, sr. Primeiro-Ministro» (8.º e últ. epis.)
22.40 – **Clubíssimo**
23.30 – **Cinema da meia-noite:** «1900» (1.ª parte), real. B. Bertolluci

RTP2

9.00 – **Compacto Totally Live**
13.15 – **Compacto «Selva de Pedra»**
16.00 – **Troféu**
20.00 – **Music Box especial** «Off the wall»
21.00 – **Uma boa ideia**

21.25 – **Série** «Oscar Wilde» (2.º epis.)
22.20 – **Concordo ou talvez não**
23.50 – **Música n'América**

Domingo 12

RTP1

9.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70×7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Série** «A cidade e o rio» (4.º epis.)
13.40 – **Série** «o director de turma» (5.º epis.)
14.05 – **Série** «O mundo da natureza» (8.º epis.)
15.00 – **Primeira matinée:** «Caminho para dois»
17.00 – **Automobilismo:** Grande Prémio do Canadá em Fórmula 1
19.15 – **Série** «O justiceiro»
20.20 – **Jornal de Domingo**
20.50 – **Boletim meteorológico**
20.55 – **Eu, Pessoa**
21.05 – **Série** «Humor de perdição»
23.55 – **Domingo desportivo** inclui Campeonato da Europa de Futebol)

RTP2

9.00 – **Music Box**
9.30 – **Troféu**
12.00 – **Série** «O meu carro tem 100 anos» (13.º e últ. epis.)
12.30 – **Music Box especial:** Robert Palmer
13.30 – **Caminhos**
13.55 – **Novos horizontes**
14.30 – **Troféu**
17.00 – **Série** «O mundo de Smithsonian» (11.º epis.)
17.55 – **Série** «5.ª Dimensão» (1.º e 2.º epis.)
18.55 – **Piano bar**
19.55 – **Série** «Quem sai aos seus...»
20.20 – **Artes e letras**
21.10 – **Cineclube** «Uma rapariga no verão»

Segunda 13

RTP1

9.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às dez**
12.20 – **Telenovela** «Selva de pedra»
13.00 – **Jornal da tarde**
13.35 – **Ciclo preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca brincando**
18.10 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim meteorológico**
20.15 – **Telenovela** «Roque Santeiro»
21.05 – **Fernando Pessoa e os seus actores**
21.35 – **Concurso** «Com pés e cabeça»
23.30 – **24 horas**
00.05 – **Remate**

RTP2

13.15 – **Totally live**
14.10 – **Agora, escolha!**
15.40 – **Gala de solistas** (2.ª parte)
16.35 – **Trinta minutos com...**
17.10 – **Telenovela** «Os imigrantes»
18.00 – **Ponto por ponto**
19.05 – **Formula One**
20.05 – **Série** «O fugitivo»
20.50 – **Cem obras de arte portuguesa**
21.00 – **Jornal das nove**
21.30 – **Montra de livros**
21.35 – **Cinema:** «O marinheiro», adaptação da obra de Fernando Pessoa, co-produção RTP/TVE
22.35 – **Bailado:** «Troy game», pela Companhia de Dança Contemporânea do Teatro de Londres

Terça 14

RTP1

9.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às dez**
12.20 – **Telenovela** «Selva de pedra»
13.00 – **Jornal da tarde**
13.35 – **Ciclo preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca brincando**
18.10 – **Estúdio 4**
19.10 – **Futebol:** Campeonato da Europa – Itália/Espanha; no intervalo será transmitido o Boletim Meteorológico e o Boletim Agrário
21.10 – **Vamos jogar no Totobola**
21.30 – **Telejornal**
22.10 – **Telenovela** «Roque Santeiro»
23.00 – **Série** «Pulasky, detective privado» (5.º epis.)
00.05 – **24 horas**

RTP2

13.15 – **Totally live**
14.10 – **Dois dedos de conversa**
15.40 – **Trinta minutos com...**
16.10 – **Futebol:** Campeonato da Europa – RFA/Dinamarca
18.05 – **Telenovela** «Os imigrantes»
19.05 – **Formula One**
20.00 – **Série** «O fugitivo» (12.º epis.)
20.50 – **Cem obras de arte portuguesa**
21.00 – **Jornal de livros**
21.40 – **Série** «Lá em casa tudo bem»
22.10 – **Cinemadois** «Tempo de revolta», real. Peter Watkins (Dinamarca/1980)

Quarta 15

RTP1

9.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às dez**
12.20 – **Telenovela** «Selva de pedra»
13.00 – **Jornal da tarde**
13.35 – **Ciclo preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca brincando**
18.10 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim meteorológico**
20.20 – **Telenovela** «Roque Santeiro»
21.15 – **Lotação esgotada;** «Revolta na Bounty», real. Lewis Milestone, interpr. Marlon Brando, Trevor Howard, Richard Harris (EUA/1962)
00.30 – **24 horas**
1.00 – **Remate**

RTP2

13.15 – **Totally live**
14.10 – **Agora, escolha!**
15.40 – **Trinta minutos com...**
16.10 – **Futebol:** Campeonato da Europa – Inglaterra/Holanda
18.05 – **Telenovela** «Os imigrantes»
19.00 – **Formula One**
20.00 – **Série** «O fugitivo»
20.50 – **Cem obras de arte portuguesa**
21.00 – **Jornal das nove**
21.30 – **Montra de livros**

21.35 – **«Joana»** (7.º epis.)
22.35 – **Futebol:** Campeonato da Europa – Irlanda/URSS

Proletários de todos os países UNI-VOS!

o militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A derrota do "pacote laboral"

• O agravamento da exploração dos trabalhadores
• Evolução e perspectivas da conjuntura económica
• Encontros Nacionais do PCP (Agricultura, SEE)
e interpelações ao Governo (Agricultura, Saúde)

Junho 1988 • N.º 181 • Preço 50$00

o militante

TABELA DE ASSINATURAS
(DE 6 OU 12 NÚMEROS)

Continente e Regiões Autónomas	275$00- 550$00
Europa	600$00-1200$00
Angola, Cabo Verde, etc.	800$00-1600$00
Outros Países	900$00-1800$00

Prémio: uma assinatura grátis para quem angarie 10 assinantes

Teatro O Cartaz

• **LISBOA**

IFICT, R. Santiago, 19. Diariamente às 21.30. **As Portas**, de Amadeu Lopes Sabino, enc. Alberto Lopes.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Rua**, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo **Novo Grupo.**

Teatro Ibérico, R. Xabregas. De 3.ª a sáb. às 21.30, com. às 17.00. **Os Velhos Não Devem Namorar**, de Alfonso Daniel Castelão, enc. Blanco Gil, pelo **Teatro Ibérico**.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Crimes do Coração**, de Beth Henley, enc. João Canijo, pela Comp. de Teatro Luzes.

Teatro da Nova, Universidade Nova. De 2.ª a sáb. às 21.45. **Prometeu**, enc. Carlos Fogaça.

Teatro Vasco Santana, Av. da República, **As Duas Cartas**, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• **PORTO**

Cooperativa do Povo Portuense, R. de Camões, 578. **Antígona** de Sófocles-/Brecht, enc. de Júlio Cardoso, pela **Seiva Trupe.**

• **ALGÉS**

1.º Acto – Clube de Teatro. 6.ª e sáb. às 21.30. **Memórias de Guerra**, textos de Ruzante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

• **ALMADA**

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. **Dona Rosinha Solteira**, de Federico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00.

• **BRAGA**

Teatro Circo, de 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Com a Arma de Bogart**, de Renato Solnado, enc. de António Fonseca, pela CENA – Companhia de Teatro de Braga.

Para Crianças

• **LISBOA**

Teatro Nacional, Sala Garrett. Sábado, às 16.00. **Zaca Zaca**, de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.

TIL – Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. de Kim Cachopo.

Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb. e dom. às 11.00. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	O Feitiço da Lua	★★★	—	★★	★★	★★
B	Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
C	A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	—	★	—
D	Na Vigília da Noite	—	★★★	★★★	—	★★★
E	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

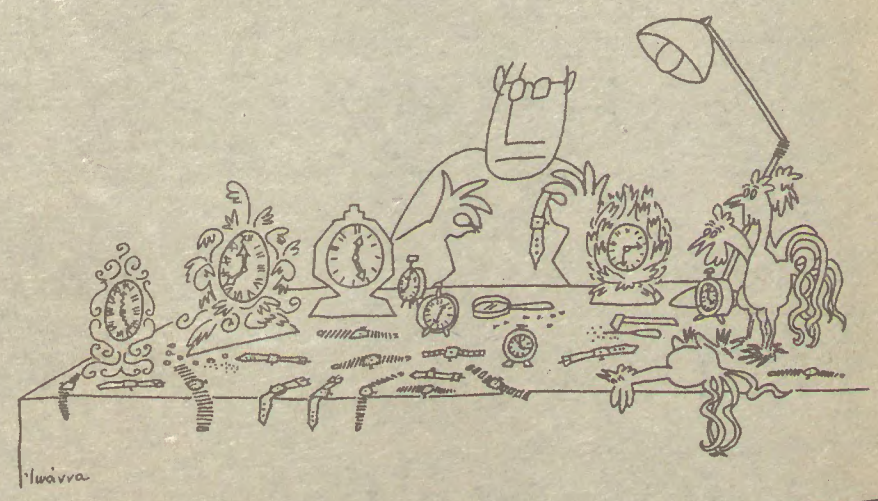
A — Real. Norman Jewison – **Fonte Nova/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **S. Jorge/3** (15.00, 18.30, 21.30) – **Lisboa**

B — Real. Steven Spielberg – **Alfa/1** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Amoreiras/5** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30) – **Lisboa.**

C — Real. Philip Kaufman – **Hollywood** (14.30, 18.00, 21.30); **Las Vegas** (15.00, 18.15, 21.30); **Londres** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa.**

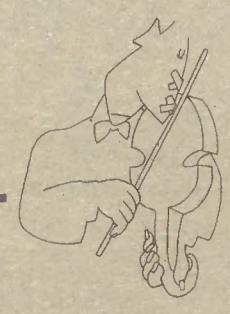
D — Real. Ridley Scott – **Ávila** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45); **Lisboa.**

E — Real. Bernardo Bertolucci – **Fonte Nova/1** (14.15, 17.45, 21.00); **Lisboa.**.



...e ainda

Música, debates, etc.



Música

O destaque da semana musical vai para o concerto do pianista soviético **Vladimir Ashkenazy**, que interpretará obras de Schumann e Chopin na próxima terça-feira às 21.30 no Grande Auditório da Gulbenkian.

Bilhetes: de 600$00 a 900$00.

Noutro espaço da Fundação — a Sala Polivalente do ACARTE — prossegue, com entrada livre, a série de concertos «à hora do almoço», sempre com início às 13.00. Esta semana: **hoje** com **Maria Manuela Costa**, flauta, e **Nuno Barroso**, piano, e ainda a soprano **Paula Mires de Matos** acompanhada ao piano por **Ilda Ortin Rodrigues** na **terça-feira** com Lúcia Lemos, soprano, **Pedro Wallenstein** (contrabaixo) e **Carla Seixas** (piano).

no, e amanhã, sexta-feira, espectáculo de ópera pelos **South Anglia Savoy Players.**

Todos estes concertos têm início às 21.30.

Ópera

Estreia, no próximo sábado, de mais uma produção do Teatro Nacional de S. Carlos: é **Trilogia das Barcas**, ópera em 2 actos de Joly Braga Santos, com direcção musical de Manuel Ivo Cruz e Gianni Beltrami, coreografia de Armando Jorge, cenografia de João Hogan e Paolo Trevisi.

Espectáculos: sábado às 16.00; terça e quinta (dias 14 e 16) às 20.30.

Bailado

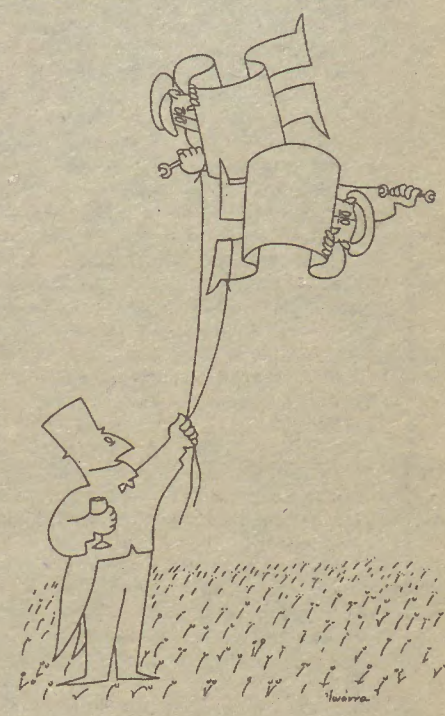
Uma pequena série de espectáculos da famosa companhia norte-americana **Twila Tharp Dance** na Gulbenkian: nos dias 9, 10 e 11 às 21.30, no dia 11 também às 16.00. Bilhetes de 650$00 a 1000$00.

Cinema

O ABC Cineclube de Lisboa iniciou na passada semana com «Cavalgada Heróica» de John Ford um ciclo dedicado a «Mestres do Cinema Clássico Americano». O ciclo vai decorrer em duas salas (a do Quarteto e a da Sociedade Portuguesa de Autores) e na próxima sessão — terça-feira às 18.30 na SPA — exibe-se **A Ilha dos Homens Selvagens**, realizado por Allan Dwan em 1958.

Na **Cinemateca** destaque para os dois filmes de Billy Wilder interpretados por Marylin Monroe a exibir esta semana: **O Pecado Mora ao Lado**/1955 — dia 14 às 18.30, e **Quanto Mais Quente Melhor**/1959 — no mesmo dia às 21.30.

No Forum Picoas uma selecção de filmes da 20th Century Fox que inclui: hoje, **Debaixo do Vulcão**, de John Huston; amanhã, **A Sombra do Guerreiro** de Akira Kurosawa; no sábado **La Luna** de Bernardo Bertolucci e no domingo **Patton** de Franklin Schaffner.



Festas Populares com o PCP

Das variadíssimas festas populares próprias desta quadra que organizações locais do PCP tomaram a iniciativa de organizar aqui se referem:

— em **Queijas** — na noite de sábado, com baile, fados, sardinhada, junto ao Centro de Trabalho;

— em **Casebres** — também no sábado mas durante a tarde e com um programa em que se destacam as actividades desportivas, nomeadamente com um torneio de malha e outro de futebol;

— e na **Marinha Grande**, onde a festa é «grande»: sábado e domingo, na sede da Ordem, com bailes, espectáculos musicais e um «grande prémio de ciclismo» previsto para as 17.00 de domingo.

Acampamento MDM

Sob o lema «Defesa do Ambiente e da Qualidade de Vida» o MDM-Direcção Distrital de Santarém organiza este fim-de-semana um acampamento no Parque de Campismo de Alpiarça (junto à Barragem dos Patudos). Entre as actividades colectivas programadas, um debate sobre defesa do ambiente, uma visita guiada ao Museu dos Patudos e o convívio-piquenique à beira da Barragem.

Exposições...

• LISBOA

Álvaro Carneiro — Escultura. Soc. Nac. de Belas-Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a Dom. das 14 às 20 horas. (Até 9/6).

Álvaro Carneiro e Carlos Dutra — Escultura. Gal. Míron, R. do Mirante, 14-r/c. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/6).

Ana Esquível — Pintura. Gal. 12-A, Costa do Castelo, 12-A. Das 15.30 às 19.30 (até 17/6).

«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro». — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Espiga Pinto — Pintura e desenho. Gal. Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 25/6).

Filipe Rocha da Silva – Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

João Moreira — Pintura. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 14/6).

Joaquim Bravo — Desenho. Galeria de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna (até 27/6).

Luís Badia — Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C (até 23/6).

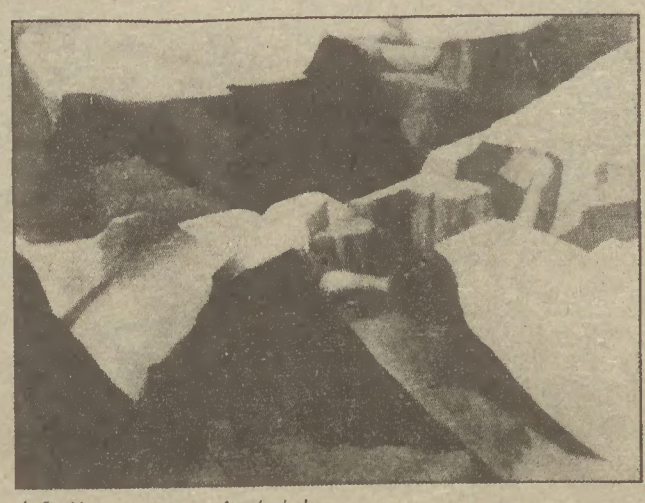
Lurdes Leite — Pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 10.00 às 13.00 (até 25/6).

Manuel Vilarinho — Pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 9/6).

Margarida Dias — «Noites», fotografia. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 14.00 às 17.00 (até 30/6).

Maria Cristina Correia — Pintura. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00 (até 12/6).

Maria Tomás — Pintura e desenho. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. Das 15.00 às 20.00.



João Hogan na Gal. Ana Isabel

Mário Cesariny — Pintura, técnicas várias. Gal. EMI, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 17.00 (Até 9/6).

Martins Correia – Escultura e desenho. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167.

Miguel Alarcão — Gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4-r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/6).

Minoru Nilzuma – Es R. Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 18/6).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

80 Anos de Arte Moderna Portuguesa — Colectiva de pintura, escultura, desenho. Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00 (até 14/6).

O Ouro e a história pré-colombiana» — Esculturas, joias, objectos de culto. Galerias das Exposições Temporárias do Museu Gulbenkian. De 4.ª a sáb. das 14.00 às 19.30; 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00.

«O que nós fizemos este ano escolar» — exposição de trabalhos de alunos da Voz do Operário. Na Gal. Voz do Operário. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 11/6).

«Por Mar e Terra...» — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

Ribeiro Farinha e J. Catrola — Pintura. Gal. Escada, R. Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 25/6).

Sérgio Camargo — Escultura. Gal. 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 22/6).

Teatros de Papel (sécs. XVIII, XIX, XX). Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 9.00 às 23.00 (até 13/6).

• PORTO

António Melo – «As Grandes Invasões», pintura. Gal. JN, R. Gonçalo Cristovão, 195. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Cerâmica — Peças produzidas durante o Simpósio Internacional de Cerâmica Alcobaça/87. Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 23.00, sáb. a partir das 15.00, dom. das 14.30 às 20.30 (até 21/6).

Fernando Lanhas — Pintura. Casa de Serralves, R. Serralves, 997. De 3.ª a dom. das 14.00 às 19.00.

Fernando Pinto Coelho e Helena Liz – Pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

Júlio — Desenhos, aguarelas, óleos. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00 (até 22/6).

Rui Anahory — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 23/6).

• OUTRAS LOCALIDADES

Argentina Zamora – Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 24/6) ALMANSIL.

Silvia Westphalen e Pedro Fazendo — Escultura. Gal. Municipal, das 15.00 às 23.00 (até 12/6) AMADORA

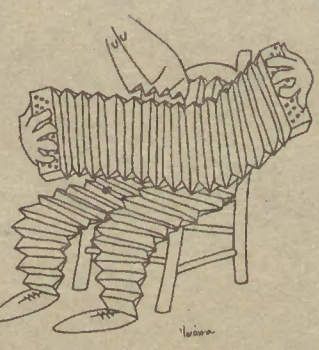
Gil Teixeira Lopes— Pintura, desenho, escultura. Gal. da Universidade BRAGA.

Gravuras da Colecção Gulbenkian — Exposição itinerante. Museu Machado de Castro (até 3/7) COIMBRA.

Eduardo Alarcão — Pintura. Gal. de Arte do Casino Estoril. Das 15.00 às 24.00 (até 13/6) ESTORIL.

12 Pintores Portugueses de Paris — Colectiva de pintura. Gal. Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 17/6) GUIMARÃES

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA



No **Algarve** estão anunciados para esta semana vários concertos, dos quais, **hoje** mesmo, o do pianista **Sequeira Costa**, que interpretará Mozart, Beethoven, Schumann. Na Igreja de Santa Maria em **Lagos** às 21.30.

Em **Portimão** no sábado e em **Faro** no domingo (na Igreja Matriz e na Sé Catedral, respectivamente) concertos pela **Orquestra Sinfonia Varsóvia**; também em Faro (Teatro Lethes), na segunda-feira, recital de canto e piano por **Jennifer Smith** e **Jorge Moya-**

Júlio na Gal. Roma e Pavia

Gonçalo Ruivo — Pintura. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/7)

Helena Justino — Pintura. Gal. Artex, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã. (Até 10/6).

Isabel Mendes Ferreira — Pintura. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb, das 10.00 às 13.00 (até 30/6).

João Hogan — Pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda (até 25/6).

Tempo

Fim de Semana

O tempo para o fim-de-semana

Períodos de céu muito nublado. Vento fraco ou moderado de sudoeste, aguaceiros e condições favoráveis à ocorrência de trovoadas.

Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

a TV

E no entanto, A televisão não foi lá...

É tão escandaloso que, se eu não tivesse testemunhado, não acreditaria.

Convém, para desfazer qualquer possível confusão, dizer que não está em jogo qualquer pressuposto partidário. Fosse outra qualquer força na mesma situação e o meu comentário seria idêntico. É certo que outras forças partidárias parecem mais postadas em tudo menos na análise e intervenção na realidade nacional. Mas disso já eu não tenho culpa...

Naquele fim-de-semana realizou-se em Lisboa o Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e o Ensino. Trezentos professores e estudiosos afluíram à Faculdade de Letras, vindos de todos os lados do país. Eles vieram. A televisão é que não pôs lá os pés...

E no entanto, foi um momento raro para avaliar a situação na Escola e no país – que uma coisa não pode separar-se da outra. Sem gastar um chavo a televisão tinha ali pano para mangas se quisesse, de facto, levar a uma reflexão sobre a realidade nacional.

Mas não quer. Assim, o mais fácil é ignorar. Enfiar a cabeça na areia, segundo o lema: é do PCP? Então não damos...

Conhecendo-se o poder informativo da RTP («o que não acontece na televisão pura e simplesmente **não acontece**»...) melhor se compreende como são defeituosas aquelas análises eleitorais que não entram em linha de conta como instrumento da informação.

Uma perguntinha: há quantos meses é que na RTP não se pronuncia a sigla **CDU**?...

Perguntar não ofende. Antes esclarece...

Já agora a título de curiosidade, deixem-me apontar os ministros que apareceram no **Telejornal** de 31 de Maio...

Foram eles: João de Deus Pinheiro; outro ministro não me lembro de quê; um subsecretário também de qualquer coisa; Eurico de Melo; Mira Amaral; António Capucho; Leonor Beleza...

Mas estará o PSD a confundir o **Telejornal** com o **Diário da República** e com o **Povo Livre?...**

Tudo isenção, está visto.

Mas as crianças, Senhor!

Como se sabe, os «direitos humanos» servem de base às campanhas mais absurdas contra os países socialistas em geral e contra a União Soviética em particular.

Um grande estudioso dos problemas infantis escreveu que o progresso social de um país se avalia pela atenção que se presta à criança. É americano e sabe do que fala. Por acaso tem estado várias vezes preso mas nunca por questões políticas – só por se manifestar contra o belicismo do governo do seu país...

O dia um deste mês foi «dia mundial da criança». Nesse dia falou-se dos milhões de crianças por esse mundo que morrem de fome, de desprezo, de doença. Em Portugal também? Também. E não é preciso sair muito da rua onde moramos para termos a prova...

Daqui convido os profissionais da RTP a fazer uma reportagens sobre as crianças na URSS e nos Estados Unidos. E depois, sim. Depois conversaremos sobre direitos humanos.

Por acaso, o repórter da RTP que cobriu a Cimeira Gorbatchov-Reagan, entrevistou alguns jovens nas ruas de Moscovo. Ele foi o primeiro a reconhecer que os jovens estavam completamente à vontade, falavam desinibidos das esperanças nos bons resultados da Cimeira e na melhoria das relações entre os dois países.

Poderiam dar testemunho, igualmente, do seu futuro, das suas perspectivas, dos seus ideais. Foi pena não lhes terem falado sobre isso.

Porque nisto de direitos humanos, a palavra de Reagan está longe de fazer lei...

Falando de teatro

Já foi o teatro a rubrica de maior audiência na televisão. Depois, maus ventos sopraram para lá e o teatro foi-se à viola. Deixou de ter um serão só para si, tal como a ópera. Hoje vem quando vem, sem lugar certo, sem hora certa. E a melhor maneira de matar uma rubrica consiste em torná-la irregular. A melhor, porque é morte sem dor...

Claro que de vez em quando lá metem uma peça. Quase sempre no segundo canal. Quase sempre arrostando com bravas concorrências.

Reparem no teatro à segunda-feira. É evidente que o concurso está mais à mão e se apresenta com maior carga de divertimento. Também se conhece como a força da enércia se processa a favor do primeiro canal. Ainda ninguém desmente que o segundo canal cobre uma área menor e, em muitos lados, se apanha com extrema dificuldade e com inúmeros defeitos.

Colocar o teatro naquele lugar e àquela hora, não é prova de que o amam, antes pelo contário.

Por muito que a hipocrisia jure e trejure...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A questão do chumbo do pacote laboral não podia ficar assim, rasteira e deselegante... Os braços escreventes do Poder apressaram-se esta semana a conceptualizar — a «elevar», enfim, o discurso de Cavaco. E, de facto, a clareza é outra: sem papas na língua, trata-se (para eles) de subverter o regime democrático.

As «questões cruciais» da direita

«É claro que o Governo tem alguma culpa na derrota que sofreu em matéria de legislação laboral. Podia e devia ter legislado logo a seguir às eleições de 19 de Julho, com o País sob o choque do "estado de graça" e com os senhores juízes do Tribunal Constitucional sensíveis a um ambiente muito distinto do actual. É claro que o PSD não deveria ter cometido o erro de se esquecer de prever no seu projecto de revisão constitucional a revisão do artigo 53.º, que serve de fundamento à declaração de inconstitucionalidade. É claro que o processo foi politicamente mal conduzido e o Tribunal Constitucional é geneticamente um órgão político e partidarizado e sobre isso nada nele se modifcou. Só que esse não é o problema e, por isso, é preciso não nos equivocarmos nas respostas. (...)

O que Cavaco Silva pretendeu fazer foi afinal dar alguns passos para a adaptação da economia portuguesa à concorrência crescente que está a existir já tendo em vista o Mercado Único previsto para a primeira metade dos anos 90. O que irrealisticamente o Tribunal Constitucional dediciu foi escudar-se numa interpretação fixista da Constituição, como se a integração de Portugal no espaço concorrencial europeu não tivesse qualquer significado nem qualquer efeito. E contra isto mais não resta fazer que não seja concluir que se a Constituição — no entendimento de quem afinal faz dela interpretação autêntica, e é uma maioria de juízes eleitos pelo PS e pelo PCP que subsiste depois do País ter mudado de maiorias — não permite adaptar Portugal aos desafios que está condenado a enfrentar, então tem de se rever a Constituição urgentemente de forma a que se torne constitucional o que agora foi considerado inconstitucional.

O que isto significa é, em primeiro lugar, que a revisão do artigo 53.º se tornou na pedra de toque, da Revisão Constitucional, deturpando talvez a realidade desejável, mas adaptando-se, afinal à realidade inevitável. E isto significa também, e em segundo lugar, que a questão do Tribunal Constitucional se tornou na segunda questão crucial da revisão constitucional. O código genético do Tribunal era mau, era afinal idêntico ao que fez a Constituição por maioria simples e a pretende alterável apenas por maioria de dois terços.»

(J. Miguel Júdice, «Semanário», 4 Junho)

«A questão central que a decisão do Tribunal Constitucional coloca é a da governabilidade.

Parece-me pouco concebível que em 1988 um Governo legítimo, num país democrático ocidental, de economia de mercado, não possa legislar sobre matéria de emprego, seja qual for o sentido dessa legislação. Nem que fosse para liberalizar todos os despedimentos ou para os congelar, sendo que a sanção da bondade ou maldade da sua política lhe dariam as forças sociais através dos seus instrumentos próprios de actuação (fazendo greve, por exemplo) e os eleitores no final do mandato (afastando-o do poder, por exemplo).

Na verdade, se uma interpretação restritiva da Constituição prevalecer em todas as matérias em que o Governo pretende fazer reformas de fundo no domínio económico e social (matérias do Governo e de legislação ordinária na maioria dos países democráticos) este fica impedido de governar a não ser que o faça "para assegurar a transição para o socialismo" como reza o artigo 2.º. O problema é de uma especial gravidade porque, por muito que o PS e o PCP o escondam, a nossa Constituição não é de origem inteiramente democrática, nem nasceu apenas da vontade política livre dos protugueses representados nos partidos políticos maioritários. Ela é, em parte e em aspectos cruciais, o resultados de um processo pactuado com uma instituição que não derivava do voto popular, mas sim da revolução.»

(J. Pacheco Pereira, «Semanário», 4 Junho)

Uma achega do Rocha

Em que medida certas regras básicas da nossa civilização romana podem ser alteradas, como se estivéssemos a viver numa civilização primária africana? O que ficou no espírito do público, mesmo do mais ignorante, foi esta questão: os juízes não julgam por intermédio das leis, isto é, não aplicam as leis, mas julgam de acordo com o seu credo político. É certo que também nas instâncias supremas dos tribunais comuns as decisões se tomam por votos. Mas, no caso do Tribunal Constitucional, o partidarismo foi por demais evidente. De dez juízes votaram seis contra e quatro a favor, sendo que os que votaram contra pertenciam aos partidos da oposição ao Governo. Não restam dúvidas de que a decisão foi política.»

«Mas, se a decisão tinha de ser política, devia sê-lo no sentido contrário (...):

Os juízes, se têm de ser juízes políticos, teriam de actuar politicamente (...)»

(João Rocha, «Tempo», 1. Junho)

O Imposto Único

«A campanha do imposto único incutiu a ideia de que um único imposto seria imposto reduzido. E, conhecidas as primeiras informações sobre a reforma, a frustração generaliza-se.

Os portugueses continuarão a ser os maiores pagadores europeus, embora continuem a ter os piores transportes, as piores estradas, as piores escolas, os piores hospitais, os piores subsídios de desemprego. Assim, se pagam, não é porque vejam grande vantagem pública no seu sacrifício individual: é porque têm medo, é porque a isso são obrigados, como obrigados são a esvaziar os bolsos, em lugar ermo, face à pistola de um malfeitor.

(«Expresso», 4. Junho)

«O Governo tinha feito da hipótese de desagravamento um autêntico slogan. Afinal não há desagravamento em geral, o que de resto também é verdadeiro em relação às famílias com filhos, entrando-se ou não em linha de conta com deduções facultativas.

Só há melhoria (diminuição) significativa da tributação para os muito elevados rendimentos, da ordem dos 600 contos ou acima. Isto significa que, mais uma vez e contrariamente à propaganda do Governo, não haverá alargamento da base tributária (serão os mesmos que pagarão impostos e continuarão a ser os mesmos os que se evadem ao fisco) ou haverá aumento da receita fiscal.

Provavelmente sucederá (se esta proposta do Governo for aprovada) um misto das duas coisas.

Contrariamente ao disposto pela Constituição e em negação às promessas feitas pelo Governo, os rendimentos do trabalho não são privilegiados em relação aos rendimentos do capital. Bem pelo contrário. (...)

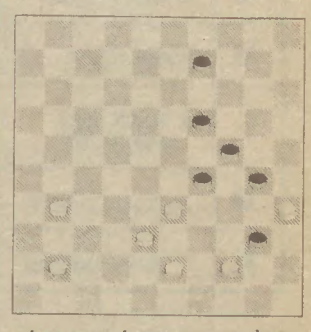
Afinal em vez de um Imposto Único, o que o Governo pretende é um imposto único sobre o trabalho e vários impostos (com taxas mais baixas) para os rendimentos do capital, designadamente para os mais elevados. Neste aspecto, a proposta de (não) tributação dos ganhos especulativos na Bolsa é imoral, escandalosa e inaceitável.»

(Octávio Teixeira, «o diário», 4. Junho)

Damas

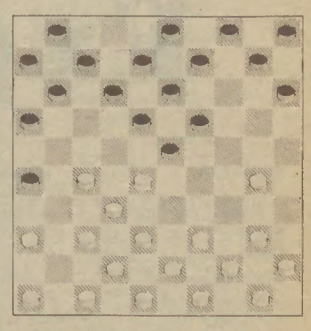
CLVII – 9 de Junho de 1988

PROPOSIÇÃO N.º 157
Por: Serge de Groot – Bélgica
«Dame à la une» N.º 26/1988
Pr.: [6]: 9-19-24-29-30-40
Br.: [7]: 31-33-35-38-41-43-44



Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 157
Campeonato de França
«Promotion A» – Dijon, 1978
Br.: Latapie
Pr.: Rivoallan
Pr.: [18]: 1-3-4-5-6-7-8-9-10-11--12-13-15-16-18-19-23-26
Br.: [18]: 27-28-30-32-36-37-38--39-40-42-43-44-45-46-47-48-49--50



Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CLVII

Miniatura N.º 157 (S. de G.): 43-49 (40x49=D); 39-34 (40x47); 34x3=D (47x29); 3-20 (24x15); 35x33...+

Golpes N.º 157 (L): 30-24 (19x30); 28x19 (13x24); 37-31 (26x28); 39-34 (30x29); 44x2=D+

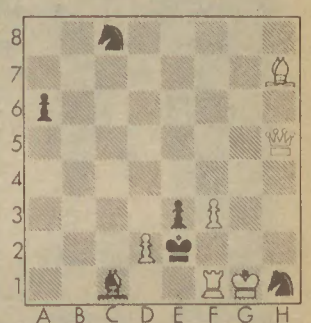
A. de M.M.

Xadrez

CLVII – 9 de Junho de 1988
Proposição N.º 157
Por: H. Hermanson
«Schah», 1958

Pr.: [6]: Ps.a6, é3-Cs.ç8, h1-Bç1--Ré2

Br.: [6]: Ps.d2, f3-Bh7-Tf1-Dh5--Rg1



Mate em dois lances

Jogo N.º 157
Taça do Mundo/Bruxelas, 1988
Br.: J. Nunn
Pr.: A. Beliavsky

1. é4,é5; **2.** Cf3,Cç6; **3.** Bb5,a6; **4.** Ba4,Cf6; **5.** 0-0,Bé7; **6.** Té1,b5; **7.** Bb3,d6; **8.** ç3,0-0; **9.** h3,Cb8; **10.** d4,Cbd7; **11.** Cbd2,Bb7; **12.** Bç2,Té8; **13.** b4,Bf8; **14.** a4,Cb6; **15.** a5,Cbd7; **16.** Bb2,g6; **17.** Tb1,Ch5; **18.** ç4,b:ç4; **19.** d:é5,C:é5; **20.** C:é5,d:é5; **21.** C:ç4,Df6; **22.** Ba4,Té6; **23.** Db3,Tb8; **24.** Bd7,Té7; **25.** Bg4,Cf4; **26.** g3,h5; **27.** g:f4,h:g4; **28.** C:é5,g:h3; **29.** Cg4,Dh4; **30.** Cf6+,Rh8; **31.** Té3,Bç8; **32.** Cd7+,Rg8; **33.** T:h3,Dg4+; **34.** Dg3,D:g3+; **35.** F:g3,Bg7; **36.** C:b8,B:h8; **37.** B:g7,R:g7; **38.** C:a6,T:é4; **39.** C:ç7,Té2; **40.** b5 e as brancas abandonam.

Solução do N.º 157

Chave: 1. Dç5! Ameaça: 2. D:é3
1. ..., R:d2; **2.** Dc2++
1. ..., B:d2; **2.** Dç4++

A. de M.M.